

SYLVAIN AUROUX

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA GRAMATIZAÇÃO

DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE



21300125898

Tradução:
ENI PUCCINELLI ORLANDI

EDITORA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Reitor: Carlos Vogt

Coordenador Geral da Universidade: José Martins Filho

Conselho Editorial: Aécio Pereira Chagas, Alfredo

Miguel Ozorio de Almeida, Antonio Carlos Bannwart,

César Francisco Ciacco (*Presidente*), Eduardo Guimarães,

Hermógenes de Freitas Leitão Filho, Jayme Arntunes

Maciel Júnior, Luiz Cesar Marques Filho, Geraldo

Severo de Souza Ávila

Diretor Executivo: Eduardo Guimarães

SBD-FFLCH-USP



227834

3



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Auoux, Sylvain

Au68r
A revolução tecnológica da grammatização/Sylvain Auoux;
tradução : Emi Pucellini Orlandi. -- Campinas, SP : Editora
da Unicamp, 1992.

(Coleção Repertórios)

Tradução de : La Revolution Technologique de la
Grammatisation

1. Gramática comparada e geral. 2. Linguística. 3. Línguas
- Estudo e ensino. I. Título.

20. CDD - 415
- 410

ISBN: 85-268-0235-6

- 418.007

Índices para Catálogo Sistemático:

- 1. Gramática comparada e geral 415
 - 2. Linguística 410
 - 3. Línguas - Estudo e ensino 418.007
- (Coleção Repertórios)

Os direitos de publicação para a língua portuguesa foram gentilmente
cedidos pela Pierre Mardaga Éditeur

Projeto Gráfico

Camilla Cesarino Costa
Elitana Kestembaum

Coordenação Editorial
Camren Silvia P. Teixeira

Produção Editorial
Sandra Vieira Alves

Preparação de Originais
Alcira Dias Sterque

Revisão
Vania T. de Castro Torres

Composição

Gilmar Nascimento Saraiva
Silvia Helena P. C. Gonçalves

Montagem
Nelson Norte Pinto

Reimpressão 2001

Editora da Unicamp

Caixa Postal 6074

Cidade Universitária - Barão Geraldo

CEP 13083-970 - Campinas - SP - Brasil

Tel.: (19) 3788-1015 - Tel./Fax: (19) 3788-1100
www.editora.unicamp.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
I. O NASCIMENTO DAS METALINGUAGENS	11
II. O FATO DA GRAMATIZAÇÃO	35
III. O CONCEITO DE GRAMATIZAÇÃO	65
APÊNDICE 1. A TEORIA DAS PARTES DO DISCURSO	101
APÊNDICE 2. AS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS DOS VERNÁCULOS DA EUROPA MODERNA	111
BIBLIOGRAFIA	119

PREFÁCIO

Entre os mitos expandidos pela historiografia das ciências da linguagem tal como ela foi estabelecida no século XIX, na época em que reinava a hegemonia do comparativismo, um dos mais prejudiciais para a compreensão do papel exato desempenhado por essas disciplinas no desenvolvimento cultural da humanidade é incontestavelmente o da “cientificidade”.

Os comparatistas, considerando que sua disciplina era uma “ciência”, entendiam por aí três coisas: i. ela perseguia um objetivo de conhecimento puramente desinteressado; ii. ela consistia a representação dos fenômenos lingüísticos; iii. ela não exercia — e não devia exercer — nenhuma ação sobre esses mesmos fenômenos. É provável que essas características correspondam ao programa da gramática histórica e comparada que se propunha a descrever a evolução das línguas, concebidas como entidades autônomas dotadas de uma realidade própria. Na mitologia dos comparatistas (que se tornou uma espécie de lugar-comum entre os lingüistas que os seguiram), os estudos concernentes à linguagem só teriam adquirido o estatuto científico no início do século XIX com os trabalhos de Bopp, isto é, com a gramática comparada moderna (para definir seu próprio estatuto histórico nunca se está tão bem servido como por si mesmo!).

Foi só em data recente que os filósofos e historiadores especializados começaram a estudar, em seu conjunto, o desenvolvimento das ciências da linguagem, a partir de métodos e de pontos de vista que são os da filosofia e da história das ciências.

Quero dizer que eles se propuseram a abordar essas disciplinas no mesmo estado de espírito com que se abordam as matemáticas, a física ou a biologia.

Enquanto se dispõe de uma grande quantidade de discussões sobre o início do pensamento matemático ou sobre as mutações das concepções da realidade natural, é bastante surpreendente que não se tenha ainda o mesmo para as ciências da linguagem (o que se encontra em Derrida quanto ao "logocentrismo" das teorias linguísticas me parece muito superficial e não se sustenta em face dos métodos que propomos). Ora, a massa de estudos produzidos há uma quinzena de anos conduz a rever consideravelmente o velho esquema dos comparativistas. Este pequeno livro se propõe a abordar a questão de um ponto de vista bastante geral: quando e em que circunstâncias nasceram as disciplinas consagradas à linguagem? Qual é seu impacto sobre o desenvolvimento cultural humano? Quais são os grandes movimentos?

Vou sustentar aqui duas teses que me parecem ter um interesse filosófico. A primeira concerne ao nascimento das ciências da linguagem (ou, para evitar o bloqueio da mitologia comparatista, digamos "as considerações reflexivas sobre a linguagem humana"). Os historiadores, os linguistas e os filósofos habitualmente fazem desse aparecimento uma das causas do nascimento da escrita. Em meu primeiro capítulo sustento o contrário, a escrita que é um dos fatores necessários ao aparecimento das ciências da linguagem, as quais remontam à virada dos terceiro e segundo milênios antes de nossa era, entre os acadianos. Existe aí uma questão de fundo tão importante quanto aquela, tão debatida, que consiste em determinar (por exemplo) se as matemáticas nasceram ou não da agrimensura e da compatibilidade. A segunda tese concerne ao que chamo de *gramatização* e é o objeto do segundo e terceiro capítulos. Podemos formulá-la assim: o Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de "gramatização" mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu

ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX.

Essas teses só puderam ser elaboradas no curso de um programa de pesquisas bastante pesado cujos resultados correspondem à publicação da *História das idéias linguísticas* da qual estão aparecendo três volumes, sob minha direção, em Liège, cujo editor é Pierre Mardaga. Sou reconhecido, em sua formulação, pelas longas discussões com os oitenta colaboradores dessa primeira enciclopédia histórica das ciências da linguagem. Agradeço a Pierre Mardaga por ter me autorizado a retomar numerosos elementos das introduções que redigi para o primeiro (1989) e segundo (1992) volumes. Sou igualmente reconhecido a Eni Orlandi por tornar possível que essas teses sejam apresentadas e discutidas no curso de seu seminário na Universidade Estadual de Campinas.

Paris, março de 1992.

I O NASCIMENTO DAS METALINGUAGENS

Desde o início do século XIX, não faltam trabalhos consagrados à história dos conhecimentos linguísticos (encontraremos uma lista deles em Koerner, 1978). Ainda que tenham sido precedidos de tentativas anteriores, sua multiplicação a partir desta data está ligada ao desenvolvimento institucional da pesquisa atinente a essas matérias. Podemos classificá-los com efeito em três categorias: i. os que visam a constituir uma base documental para a pesquisa empírica; ii. os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam (por exemplo, trabalho de um filólogo das línguas clássicas sobre a gramática, a filologia ou a língua grega); iii. os que têm um papel fundador, queremos dizer, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea. Este conhecimento histórico, manifesto na maior parte dos capítulos introdutórios das obras de síntese, consagrados a este ou aquele aspecto das ciências da linguagem, não deve surpreender. Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfaldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se cre erroneamente com freqüência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo

que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

As obras da primeira e da segunda categoria são de grande interesse pela sua riqueza factual. As da terceira têm um valor epistemológico evidente. A primeira no gênero é sem dúvida *Geschichte der Sprachwissenschaft und Orientalischen Philologie in Deutschland, Seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts mit einem Rückblick auf fröhliche Zeiten* (1869) de Theodor Benfey. *A Linguística cartesiana* (1966) de Noam Chomsky é um outro exemplo disto. Mas existe uma grande distância entre o *halo* de historicidade que engendra a retrospecção e a historicidade que constitui o ponto de vista do historiador. Ser historiador é se colocar a questão global da mudança (porque, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade *em si e para si*. Vimos aparecer, há alguns anos, obras sólidas e de orientação globalizante (Arens, 1957; Mounin, 1967; Robins, 1967; Cosertu, 1969, 1972; Amirova et al., 1980). Todos elas partilham o mesmo preconceito de querer fazer a história da *linguística concebida como uma ciência*, isto é, como uma forma de saber cuja organização e propriedades formais seriam estáveis, chegando Mounin a distribuir informações segundo as etiquetas empresadas à teoria da moda de quando escrevia. Durante estes últimos vinte anos, não apenas nossa informação histórica aumentou consideravelmente, como nosso ponto de vista sobre o que seja ou não uma ciência da linguagem evoluiu. É preciso, em particular, se render à evidência: a *linguística*, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J. -S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812 (cf. Auroux, 1987a), é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se pois de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isto que recorremos cada vez mais à expressão plural “ciências da linguagem”). Fazer a história da ciência — que seria a linguística —, só pode então corresponder a duas estratégias. Seja admitir como Amirova e seus colegas, que uma ciência é só a totalidade

dos momentos de seu desenvolvimento (1980: 21), seja procurar no passado os elementos que se enquadram nas preconcepções definidas por um ponto de vista datado. Adotando a primeira estratégia, o manual soviético não utiliza entretanto uma verdadeira aproximação dialética, que daria lugar à diversidade do real e ao trabalho do negativo. Se sua aproximação histórica, mais global, o conduz a levar em conta formas de pensamento que são freqüentemente negligenciadas por outros historiadores, no entanto ele cede à visão teleológica que caracteriza a segunda estratégia. Seguindo esta última, Robins confessa que é preciso procurar a *doutrina linguística* de Aristóteles em diferentes obras de retórica ou de lógica (1967, trad. franc., p. 18). Nós não contestamos a utilidade potencial desta prática, que tem como finalidade responder a questão: “quais são os conhecimentos de Aristóteles que concernem ao que entendemos — ou estamos entendendo — por linguística?” A obra que vamos ler tem uma finalidade ao mesmo tempo ascética e mais ambiciosa: nós a concebemos na intenção de construir respostas possíveis a duas questões: 1. sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico?; 2. como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem? Isto nos conduziu a adotar três princípios: o da *definição puramente fenomenológica do objeto*, o da *neutralidade epistemológica* e o do *historicismo moderado*.

Nas discussões metodológicas? que acompanham o crescimento recente dos estudos históricos sobre os conhecimentos linguísticos, diz-se freqüentemente que para fazer a história de uma ciência é necessário ter uma visão definida da natureza de seu objeto (Grotzsch, 1982), que se supõe consequentemente responder a uma organização conceptual intangível. Pensamos que é antes dever do historiador não ter semelhante visão, sobretudo se ele trabalha a longo prazo e em civilizações diferentes. É preciso situar nosso objeto em relação só a um campo de fenômenos, apreensíveis à altura da consciência quotidiana. *Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas: saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto*. Na medida do possível, exceto no que concerne ao século XIX, é preciso evitar empregar o substantivo “linguístico”

conquanto possamos usar o adjetivo, tomado em seu sentido geral de "que concerne à linguagem".

A *neutralidade epistemológica* decorre imediatamente de nossa forma de abordar o objeto: não faz parte de nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo, mesmo se nos acontentar de sustentar que isto ou aquilo é concebido como ciência, por esta ou aquela razão, segundo este ou aquele critério. Em outras palavras, *ciência* pode ser uma palavra normativa de nossa linguagem-objeto, mas em nossa metalinguagem será apenas uma palavra descritiva. Esta atitude não implica evidentemente em neutralidade verificacional, sobre a qual voltaremos para mostrar nosso historicismo. Que todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto. Não há nenhuma razão para que seres situados diferentemente no espaço-tempo sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos ou os mesmos traços dos fenômenos, assim como línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes, não são os mesmos fenômenos. É o reconhecimento deste fato que constitui nossa posição resolutamente historicista, ao mesmo tempo que fornece o interesse heurístico de todo trabalho histórico (Baratin & Desbordes, 1981: 12).

A riqueza do historicismo não deve, entretanto, conduzir ao mito da incomparabilidade de conhecimentos fechados em paradigmas específicos. Os fenômenos são o que são e as estratégias cognitivas, por múltiplas e diferentes que sejam, não variam ao infinito. Por isso é que podemos reconhecer para além da diversidade, *analogias*, que é melhor considerar como analogias que afetam a relação entre as situações cognitivas e a realidade dos fenômenos, do que como simples analogias da experiência em geral, no sentido de Kant.

Se quisermos, por exemplo, determinar o valor fonético de um elemento ideográfico, a melhor estratégia é recorrer à aro-fonia. É a ela que recorrem os *fanqie* chineses; mas quando um informante maia, do tempo das conquistas, era levado, de algum modo, a pronunciar uma palavra de sua língua, ele recorria a ela igualmente (Février, 1959: 56-7). São essas analogias, e não as

intuições de um precursor genial qualquer, que explicam que certos elementos históricos parecem recorrentes a longo termo. Discuti-se bastante para se saber se este ou aquele texto fonético – por exemplo os primeiros tratados gramaticais islandeses – apresentavam uma antecipação de nossas modernas oposições fonológicas e de suas representações em pares mínimos. Não é evidentemente nada disso. Mas se queremos classificar os sons de uma língua dada, por menos que disponhamos de meios de uma fineza suficiente, a lógica de classificação impõe que os apresentemos em função de suas diferenças mínimas, como o faziam, por exemplo, os gramáticos sânscritos. Isto explica, por si só, que a apresentação em pares mínimos foi canônica nos gramáticos franceses desde o século XVIII: tratava-se de uma classificação por gênero e diferença específica. Não é pois surpreendente que lá onde os caçadores de precursores traduziam a palavra *grein* (pl. *greinir*) das gramáticas islandesas por "distinção", segundo uma terminologia inspirada na fonologia moderna, os dicionários indicassem somente "galho de uma árvore" ou "divisão" (Koerner, 1987: 73).

O que modera nosso historicismo é um realismo metodológico que concede consistência ao saber e independência aos fenômenos, em sua existência, em relação a este saber. Resulta daí que o valor de um saber – queremos dizer seu grau de adequação a um fim dado, logo seu valor de verdade quando este fim é a representação – é uma causa em seu devir histórico. Ainda que julgemos necessário recorrer à explicação sociológica, recusamos o *princípio de simetria* da Escola de Edimburgo,³ segundo o qual a produção dos conhecimentos deriva das mesmas causas, quaisquer que sejam seus valores. O valor dos conhecimentos é ele mesmo uma causa em sua história. Assim, os maias tzeltal desenvolveram uma terminologia metalingüística (Stross, 1974) que nunca chegou à constituição de regras de construção do enunciado. Se classificamos as palavras do discurso em palavras que são utilizadas à noite, palavras que foram pronunciadas o ano passado etc., classificação do tipo da dos maias (Harris, 1980: 19), poderemos dar prescrições de emprego pragmático, e não regras de correção morfológica. Isto não implica que tal es-

tratégia seja absurda ou idiossincrática. Reencontramos o análogo em nossa distinção entre palavras baixas ou vulgares. Na teoria tâmul, a quarta classe de palavras, *uric col* ("palavra própria") corresponde a uma categorização do mesmo tipo: ela reagra as palavras arcaicas próprias à poesia, e em todo o texto de *tolkkáppivam*, como nos comentários, ela não dá lugar a nenhuma regra, somente a listagens. Por mais relativistas que pudessem ser, e o historiador o é necessariamente, existem condições objetivas que fazem com que esta ou aquela escolha — evidentemente obrigada pelas condições em que aparece — abra para *possibilidades diferentes* segundo a natureza própria de seu conteúdo.

O saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante. Ele é *epilinguístico*,⁴ não colocado por si na representação antes de ser *metalinguístico*, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem (elementos autonômicos e nomes para os signos; cf. Rey-Debove, 1978; Auroux, 1979). A continuidade entre o epilinguístico e o metalinguístico pode ser comparada com a continuidade entre a percepção e a representação física nas ciências da natureza. Enquanto essas últimas rompem muito cedo com a percepção — desde a física galileana para se distanciar dela cada vez mais —, este saber linguístico não rompeu senão esporadicamente com a consciência epilinguística. Esta ruptura acontece quando os gramáticos postulam elementos não manifestos para explicar os fenômenos observáveis ou no domínio do comparativismo, no século XIX, com as leis fonéticas e as reconstruções. No domínio propriamente gramatical, ainda hoje⁵ nem sempre existe realmente solução de continuidade, talvez porque a linguagem seja um sistema regulado pela sua própria imagem.⁶ A utilização pedagógica da gramática liga-a sempre à consciência do locutor. Para todos os efeitos, o cerne de nosso propósito é o saber metalinguístico constituído e / ou em via de constituição, qualquer que seja sua proximidade ("linguística popular") ou sua distância em relação à consciência epilinguística.

Esse saber metalinguístico pode ser de quatro tipos. Em princípio ele é de *natureza especulativa*, situado puramente no

elemento da representação abstrata, ou de *natureza prática*, isto é, finalizado pela necessidade de adquirir um domínio. Neste caso ele parece determinado, bem geralmente, por três tipos de domínio: a. o *domínio da enunciação* que entendemos como a capacidade de um locutor tornar sua fala adequada a uma finalidade dada, convencer, representar o real etc.; b. o *domínio das línguas*: falar e / ou compreender uma língua, quer se trate da língua materna ou de outras; c. o *domínio da escrita*. Os domínios dão lugar à constituição de *técnicas*, isto é, de práticas complicadas que permitem obter, a cada momento (existência de regras), ou, mais freqüentemente, um resultado desejado; elas também dão lugar à formação de *competências* específicas, suscetíveis de receber um estatuto profissional em uma sociedade dada (turgimões / intérpretes, escribas, poetas, retores etc.). Os dados factuais reunidos nesse livro permitem avançar a tese da autonomia relativa desses tipos de saber. A história dos saberes linguísticos é feita justamente de seus desenvolvimentos, suas interações e até mesmo da passagem da tematização de certos fenômenos de um tipo a outro, como o demonstra o desenvolvimento da concepção das partes do discurso na Grécia, mas também o das teorias medievais ou da gramática geral (cf. Colombat, dir., 1988), a especificidade do Ocidente se manifestou, muito cedo, na permeabilidade entre dois tipos de saberes, a lógica e a gramática, construídos, um, sobre o domínio da enunciação, e outro, sobre o das línguas. Ela se prende também ao esforço, sempre presente a longo prazo, ainda que nem sempre dominante, de deslocar todos os saberes linguísticos em direção a um tipo de saber especulativo. É este esforço que provoca esporadicamente discussões sobre a "cientificidade" deste ou daquele tipo de saber linguístico. Em matéria de linguagem, a forma especulativa, entretanto, nunca foi suficientemente dominante para que se possa rigorosamente pensar sua relação com a prática, sob o modo da *aplicação*, como é o caso das ciências da natureza. Isto se prende, sem dúvida, profundamente ao fato de que se um saber linguístico especulativo pode evidentemente ser de natureza empírica — sendo que no que concerne às línguas naturais ele geralmente o é —,⁷ sua natureza experimental raramente ultrapassa a manipulação das formas.

Para a história das representações lingüísticas, o *limiar da escrita* é fundamental. Qualquer que seja a cultura, reencontramos sempre os elementos de uma passagem do epilingüístico ao metalingüístico, quer se trate do aparecimento das palavras metalingüísticas (*dizer, cantar* etc.), de certas práticas de linguagem, de especulações sobre a origem da linguagem, ou sobre a identidade e a diferenciação lingüísticas, como o demonstra o exemplo dos índios da América. Mas pelo que sabemos, não encontramos em nenhuma civilização oral um corpo de doutrina elaborado *em relação* com as artes da linguagem, mesmo onde podemos observar que certos indivíduos são especializados no papel de tradutores ou "poetas".

Podemos, certamente, encontrar um corpo de doutrinas em civilizações tradicionais sem escrita, como é o caso dos bárbaros (cf. Bertaux, 1985, em que se encontra uma análise comparada das estruturas da representação metalingüística) ou dos dogmas, único exemplo, pelo que sabemos, que se beneficiou de uma análise aprofundada (Calame-Griaule, 1965). Para estes últimos a palavra (*so*) é distinta dos gritos (*mí*, voz viva) e dos barulhos (*signe*); ela divide o mundo entre os seres que a possuem e os que não a possuem. Para ser emitida ela deve ser composta no sentido material do termo. Ela pega sua água nas clavículas, no sangue e, finalmente, na saliva; seu ar nos pulmões; seu fogo no coração; a terra, significação do discurso, vem de todo o corpo, mas mais particularmente do cérebro. A ebulição da água no fogo lhe comunica um movimento vibratório de forma que ela possa atingir, segundo um caminho que depende de sua qualidade, o ouvinte. Este a assimila através do tímpano (*suguru tonu*, dente de orelha); chegando à laringe ela se resfria, condensando-se e retomando sua forma líquida (ibid., 1965:58-74). As palavras — as formas de dizer — são classificadas em função das circunstâncias de seu aparecimento mítico e segundo um sistema de correspondências simbólicas que lhes associa uma técnica, uma instituição, uma planta, um animal ou uma parte do corpo humano (ibid., p. 104). Elas são representadas graficamente, mas longe de serem uma escrita pictográfica que poderia ter tendência a se estilizar, ao contrário, o desenho se complica e se sobrecarrega, vivendo de algum modo de sua própria vida.

Se os dogmas falam da linguagem de modo complexo e complicado (a classificação é o fundamento de uma pragmática coercitiva) não é porque destacam a ordem simbólica do real, mas antes porque o real é inteiramente simbólico. As palavras que o homem troca com sua mulher antes do ato sexual são compostas de modo diverso, segundo sejam "boas" ou "más"; são elas que, juntamente com o esperma, produzirão o feto ou o sangue da menstruação. Se a palavra faz coisas, ela não o deve a uma performatividade qualquer, mas à sua estrutura material. As palavras são, de fato, coisas entre coisas. É isto que, em nosso ver, explica uma situação aparentemente paradoxal. Calame-Griaule descreveu com cuidado a arte da linguagem entre os dogmas (l.c., pp. 447-501) que dispõem de uma literatura oral bastante rica. Se eles têm consciência de uma diferença entre a fala ordinária e a fala poética, eles não têm palavras para nomear esta última. Seu saber metalingüístico lhes permite apenas dizer que ela tem "mais óleo" que a outra, mas não explicar como fazer uma estrofe ou um refrão, cujos domínios permanecem no campo epilingüístico. Acontece o mesmo para a aprendizagem das línguas, devoluta ao homem e à mulher, alternativamente, quando se trata da língua materna. A situação etnogeográfica incita a aprender línguas estrangeiras, cujo conhecimento é muito prezado (l.c., pp. 260-1). Esta situação se reflete em um mito da origem imediatamente plurilingüe. Binou Sérou, o primeiro homem a receber a revelação da palavra, recebeu todas as línguas, em número simbólico de doze (ibid., pp. 98-9). Mas ainda aí o saber metalingüístico mítico não se conecta à prática e o saber fazer epilingüístico não se transforma em uma técnica verbalizada. Ora, é esta transformação que marca o nascimento disso que estamos habituados a considerar como um verdadeiro saber (meta)lingüístico, quando a metalinguagem toma a cargo as manipulações efetiváveis sobre a linguagem nela mesma (ver nota 4). Tudo parece mostrar que não existe verdadeiro saber gramatical oral, sendo que os fatos justificam *a posteriori* a etimologia da palavra *gramática* (do grego *gramma*, letra), pela qual o Ocidente designou a parte essencial de seu saber lingüístico. A *lingüística popular*, em seu estado de pensamento selvagem, pertence a outro registo.

O processo de aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior. Ele precisa do aparecimento de técnicas autônomas e inteiramente artificiais; ele produz o aparecimento de um dos primeiros *offícios da linguagem* na história da humanidade, e provavelmente (faltam-nos informações) o aparecimento das tradições pedagógicas. Mas se a escrita desempenha um papel fundamental na origem das tradições linguísticas, não é porque ela seria nela mesma um saber linguístico novo, é no curso de um processo histórico complexo. Poderia parecer natural fazer remontar, como o fez a maior parte dos historiadores, o nascimento das tradições linguísticas à constituição dos sistemas de escritas. Mesmo sem falar de uma origem espontânea, é evidente, por exemplo, que a adaptação da *escrita consonântica* fenícia para fazer dela um *alfabeto* do grego supõe uma análise fonológica e uma consciência da estrutura da língua grega extremamente finas. No entanto, em nenhuma tradição parece ter sido conservado algo das reflexões teóricas intensas que um processo desse gênero devesse engajiar. Compreender-se-ia a rigor que não se pudesse constituir-se simultaneamente o sistema de escrita e o texto que teoriza esse sistema. Mas como explicar que não se encontre, em seguida, nem um tratado sobre a questão, nem mesmo a memória dessas discussões? As discussões sobre a ortografia e os empreendimentos de reformas que pululam em todas as tradições nas diferentes épocas são de outra natureza, elas se interessam pela adequação do sistema escrito ao sistema oral e supõem já resolvida a questão fundamental de constituir uma representação da linguagem que seja homogênea à possibilidade de se elaborar um código gráfico dela. A única conclusão que se impõe é a de reconhecer que essa representação, tão pesada em conseqüências quanto o é seu acontecimento, pois parece *ir por si*, não causa problema, como se se tratasse, quando a palavra encontra o grafismo, de mobilizar um saber mudo, mas já presente. A questão concerne ao ponto de até onde pode ir o conhecimento fonético da língua nas tradições orais. Ele parece ir extremamente longe, senão não compreenderíamos como um indivíduo só teria podido construir um alfabeto cherokee ou como a transferência de técnicas de es-

crita alfabética pudesse se efetuar tão rápida e espontaneamente entre os povos que não dispunham de nossas técnicas de análise linguística. Estudos recentes mostram de que natureza pode ser esse saber. Estudando os jogos de palavras em bamanan, Barry esclareceu como as formas lúdicas (armadilhas, cifração, troca-letas, calembur etc.) manifestam um conhecimento evoluído da estrutura fonológica da língua (Barry, 1986). Por razões lógicas, e não simplesmente empíricas, este saber só pode permanecer epilinguístico se, com efeito, passássemos à nomeação dos fenômenos assim manifestos, teríamos simplesmente um sistema de notação fonética. Inversamente, se a escrita fonética aparece (sabemos que uma escrita nunca começou por aí, e que não se trata de uma condição necessária para a constituição de uma cultura escrita) ela é apenas um sistema de notação que não traz em si nenhum elemento de saber suplementar. Se a escrita é a condição de possibilidade de saber linguístico, é entretanto impossível ver em seu aparecimento a verdadeira origem deste último, se entendemos por isso o desenvolvimento e a transmissão de um saber metalinguístico codificado, ligado às artes da linguagem.

Quando falamos de origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo. A origem de uma tradição pode ser *espontânea* ou resultar de uma *transferência* tecnológica. A tradição latina é o resultado de uma transferência, do mesmo modo que a gramática hebraica, como o estudo dos vernáculos europeus, ameríndios, africanos etc. Esta transferência pode acompanhar uma transferência de técnicas de escrita, como se passou no Japão, após a importação dos caracteres chineses no século V de nossa era. Ela pode se efetuar sobre o substrato de uma tradição espontânea (como é o caso do hebreu). Pode ser difusa, como é possível que tenha sido o caso do árabe, antes da tradução em grande escala das obras gregas no século X; nesse caso, falamos de *influência*.⁸ Disponimos de poucos casos de aparecimento espontâneo, isto é, independente, de tradição linguística: dois permaneceram embrionários (as tradições babilônica e egípcia), três se realizaram a longo prazo (as tradições hindu, chinesa e grega), sendo a úl-

tina a fonte de toda a tradição ocidental. A tradição hindu só foi verdadeiramente conhecida e discutida pelo Ocidente no século XIX. Nunca houve empréstimo durável deste último à tradição chinesa, ao contrário do que se passou com outras técnicas (por exemplo, a bússola ou a imprensa). Isto se prende ao fato de que, no caso da linguagem, a transferência tecnológica supõe um bom conhecimento da língua-fonte e de sua cultura, o qual não aconteceu senão tardiamente no caso do chinês, mas se deve também à especificidade de uma tradição, inegavelmente marcada em relação a uma escrita radicalmente estranha aos modos de expressão ocidentais. No início do século XX pôde-se considerar que um processo de dominação e de transferência da tradição ocidental em direção a todas as outras tradições acabou, de onde resulta uma homogeneização relativa dos grandes traços espelculativos do saber lingüístico.

Consideremos pois a escrita. Como nasce espontaneamente a partir daí uma tradição de saber lingüístico? Entre os babilônios, os egípcios, os gregos e os chineses parece ter se realizado um processo análogo. A escrita produz textos, em particular textos literários. Mesmo que seja evidente que toda escrita supõe normas, notadamente estilísticas, ela não parece produzir espontaneamente uma reflexão sobre a natureza da linguagem, até mesmo um saber codificado dos processos de linguagem a partir de suas técnicas próprias. O que aparece em primeiro lugar são listas de palavras (ou de caracteres, para os chineses). Sua utilidade não é muito clara no início; elas têm talvez um papel mnemotécnico e, no caso dos silabários, serviram provavelmente à aprendizagem da escrita. Mas o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão lingüística é a *alteridade*, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita. Assim, os egípcios fizeram o recenseamento das palavras não-autóctones; os escribas utilizaram diferentes convenções para anotar a usura fonética. No terceiro século antes da nossa era, as listas de caracteres chineses se prendem à dificuldade de ler textos antigos; as considerações fonéticas aparecem quando, no primeiro século de nossa era, o desenvolvimento do budismo leva a transliterar textos sânscritos. Entre os babilônios encontramos igualmente listas de palavras, três milênios antes de nossa era. Entre os gre-

gos, Protágoras de Abdère compila, no quinto século antes de nossa era, um léxico de palavras difíceis que encontramos em Homero. Em outras palavras, nessas tradições o florescimento do saber lingüístico tem sua fonte no fato de que a escrita, *fixando* a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver. Esta alteridade pode ter muitas fontes: pode provir da antiguidade de um texto canônico, de palavras ou textos estrangeiros que é preciso transcrever. Pode igualmente provir de uma mudança de estatuto do texto escrito, quando na virada do século V, na Grécia, este último deixa de ser um simples suporte mnemônico do oral para se tornar o objeto de uma verdadeira leitura: vai ser preciso, a partir de então, decifrar textos desconhecidos (antes se conhecia de cor os textos que se liam). São, de algum modo, a filologia e a lexicologia que aparecem inicialmente.

O caso do sânscrito, mesmo que a origem "filológica" do saber metalingüístico seja aí igualmente evidente, não deriva da mesma lógica. Na civilização hindu antiga, a escrita não tem um estatuto privilegiado; é utilizada para contas, atos administrativos, mas os textos sagrados dos vedas devem ser decorados, para serem recitados nas cerimônias rituais. A língua védica nem tem uma palavra para "escrita". É o oral que domina e a filologia não pode explicar a gramática de Panini e de seus antecessores como explica os *technai* gregos. No *Aṣṭhādhyāyī* o enunciado das regras se reveste de uma forma mnemotécnica. Podemos no entanto aí apreender a razão mais profunda que faz da escrita a condição de possibilidade do saber lingüístico, enquanto que o estatuto da escrita nas outras tradições deriva simplesmente do fato de que os textos foram a causa eficiente do aparecimento desse saber. Com efeito, podemos pegar por exemplo o começo do *Aṣṭhādhyāyī*, a *Sivasutra* que expõe e dá uma primeira classificação de sons (cf. Amirova et al., 1980:75-83). Notaremos inicialmente que é preciso nomear esses sons: a escrita fornece um sistema de notação, em seguida eles são classificados em função de certas propriedades e ordenados no interior das classes. Enfim, as classes são nomeadas com a ajuda de seu último elemento. Na seqüência do livro essas classes servem elas próprias para compor classes maiores ou *pratyahara*, designadas

pelo primeiro elemento da primeira classe seguida do nome da segunda. São esses nomes que servem para formular as regras, como por exemplo *iko yanaci*: "no lugar de *ik* colocar *yan* diante de *ac*". O que nos importa no momento é seu caráter formal. Ora, jamais encontramos nas culturas orais a utilização de um procedimento análogo de agrupamento dos elementos em tabelas, composições de tabelas e aproximação, por esse viés, de propriedades dispersas no aparecimento normal dos fenômenos. O que distingue a fonética de Panini do saber epilingüístico manifesto nos jogos de palavras em bamanam, não é tanto que a primeira seja infinitamente mais refinada que a segunda, é que ela escapa à linearidade da manifestação linguageira e que supõe técnicas intelectuais que permitam a visão simultânea — e de alguma forma espacializada —, dos fenômenos que não são naturalmente dados sob essa forma. Em uma palavra, a gramática derivada das tecnologias intelectuais que são as que os tradutores do célebre livro de J. Goody chamaram de "a razão gráfica" (cf. Goody, 1979). Podemos sorrir da ingenuidade dos europeus que, em face das línguas das sociedades orais ameríndias, acreditavam às vezes que elas não tinham gramática, atitude que explica o orgulho de um J. Eliot quanto reduz o natick "a regras" (1966). Seu erro foi somente o de ter confundido o saber metalingüístico com o saber epilingüístico, a gramática como representação e a gramática operando na produção da linguagem. No que tange à primeira, entretanto, é certo que na grande separação entre o oral e o escrito ela não poderia estar do lado do oral.

É um fato marcante que jamais observamos uma tradição lingüística espontânea nascer a partir do *domínio das línguas*. Não parece que a necessidade de comunicar para trocas comerciais e políticas, que acarreta necessariamente a existência de indivíduos políglotas (ou mesmo sua especialização sob forma de intérpretes) provocasse *só sob esta base*, nem uma especulação que ultrapasse as generalidades sobre a diversidade lingüística, nem a preservação de técnicas codificadas (manuais de tradução). O bilingüismo e a diglossia parecem desempenhar um papel importante apenas no caso da *transferência cultural maci-*

ça (os casos: grego/latim, chinês/japonês, latim/vernáculos europeus), ou no da permanência das línguas mortas. O imenso império hitita, políglota, que teve de empregar uma grande quantidade de escritas para traduzir os textos oficiais, deixou apenas vastas bibliotecas e da herança babilônica, deixou apenas listas de palavras bi- ou trilingües (Hovdhaugen, 1982:17). Isto deve ser relacionado com o fato de que os chineses não se interessaram senão pelo chinês e que as duas tradições cujos resultados foram os mais acabados, tanto do ponto de vista da diversidade quanto da complexidade, a hindu e a grega, se construíram sobre bases *monolíngües*. O primeiro aparecimento conhecido dos paradigmas sistemáticos e de uma terminologia gramatical não contradiz este esquema. Ele aconteceu no início do segundo milênio nos bilingües sumeriano / acadiano: nesta época o sumeriano é praticamente uma língua morta. É o mesmo que dizer que a primeira análise gramatical não nasceu da necessidade de falar uma língua qualquer, mas da de compreender um texto. Em nossos dias a gramática é antes de tudo uma técnica escolar destinada às crianças que dominam mal sua língua ou que aprendem uma língua estrangeira. Isto se deve tanto ao desenvolvimento do sistema escolar quanto ao da gramática. Em tempos remotos, nunca se teve espontaneamente a idéia de fazer uma *gramática* — um corpo de regras explicando como construir palavras, mesmo que sob a forma implícita de paradigmas — para aprender a falar. A tradição árabe, assim como a indiana, comporta bem o *topos* de uma invenção da gramática para guiar a língua falada e corrigir os erros. Não se trata provavelmente senão de um mito fundador, constituído tardiamente, e de todo modo depois da constituição de uma tradição escrita: se os gramáticos árabes se preocupam com a pronúncia, trata-se antes de tudo da pronúncia de um texto escrito e, para os gramáticos sânscritos, não se encontra em Panini nenhuma instrução sobre a pronúncia correta das palavras. Espontaneamente, aprendemos a falar nossa língua quotidiana, falando. Mas há uma coisa que parece segura: que desde que exista um sistema de escrita, para utilizá-lo é preciso aprendê-lo de modo especial. Contrariamente à competência lingüística, é um sistema já completamente formado que é transmitido. É sem dúvida isto que

redobra o papel da escrita no desenvolvimento dos saberes linguísticos. A *grammatiké* grega, que nasce na virada dos V e IV séculos antes de nossa era, é somente uma aprendizagem elementar da leitura e da escrita.

O que chamamos de *gramática* e que foi durante dois milênios uma das formas de saber linguístico dos mais trabalhados no Ocidente, repousa sobre o recorte da cadeia falada (ou escrita, na maior parte dos casos), isto é, sobre o reconhecimento das unidades e – ao contrário da lexicografia – sua projeção sobre uma dimensão paradigmática que rompe com a linearidade desta cadeia. Vimos como um saber de tipo gramatical podia nascer da prática textual na base de uma prática da escrita. Se esses elementos desempenham um papel, não são necessariamente decisivos. O reconhecimento das unidades se prende frequentemente a outras práticas e a outros saberes sociais.

O caso é particularmente claro para os nomes de pessoa (cf. Houis, 1963), cujo saber, imposição e manipulação dependem das formas de socialização e das estruturas de parentesco, como Lévi-Strauss o mostrou no *Pensamento selvagem* (1962), notadamente. Entre os *wik munkan* da Austrália isto provoca uma rica nomenclatura: distinguem-se os verdadeiros nomes próprios (*nāmp*), os termos de parentesco (*nāmp kāmpan*), os apelidos (*nāmp yan*), e os três nomes pessoais do indivíduo, o nome “umbilical” (*nāmp kor'n*), o nome por extenso (*nāmpi pi'in*) e o nome abreviado (*nāmp mān*) (cf. Lévi-Strauss, l.c., Agora, 1985:221). O sistema é muito limitado, muito particular (está ligado à motivação dos signos), para conduzir a um saber linguístico geral, mesmo se pudermos mostrar que o sistema de nomes próprios (o dos deuses em particular) ocupa um lugar importante nas especulações linguísticas gregas, notadamente de ordem etimológica (cf. Gambarara, 1984a, 1984b).

De fato, parece que o reconhecimento de unidades e a formulação de regras a seu propósito pode nascer espontaneamente a partir de um *domínio da enunciação*, nesse tipo de disciplina que conhecemos no Ocidente sob a forma da lógica e da retórica. Esta última depende do estatuto da palavra e de seu de-

vir social, que não param de agir no curso do desenvolvimento do saber linguístico. Conhecemos, por exemplo, o papel da democracia ateniense no desenvolvimento das artes da linguagem e das especulações filosóficas na Grécia. Daí, sem dúvida, a sua situação excepcional. Ainda que nas Índias e na China (cf. Hu, 1922 e Hansen, 1983) a lógica tenha sido uma disciplina extremamente refinada, não parece que alguma outra cultura tenha desenvolvido o conhecimento dos procedimentos *formais* de demonstração até o ponto em que os encontramos nos *Analytiques* de Aristóteles. O domínio de certos tipos de discurso (pético, retórico), sua adequação a certas finalidades pragmáticas (convencer, dizer a verdade, isto é, retórica e lógica), a especulação sobre as relações do *logos* ao Ser (filosofia), se conjugaram para produzir uma teoria das partes do discurso. Essa teoria está claramente presente desde Platão e Aristóteles, em que a distinção *ónoma/rhêma*, que cobre ao mesmo tempo a oposição verbo-nominal e a oposição sujeito/predicado, permite discutir a verdade do discurso. A gramática, propriamente dita, só nasce mais tarde, dois séculos antes de nossa era, na atmosfera filológica da Escola de Alexandria. Segundo Sextus Empiricus, Diogenes de Trácia a definia como “o conhecimento empírico levado o mais longe possível e que se lê nos poetas e nos prosadores” (*Contre les grammairiens*, § 57). Mas a força da gramática encontrada nos escritos que nos restam de Apolônio reside no fato de que ela adapta definitivamente a teoria das partes do discurso à linguagem natural, insistindo em sua definição sobre os traços morfológicos. Tinhamos aí uma estrutura conceptual permitindo a generalização e a formulação de regras. Esta constituição racional explica como as partes do discurso permaneceram durante séculos como núcleo duro da tradição linguística ocidental.

Qualquer decomposição do enunciado não é *ipso facto* gramatical; para que ela o seja é preciso que reencontre a *morfologia* como na tradição ocidental, ou que se ligue estreitamente à morfossintaxe, como no caso da tradição sânscrita. A tradição chinesa não conheceu o nascimento espontâneo (autóctone) da gramática. Entretanto, ela conheceu uma reflexão sobre os tipos de unidades, em função de sua significação e a

adequação desta a certas finalidades, logo a partir de um domínio da enunciação. Assim, houve aí especulações sobre a relação da linguagem ao real. A Escola dos Nomes (*Ming Chia*) distinguia o nome (*ming*) e a atualidade (*shi*), para destacar (e mesmo utilizar) argumentações sofisticadas desde o século VI de nossa era.⁹ Nos "cânones mohistas", que formam a parte lógica do *Mo-tzu* (século V antes de nossa era) a atualidade é concebida como aquilo de que se fala e o nome como aquilo que serve para falar dele, o que pode ser comparado à distinção grega entre *ónoma* e *pragma* (os nomes e as coisas). Os nomes são repartidos em três classes: os gerais, que convêm a todas as coisas, os classificadores (nomes comuns) e os nomes próprios.¹⁰ Não existe nada aí que ultrapasse as finalidades da pesquisa pragmática da adequação ao real, do mesmo modo, a distinção nascida na poética, entre palavras cheias e vazias, não desemboca em uma teoria das partes do discurso. Isto se prende ao fato de que o chinês não tem morfologia. O caso do japonês, língua que conhece sufixos e conjugações, mostra-o ao contrário. Ainda que a tradição linguística resulte de uma transferência a partir do chinês, ela elaborou espontaneamente um sistema das partes do discurso, como o observou o missionário João Rodriguez no século XVII (Maës, 1982:19). Não há nada de espantoso, pois a análise gramatical do tipo morfológico já está presente na adaptação que foi feita dos caracteres chineses justapondo dois tipos de escrita: se o *kanji* é um ideograma chinês que anota o valor lexical, o *hiragana* é um silabário que serve essencialmente para anotar as desinências gramaticais.

As causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas. Pode-se notar conjuntamente: a administração dos grandes Estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contactos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia. O *purismo* e a *exaltação da identidade nacional* com seu acompanhamento de constituição / preservação de um *corpus* literário (seja religioso ou profano), são, por exemplo, fenômenos quase-

universais na constituição, espontânea ou por transferência, dos saberes linguísticos. Suas causas podem entretanto ser muito diversas: o aparelho de Estado e a administração, expansão de uma religião, emergência de uma consciência nacional com ou sem unificação política, dispersão de um povo etc. Antes do século XIX europeu e o desenvolvimento da fonética experimental não contamos inovação tecnológica que tenha agido sobre o conhecimento da linguagem. É preciso deixar à parte, claro, as técnicas de escrita e as inovações que incidem sobre o suporte, ou a difusão da escrita. Desse ponto de vista só é anedótico que, nos velhos alfabetos semitas (sobretudo no aramaico), o emprego do pincel e do papiro tenha modificado profundamente o traçado das letras e seus arranjos (Février, 1959:73). Mas o aparecimento da imprensa — no contexto da diversidade de línguas das nações européias, e do desenvolvimento do capitalismo mercantil (os caracteres móveis da imprensa aparecem na China no século XI) — é um motor decisivo para a gramatização e a estandarização dos vernáculos europeus. As grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem.

O que se passa na Europa, durante o Renascimento, no domínio dos saberes linguísticos — uma espécie de macroacontecimento com estrutura complexa — não tem comparação, se pensarmos noutras culturas. Inicialmente, quando os vernáculos europeus eram, sistematicamente gramaticalizados, eles o eram na base de uma orientação prática que se definiu muito lentamente a partir das *Ayres* da tradição greco-latina: uma gramática pode ter por finalidade a aprendizagem de línguas estrangeiras. Nesse contexto, os contactos linguísticos se tornaram um dos elementos determinantes dos saberes linguísticos codificados e as gramáticas se tornaram as peças-mestras de uma técnica do conhecimento das línguas. Em seguida, o desenvolvimento do livro impresso dá a este fenômeno uma difusão incomparável. Enfim, a exploração do planeta, a colonização e a exploração de vários territórios encetam o longo processo de descrição, na base da tecnologia gramatical ocidental, da maior parte das línguas do mundo. Este empreendimento ramificado do saber multilíngüe —

no contexto do qual nascerão tanto a gramática geral quanto a comparada — é tão único na história da humanidade quanto a física-matemática galeico-cartesiana, que lhe é contemporânea. A primeira é, sem contestação homogênea¹² à segunda, se mais não fosse pela idéia de determinar regularidades que seriam, não prescrições do uso cultural das línguas, mas necessidades inerentes à sua natureza ou “leis” de seu desenvolvimento histórico. Qualquer que tenha sido a importância dos interesses culturais, políticos e econômicos em jogo, tanto quando de seu nascimento quando no curso de seu desenvolvimento, sua característica essencial é ser determinada, bem rápido e essencialmente por um interesse de conhecer. Em nenhuma outra cultura apareceu espontaneamente este projeto de descrever as línguas do mundo, que vemos se realizar com as obras como *Mithridates* (1955) de Konrad Gesner. Em nenhuma outra cultura o domínio das línguas chegou a esse saber desinteressado e abstrato, que é gramática comparada, saber este perseguido durante todo o século XIX por profissionais, nos recônditos das universidades.

Tal situação — que é o coroamento de um processo que tem suas raízes no próprio nascimento da tradição ocidental — supõe rupturas e delimitações de domínio. A primeira é bastante simples, concerne à separação da técnica e da teoria, é adquirida desde a existência da gramática, cuja a-teoricidade é no início bastante clara em face deste tipo especificamente ocidental de especulação abstrata que é a filosofia. Tudo se confunde desde a Idade Média, quando a própria gramática se desloca para o domínio especulativo. O saber lingüístico abstrato — aquele que se reflete sobre si mesmo como o que chamamos uma ciência — vai ter de se definir em uma relação de delimitação / oposição em relação à lógica e à filosofia. Para a primeira, que se ocupa do modo como se pode passar de um enunciado verdadeiro a outros enunciados verdadeiros, a questão parece rapidamente resolvida. Entretanto, como a lógica desemboca necessariamente em representações da forma dos enunciados das línguas naturais, a transferência e a bricolage de conceitos entre ela e a gramática sempre marcou as grandes etapas de suas evoluções simultâneas. A tal ponto que, no século XIX, quando a exigência de uma

autonomia do saber lingüístico apareceu — por razões tanto institucionais quanto teóricas —, os lingüistas inventaram o pecado do “logocismo”, falta que consiste em importar da lógica para a “lingüística” (sobre este conceito cf. Coseriu, 1967). Para a filosofia — da qual a lógica faz tradicionalmente parte — o processo é mais complicado. Se a linguagem é matéria de filosofar (cf. Hacking, 1975), é por razões de essência. A filosofia ocupa o terreno das especulações míticas: por que existe linguagem ao invés de nada (Milner, 1978:36)? O domínio tradicional da filosofia é o das relações da linguagem com o pensamento, com o verdadeiro e com o real, quaisquer que sejam as razões que fizeram com que este ou aquele filósofo (por exemplo Kant) tenha podido pensar em economizar qualquer desvio pela linguagem. A separação em relação à filosofia não tem outro recurso senão a negação da filosofia, a recusa das questões de essência, de origem e de universalidade. Ela se realiza por exclusão na não-ciência e no fantástico (Auroux et al., orgs., 1985), exclusão que não é o inverso do processo pelo qual, na Europa do século XIX, uma lingüística institucionalmente autônoma pode se dar a positividade de um objeto específico: *as línguas nelas mesmas e por elas mesmas*.

NOTAS

1 Diz-se frequentemente que F. Thurot, com o *Discours préliminaire* (1796) teria sido o primeiro historiador da gramática (cf. Andresen, 1978). É certo — mesmo se podemos citar o *De Grammaticis et rhetoricis*, de Suetônio — que a historiografia moderna nasce no século XVIII (cf. E. C. Richards, *Versuch einer Historie des Deutschen Sprachbaus*, 1747). Entre as motivações do trabalho historiográfico, parece que uma das mais importantes (Auroux, 1987b) é a da necessidade de reunir documentos referentes ao conhecimento e à história das línguas (cf., por exemplo, J. C. C. Rüdiger, *Grundriss einer Geschichte der Menschlichen nach allen Bisher bekannten Mund- und Schriftarten mit Proben und Bücherkenntnis*, 1782).

2 Nós os encontramos resumidos na obra bastante completa, ao menos para o domínio não francófono, de Schmitter (1982). Estas discussões estão longe de atingir a profundidade e a sofisticação da filosofia das ciências, produzida em relação à história das ciências da natureza ou das disciplinas formais.

3 Cf. D. Bloor, *Knowledge and social imagery*, Routledge and Kegan Paul, 1976, cap. I. Cf. também James Robert Brown (org.) *Scientific rationality: the sociological turn*, Dordrecht / Boston / Lancaster, D. Reidel, 1984.

4 Deve-se esta noção a A. Culioli, cf. "À propos du genre en anglais contemporain", em: *Les Langues modernes*, 3, 1968:40 e "La Formalisation en linguistique", em: *Cahiers pour l'analyse*, n.º 9, 1968:106-17. Culioli utiliza o termo para designar o saber inconsciente que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem ("a linguagem é uma atividade que supõe ela própria uma perpétua atividade epilinguística (definida como 'atividade metalinguística não consciente')"). Assumimos que *inconsciente* significa *não-representado*: em outras palavras, se esse saber é inconsciente como saber (não sabemos o que sabemos) é porque não dispomos de meio (metalinguagem ou sistema de notação) para falar da linguagem. Ainda que não-representado enquanto tal, esse saber pode (e deve) *se manipular* sob forma de relações conscientes com seu objeto (no sentimento da correção, jogos de linguagem etc.); esta manifestação é o que chamamos *consciência epilinguística* (que podemos aproximar do que H.-M. Gauger chama *Sprachbewusstsein und Sprachwissenschaft*, Munique, Piper und C. Verlag, 1976). Ainda que a existência de elementos de representação metalinguística coloque um limite entre o epilinguístico e o metalinguístico, é evidente que é preciso antes considerar a relação entre os dois como um *continuum*: o primeiro não pára com o aparecimento do segundo; este último não traz automaticamente um conteúdo novo sem entrar no metalinguístico; enfim, podemos constatar a elaboração de procedimentos codificados (jogos de linguagem etc.) para manifestar a consciência epilinguística. Contrariamente ao saber das coisas naturais, o próprio do saber linguístico é que é preciso aceitar que existe um certo sentido da palavra *saber* no qual é possível dizer que um locutor *sabe* o que é um nome, antes mesmo que existam palavras para dizê-lo e grandíctos (cf. J. Boutet et al., "Savoir dire sur la phrase", em: *Archives de Psychologie*, n.º 51, 1983:205-28). Isto não implica (contrariamente ao que parece afirmar Esa Ikonen, 1978) que o saber do gramático deva ser a representação desse saber inconsciente. Enfim, todo aparecimento de metalinguagem (existe emprego quotidiano dela) não desemboca necessariamente sobre o tipo de saber linguístico que consideramos como um saber no sentido parti-

cular em que consideramos numa tradição gramatical. Poderíamos definir aproximadamente esse sentido pelos três critérios externos seguintes, sendo que o terceiro introduz, sem dúvida, uma restrição excessiva: 1. transmissão tradicional específica; 2. ligação com as artes da linguagem; 3. normas de adequação das asserções contidas pelas discussões, e mesmo protocolos explícitos (consistência lógica, exemplos canônicos, fatos).

5 Numerosos autores identificam a teoria linguística com a representação do conhecimento do locutor; cf. Esa Ikonen, *Grammatical theory and metascience*, Amsterdam, Benjamins, 1978; cf. também H. -M. Gauger, *Sprachbewusstsein und Sprachwissenschaft*, op. cit. É preciso notar que a tese foi sustentada para as ciências sociais em geral (cf. P. Winch, *The Idea of a social science*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1958).

6 Cf. G. -G. Granger, *Langages et épistémologie*, Paris, Klincksieck, 1979: 118-37.

7 Um saber especulativo (uma representação) é de natureza empírica se seu valor de verdade depende de uma ou várias asserções factuais. Nesse sentido, entre as ciências da linguagem, a lógica não é uma disciplina empírica. A gramática geral e a gramática comparada o são, ainda que de modos diferentes.

8 Cf. K. Versteegh, "Borrowing and influence: Greek grammar as a model", em: *Language in antiquity* (P. Swiggers & A. Wouters, orgs.), Louvain, 1989. De duas produções Px e Py, Px é influenciada pela outra se: i. x produz Px; ii. x conhece Py; iii. x sabe que produzindo Px toma Py como ponto de partida; iv. R (Px, Py), existe uma relação entre os dois produtos. No caso da influência difusa, contenta-se com ii. x estar em contato com y ou Py. Pode-se tomar R como uma relação de similaridade, ou transformá-la em uma relação causal muito forte (sem Py, nada de Px) que significa só falar de influência no caso em que não se é capaz de explicar o aparecimento de um elemento a partir da tradição local.

9 Cf. Fung Yu-Lan, *A short history of Chinese philosophy* (1948) (The Free Press, 1966), pp. 80-3.

10 Fung Yu-Lan, l. c., p. 119.

11 Cf. J. Needham, *La tradition scientifique chinoise*, Paris, Herman, 1974, p. 284.

12 Em uma problemática bachelandiana preocupamo-nos em saber quando se deu a *ruptura* que fez passar o saber linguístico ao estatuto de ciência, concebida segundo o modelo da física galileico-cartesiana. A gramática geral — que lhe é contemporânea — reclamou para si este modelo; os comparativistas — cujo modelo é preferencialmente biológico — proclamaram por sua própria conta o seu estatuto científico, excluindo todos os que os precederam. A tradição historiográfica tem — a maior parte do tempo — como certa a verdade desta proclamação. O problema é justificar a epistemologicamente. Milner (1978:31-2) o faz a partir do nascimento de um sistema de notação simbólica, que existira para a gramática comparada e não para a gramática geral. Podemos entretanto fazer notar que: i. temos exemplos de notação simbólica que aparecem esporadicamente, por exemplo, na gramática árabe, na sânscrita ou na gramática geral; ii. a ausência de uma notação simbólica não prejudica em nada o caráter formal de uma disciplina, pois a lógica medieval nunca a empregou, contentando-se em formular regras com a ajuda de uma metalinguagem do tipo natural (encontramos o mesmo procedimento na lógica de Port-Royal).

II O FATO DA GRAMATIZAÇÃO

Vamos nos dar o longo prazo da história e considerarmos globalmente o desenvolvimento das concepções linguísticas europeias em um período que vai da época tardo-antiga (século V de nossa era) até o fim do século XIX. No curso desses treze séculos de história vemos o desenvolver de um processo único em seu gênero: a *gramatização massiva*, a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), das línguas do mundo. Esta gramatização constitui — depois do advento da escrita no terceiro milênio antes da nossa era — a *segunda revolução técnico-linguística*. Suas seqüências práticas para a organização das sociedades humanas são consideráveis. Essa revolução — que só terminará no século XX — vai criar uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa. Cada nova língua integrada à rede dos conhecimentos linguísticos, a mesmo título que cada região representada pelos cartógrafos europeus, vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo. É às ciências da linguagem que devemos a primeira revolução científica do mundo moderno. A mutação das ciências da natureza — Copérnico, Galileu, Descartes — é com certeza praticamente contemporânea, em suas origens, à virada decisiva que afetou o processo que descrevemos, mas suas seqüências práticas (a industrialização) são mais tardias. São as ciências da natureza que chegaram primeiro à grande síntese teórica (Newton) e modificação em profundidade a concepção tradicional (podemos qualificá-la de

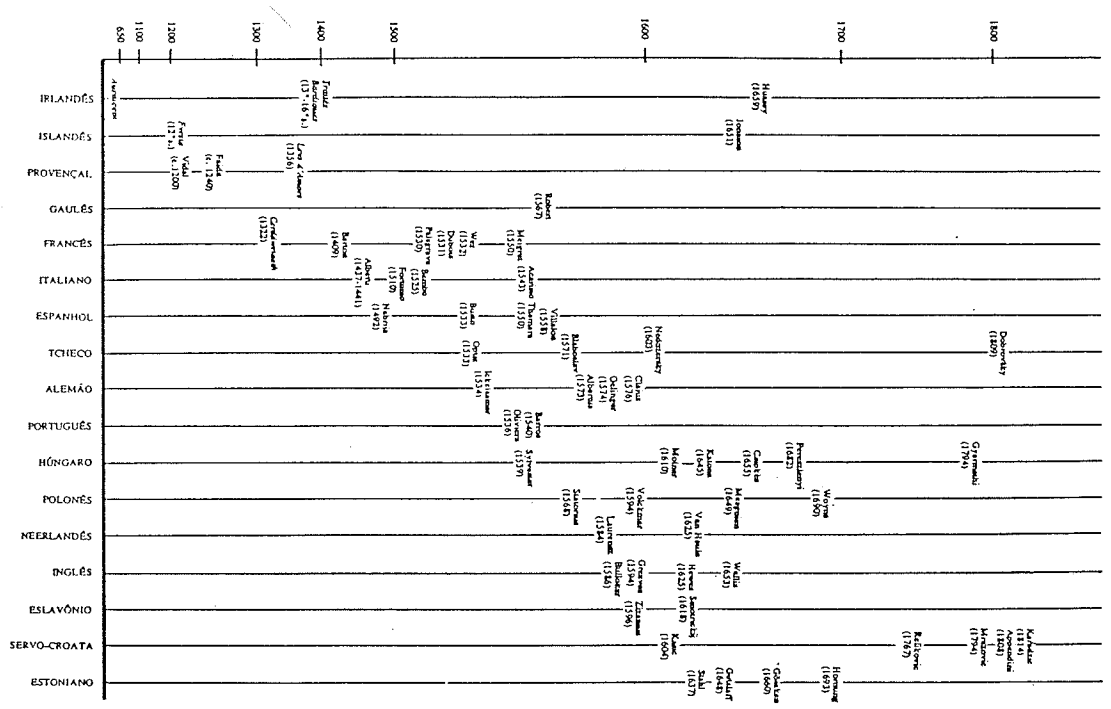
aristotélica) da ciência. O novo modelo de cientificidade (o da física-matemática) tornar-se-á dominante, de tal modo que se pensará em incluir aí as ciências humanas,² que são no entanto largamente anteriores em sua constituição teórica e realizações tecnológicas. Mas, sem a segunda revolução técnico-lingüística, as ciências modernas da natureza não teriam sido possíveis nem em sua origem, nem em suas conseqüências sociais.

Nesse mesmo período acontecerão outras transformações na história das ciências da linguagem. O interesse prático da gramática se estende da filologia (no sentido lato do acesso ao texto escrito), que é seu lugar de origem, em direção ao domínio das línguas, aí compreendidas as línguas maternas. A gramática se torna simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las. Este período vê igualmente o nascimento e o desenvolvimento — em duas retomadas, e sobre bases um pouco diferentes — de teorias em seu conjunto extremamente poderosas em relação à linguagem humana (a gramática especulativa medieval e a gramática geral da época clássica). A partir do século XVI começa para a concepção antiga da etimologia uma marginalização epistemológica, que faz dela um dos raros domínios do saber lingüístico antigo, que não será integrado às ciências modernas da linguagem. Paralelamente, aparece o dicionário monolíngüe sob a forma que ainda conhecemos. Enfim, avança largamente o empreendimento de localização das línguas faladas e da construção de modelos que resumam suas relações estruturais e filiações, que será uma das preocupações científicas essenciais do século XIX.³ O conjunto dessas transformações permanece, no entanto, ligado à gramatização das línguas do mundo, que persiste como fenómeno central.

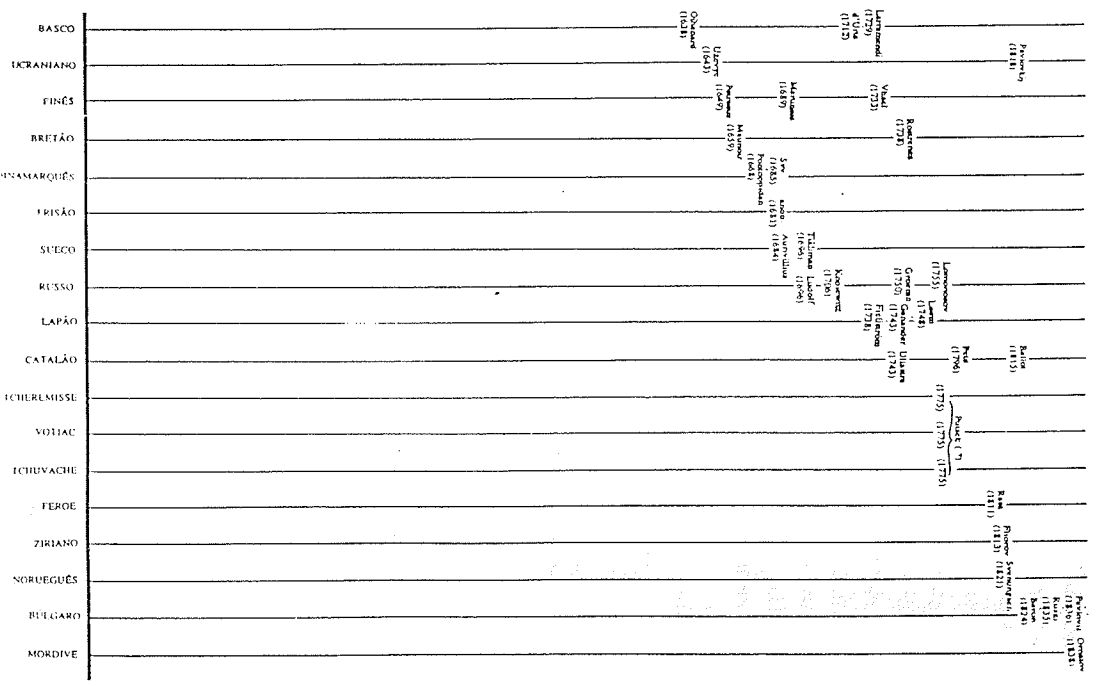
Como já notamos, o fato de que a análise lingüística — unificada em seus padrões teóricos — tenha por objeto a diversidade empírica das línguas, explica largamente as características das ciências da linguagem tal como as conhecemos hoje. Temos todas as razões para considerar que o Renascimento constitui uma virada decisiva para essas disciplinas e que ele forma o eixo da segunda revolução técnico-lingüística. No Ocidente, a

gramatização anterior — do período tardo-antigo ao final da Idade Média — permaneceu esporádica, ainda que não seja negligenciável (cf. Ahlqvist, *op. cit.*, 1987). Ela concerne às margens ocidentais do antigo Império Romano do Ocidente (o irlandês e o islandês entre os séculos V e XII; o gaules no século XIII, onde o latim nunca foi a língua comum da população e, no Sul, uma língua de forte cultura literária, o provençal (século XIII).⁴ Voltaremos a discutir sobre o caso da prática insular do francês depois da conquista normanda, que situa a primeira gramatização desta língua pelo fim do século XIII (o texto mais conhecido, o *Donat Barton*, mais tardio, data de 1409). Não há, entretanto, nada de comparável, quantitativa ou qualitativamente, ao processo que se dá no final do século XV a partir das línguas que vão daí para frente dominar a história da Europa (italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês), mas também do húngaro (1539), do polonês (1568) e do velho-eslavônico (1596), processo que, fortificando-se, atingirá, no início do século XIX, a maior parte das línguas escandinavas, eslavas, como também as fino-ugrianas, as quais, assim como o basco, não pertencem à família indo-européia (ver quadro cronológico às pp. 38-9; encontraremos a lista das gramáticas, classificadas por famílias lingüísticas, no Apêndice 2). Nunca será demais observar que a gramatização da língua européia é absolutamente contemporânea da dos outros continentes,⁵ em particular das línguas americanas. A primeira gramática do návate, manuscrita, data de 1547 (Andrés de Olmos, *Arte de la lengua mexicana*). É apenas o início de uma longa série que se beneficia logo de uma imprensa local: Padre Antonio del Rincon, *Arte mexicana* (México, Pedro Belli, 1595), Padre Diego de Galdo Guzman, *Arte mexicana* (México, Vinuda de Bernardo Calderon, 1642), Fray Agustín de Venancurt, *Arte de la lengua mexicana* (México, Francisco Rodríguez Lupercio, 1673). Ao tarasco (1558) e ao quéchua (1560) seguir-se-á, depois, o tupi (1595). No fim do século XVI pode-se estimar que o patrimônio espanhol, na América Latina, comporta 33 diferentes línguas, ao final do XVII perto de 96 línguas e ao fim do XVIII, em torno de 158 línguas (Auroux & Queixalos, 1984:3). Este simples enunciado quantitativo, que é apenas um exemplo, junto ao quadro das pp. 38-9, fará compreender

QUADRO CRONOLÓGICO
A GRAMATIZAÇÃO DOS VERNÁCULOS EUROPEUS
(Ver no Apêndice 2 o detalhamento dos textos)



QUADRO CRONOLÓGICO
A GRAMATIZAÇÃO DOS VERNÁCULOS EUROPEUS
(Ver no Apêndice 2 o detalhamento dos textos)
(continuação)



exatamente o que entendemos por "processo massivo de gramatização" a partir do Renascimento.

Parece que esse processo é relativamente independente das tentativas anteriores. Às vezes, elas se fundiram sem solução de continuidade no trabalho do Renascimento. A tradição insular de estudo do francês veio se intrinsecar na gramatização autóctone desta língua (cf. Palsgrave, 1530, e Du Wez, 1532), mas não contribuiu nem para avançar a data, nem para tornar mais precoce a gramatização do inglês. Seguimos a evolução do *Auriceptna* na *hEces* irlandês, até os tratados bárdicos dos séculos XV e XVI, e no final do século XVI a primeira gramática latina do irlandês redigida pelo franciscano Bonaventure Hussey (Giolla Brighe O hEoghusa); os *Rudimenta grammaticae hibernicae*.⁷ Os ingleses vão se interessar por esta língua no século XVII por razões de proselitismo religioso, não sem fazer analogia com as práticas dos missionários na América (Salmon, 1987), ou impulsionados pelo estudo de suas próprias tradições (os primeiros elementos gramaticais do irlandês, publicados em inglês, estão na *Archaeologia britannica* de Lhuyd,⁸ que segue os trabalhos dos franciscanos). Será preciso esperar mais tempo para que os antiquários franceses retomem, em seu proveito, a gramatização precoce do provençal. É somente no início do século XIX que F.-M. Raynouard, utilizando as antigas gramáticas, redescobrirá a oposição do caso regime e do caso sujeito (o -s final que figurava nas formas latinas da segunda declinação), perfeitamente descrita, para o provençal, tanto por Raimon Vidal (Marshall, 1972:10), que insiste nesse ponto talvez porque a reflexão não mais exista em catalão quando ele escreve (Marshall, 1972:112), quanto por Uc Faidit.⁹

Que a gramatização massiva das línguas do mundo tenha acontecido a partir da Europa, e que ela tenha tomado uma amplitude significativa numa época tão tardia, é um problema epistemológico e histórico de grande importância, ao qual não se consagrou ainda um estudo profundo. Outras civilizações — indiana, chinesa, greco-latina — teriam tido os meios práticos e teóricos, e provavelmente também os contatos multilíngües necessários para fazê-lo. Acontece que, sem dúvida, os contatos multilíngües não são suficientes para constituir uma causalidade

determinante. O caso mais surpreendente é sem dúvida o dos árabes. Trata-se, de modo verossímilante, da civilização cujos representantes percorreram a mais vasta extensão de culturas diferentes, do Sudão, ao Sul, à Muralha da China, ao Norte, passando por territórios romanos do Magreb e da península ibérica até os contatos comerciais com a Índia. Eles possuíam uma tradição de análise gramatical possante e autônoma, origem da gramática hebraica e fonte de descrições para o malês, o persa, o turco e o copta. Eles têm conjuntamente a herança científica greco-latina, grandes vitórias políticas (o Reino de Granada) e intelectuais, assim como uma expansão religiosa comparável à do cristianismo (a islamização da África Negra, o Mali em particular, é posterior a 1492). Eles precederam o Ocidente cristão no florescimento da ciência medieval (sobre bases frequentemente mais pragmáticas, devemo-lhes notadamente uma grande quantidade de técnicas de cálculo), e mesmo sua exportação.¹⁰ No entanto, eles se interessaram menos pela descrição de outras culturas e outras línguas, não constituindo uma rede técnico-lingüística semelhante à que fez nascer o Renascimento ocidental. É pois preciso buscar nos traços específicos à contingência histórica que afetou a Europa, no período que nos interessa, as razões do desenvolvimento sem precedentes da gramatização.

Alguns desses traços concernem aos primórdios deste período. Trata-se da situação histórica particular do mundo latino. De um lado, as invasões e fragmentação do Império Romano do Ocidente provocam, no fim, o desaparecimento do papel vernacular do latim e o aparecimento das línguas neolatinas (séculos VII a IX; século X, no mínimo, para o italiano). Do outro, assistimos à conservação do latim como língua de administração, e por mais tempo ainda, da cultura intelectual e religiosa, mesmo lá onde se desenvolvem descendentes não-latinos do indo-europeu (línguas célticas, germânicas etc.). A partir do século IX, assistimos mesmo, tanto nas ilhas britânicas (Aelfric) como no continente (Alcuin), a uma restauração voluntária da cultura latina. Em outras palavras, no mesmo território observamos, ao mesmo tempo, um fenômeno de dispersão e de fragmentação e a persistência de um potente fator de unificação. É nessa situação que é preciso buscar as razões da mudança de orientação prática

da gramática. As crianças gregas ou latinas que frequentavam a escola do gramático já sabiam sua língua, sendo a gramática só uma etapa do acesso à cultura escrita. Para um europeu do século IX, o latim é antes de tudo uma segunda língua que ele deve aprender. A gramática latina existe e vai se tornar prioritariamente uma técnica de aprendizagem da língua. Evidentemente, esta mudança de finalidade supõe transformações e empobrecimentos: sem falar de Prisciano, basta abrir Donato para compreender que não se podem adquirir os rudimentos do latim sem um certo preparo, que teve de se fazer primeiro oralmente no vernacular, antes de se constituírem outros instrumentos pedagógicos. Foi necessário primeiro que a gramática de uma língua já gramaticalizada fosse massivamente empregada para fins de pedagogia lingüística, porque esta língua se tornou progressivamente uma segunda língua, para que a gramática se tornasse — o que tomará um tempo considerável — uma técnica geral de aprendizagem, aplicável a toda língua, aí compreendida a língua materna.

A mutação pedagógica da gramática aconteceu igualmente, e de modo precoce, no universo bizantino, de onde o Ocidente recebe uma grande quantidade de técnicas elementares concernentes ao grego e latim. É deste centro — onde o grego é a língua veicular, aí compreendida a Igreja do Oriente — que partirá a gramatização inicial das línguas eslavas. Mas o fenômeno, que gramatização inicial ao estatuto de segunda língua) não terá a mesma gramaticalizada ao mesmo tipo de causalidade (passagem da língua gramaticalizada ao estatuto de segunda língua) não terá as mesmas conseqüências, por razões históricas evidentes (ausência de fragmentação nacional e de expansão geográfica, depois, finalmente, seu desaparecimento). No Renascimento as aquisições bizantinas — particularmente no que concerne ao grego — virão se juntar à cultura lingüística do Ocidente.

O fundo latino¹¹ constitui um fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem. Ele explica por si só a homogeneidade conceptual dessas disciplinas, o que podemos considerar como sua identidade de meta-linguagem (*modulo*, a mudança de nomenclatura que provoca a tradução, e posteriormente as adaptações teóricas sobre as

quais voltaremos). Consideremos, com efeito, os esquemas de [1] à [5], em que M designa a metalinguagem e G, a gramática:

- [1] ML1 → GL1
- [2] ML2 → GL1
- [3] ML1 → GL2
- [4] ML2 → GL2
- [5] MLx → GLi, j...k

Originariamente (cf. [1]), estamos no caso de uma gramática latina, redigida em latim. Se traduzimos ou glossamos esta gramática em um vernáculo qualquer, a constituição da metalinguagem no vernáculo (cf. [2]) será a mesma que no primeiro caso. Acontece o mesmo se redigimos em latim uma gramática do vernáculo (cf. [3]). Continuamos ainda no mesmo caso quando, utilizando a metalinguagem que apareceu em [2], redigimos uma gramática do vernáculo (cf. [4]). Enfim, a situação permanecerá inatável se a metalinguagem de um vernáculo qualquer servir para redigir gramáticas em número indeterminado de vernáculos (cf. [5]). Como esta metalinguagem, qualquer que seja (de fato será aquela das línguas que vão se impor na Europa das nações, do Renascimento à época moderna), terá mais ou menos a mesma estrutura de qualquer outra surgida nas mesmas condições, haverá uma certa equivalência entre as gramáticas das diferentes línguas redigidas em qualquer dos vernáculos em uso. Falar da constituição em rede do conhecimento lingüístico no processo massivo da gramatização é mais do que uma simples imagem. É esta estrutura que torna eficaz o acúmulo de conhecimentos — ou se quisermos a acessibilidade generalizada de todos os pontos da rede ao menor custo, para os que se situam em alguns pontos (alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, português) que têm entre si uma relação fortemente conexa, ou, mais simplesmente, para aqueles que conhecem o latim. De língua em língua, o processo de gramatização é efetivamente transitivo e, em seus primórdios, fortemente reversível. É assim que as gramáticas podem ser simples traduções umas das outras,¹² ou que a gramatização de uma língua Li pode ter como

ponto de partida o motivo de tornar acessível a seus locutores uma língua Lj. Esse processo, que pode surpreender em vista da contradição entre a finalidade perseguida e o resultado obtido, é um efeito típico da constituição em rede; ele não se limitou ao latim,¹³ ainda que a tradução de gramáticas latinas seja muito geralmente uma das principais fontes da gramatização dos vernáculos. A gramatização (a base do latim) de um vernáculo europeu pode igualmente servir de partida para uma outra língua e lhe transmitir sua "latinitude". Para os hispanofones as obras de Nebrija¹⁴ vão desempenhar este papel, para os portugueses será a gramática de Barros (1540). O título da gramática do tagalo (língua indígena das Filipinas), publicada em 1742 pelo missionário Oyanguren, indica bem o funcionamento do processo: *Tagalismo elucidado y reducido (en lo posible) a la latinidad de Nebrija, con su syntaxis, tropos, prosodia, posiciones, &c y con la alusión, que en su uso y composición tiene con el Chinito Mandarin, con las lenguas hebrea y griega*. Claro, no detalhe, a construção da rede supõe adaptações locais e um certo vizeamento das descrições. O quadro teórico que se constitui assim corresponde *grosso modo* a uma descrição comum que convém *mais ou menos* à língua inicial e às outras. Neste sentido, pode-se falar em uma *Gramática latina entendida* (GLE).

O árabe e o hebraico são casos um pouco particulares, na medida que dispõem já de uma gramatização autóctone (e muito diferente da gramática latina, não reconhecendo claramente senão três classes de palavras: nome, verbo e partícula) quando os ocidentais se interessaram por isso.¹⁵ Geralmente, estes últimos seguiram no início a tradição indígena: é o caso de Pedro de Alcalá (1505), de G. Postel (*Grammatica arabica*, 1539/1543), ou do grosso volume de P. F. Martellotus (*Institutiones linguae arabicae*, Roma, 1620). Eles foram auxiliados misto pelas traduções de textos gramaticais.¹⁶ As gramáticas são numerosas — mais de uma cinquentena — entre a de T. Erpenius (*Grammatica arabica*, Leyde, 1613), reeditada muitas vezes e a de Silvestre de Sacy (1810). Os ocidentais se chocam com a diferença da morfologia e identificam a raiz (*as/*) dos gramáticos árabes com a terceira pessoa do pretérito (Erpenius: "estque radix tertia praeteriti persona singularis masculina"), provavelmente por-

que na tradição latina só se podem reconhecer "palavras" portadoras de sentido ou "letras" que não significam nada. É preciso esperar Bopp (1816) para ver afirmado o caráter triconsonântico do radical árabe (Rousseau, 1984). É evidentemente a teologia e a Reforma que fazem do hebreu uma importante matéria de estudo e de especulação: a tradição judaica vai proibir praticamente a aplicação do sistema greco-latino das oito partes do discurso, mas a declinação latina será utilizada aproximadamente por todas as línguas gramaticalizadas no Renascimento.

O papel do latim (cuja gramática serve de propedêutica para todos os cursos escolares) explica que a terminologia gramatical nos vernáculos se constituiu por empréstimo opaco (adaptação pura e simples do termo latino), mais do que por empréstimo parafrástico (tradução da significação etimológica do termo latino correspondente), ainda que se possa também encontrar esporadicamente esta prática.¹⁷ Temos o hábito — após os gramáticos da Idade Clássica e dos linguistas do século XIX — de protestar contra a imposição do molde latino aos vernáculos. Voltaremos ao que se deve pensar da acuidade teórica dos gramáticos precoces. Mas, de qualquer modo, sem a tradição gramatical latina (essencialmente Donato,¹⁸ que foi o mestre de São Jerônimo, o tradutor da Bíblia em latim¹⁹ e Prisciano, bem mais complexo), sem essas adaptações da *Ars minor* (*Donatz prenantsals, Donat françois, Dwned gaulés, Donat meio-bretão etc.*),²⁰ não haveria simplesmente o que chamamos hoje a linguística — no duplo sentido da forma abstrata de uma formação discursiva de caráter científico e de sua aplicação a objetos empíricos —, isto é, no caso em que se constituiu, em outras partes que não a Europa, uma disciplina de envergadura e de conteúdo semelhantes, ela teve realmente uma estrutura e um desenvolvimento completamente diferentes.²¹ Podemos também pensar que o pertencer a uma mesma família linguística (e mesmo no caso das línguas neolatinas, a parentes muito próximos) do modelo da gramatização e da maioria das línguas mais gramaticalizadas teve um papel favorável à universalização do quadro latino, ainda que muito ampla e rapidamente tenha ultrapassado esta família.

A maior parte das grandes línguas européias são atestadas sob forma escrita desde o século XIX (cf. Wolf, 1970). Desde

esta época os concílios recomendavam pregar para o povo na língua local ("iuxta quod intellegere vulgus possit", Mayence, 813).²² O aparecimento de uma literatura em vernáculo foi lenta: precoce nos países não-latinos²³ (início do século VIII na Inglaterra, meio do século VIII na Alemanha) e mais tardio na *romania* (século XI na França, XII na Espanha e XIII na Itália). Na mesma época a gramática latina já se tornara um instrumento pedagógico. Por que é necessário esperar o século XVI para ver generalizar-se a gramatização do vernáculo? É possível, ainda que pouco satisfatório, invocar fatores quantitativos (o crescimento muito lento da massa do público letrado, aquele não menos lento das trocas comerciais etc.); é impossível recorrer simplesmente à ignorância. A Idade Média europeia teve consciência da diversidade dialetal e lingüística: encontramos em Roger Bacon (cf. Wolf, 1970:152) um quadro de dialetos da língua d'oil, as primeiras hipóteses sobre as relações genéricas das línguas europeias são formuladas em torno de 1200 (cf. Bonfante, 1954). Durante toda a Idade Média vai subsistir um equilíbrio entre um latim — cada vez mais abstrato, objeto de uma gramática teórica, ver *infra* —, língua conceptualmente sofisticada do saber letrado, do poder e da religião, e vernáculos que se aprendem na prática da vida. Não há oposição mas circulação entre os dois. A pregnância do latim não está limitada a um ponto da trama social, o que suscitaria paralelamente a necessidade de outra coisa, cada comunidade estando soldada em torno de intérpretes autorizados que asseguram a transição entre os textos latinos e os vernáculos (Stock, 1983; Giard, 1984:39-40). É evidente, por outro lado, que o lugar da Igreja na sociedade assegurava a ancoragem do latim. Este último estará em perigo desde que atividades sociais tomem importância, as quais, reclamando-se escritura e técnicas intelectuais, formarão uma esfera estranha à Igreja (o comércio) ou quando a Reforma, proclamando a necessidade para todos do acesso direto aos textos sagrados (ver a teoria luterana do sacerdotício universal) vai minimizar o papel dos intermediários letrados. Na Idade Média, a falta relativa de gramatização dos vernáculos não se prende à falta de meios, mas à falta de interesse.

Em um contexto onde já existe uma tradição lingüística, a necessidade de *aprendizagem de uma língua estrangeira*, em

outras palavras, a passagem de uma língua Li e uma língua Lj é potencialmente a primeira causa de gramatização (para qualquer uma das duas). Esta necessidade é suscetível de responder ela mesma a vários *interesses práticos*:

- [5] i. acesso a uma língua de administração;
- ii. acesso a um *corpus* de textos sagrados;
- iii. acesso a uma língua de cultura;
- iv. relações comerciais e políticas;
- v. viagens (expedições militares, explorações);
- vi. implantação/exportação de uma doutrina religiosa;
- vii. colonização.

A segunda causa da gramatização concerne essencialmente à *política de uma língua dada* (ela é, pois, suscetível de afetar a língua materna) e pode se reduzir a dois interesses:

- [6] viii. organizar e regular uma língua literária;
- ix. desenvolver uma política de expansão lingüística de uso interno ou externo.

As razões para aprender as línguas estrangeiras são prováveis e qualitativamente as mesmas da Idade Média (cf. Bischoff, 1961) e do Renascimento. É surpreendente que (iv), (v) — pensamos nas Cruzadas — e (vi) tenham permanecido tanto tempo fracos suportes para a gramatização. Sabe-se que o estabelecimento das grandes redes bancárias e comerciais (notadamente a partir de Gênova e Veneza) começou desde o século XII e que suscitou, no século XV,²⁴ uma importante atividade matemática orientada para as necessidades práticas da profissão;²⁵ esperar-se-ia a contraparte para o domínio lingüístico, tanto mais que na segunda metade do século XV os tratados de cálculo estão redigidos nos vernáculos (italiano, alemão, provençal, francês e catalão). Até o presente, não temos conhecimento disto (senão esporadicamente, no domínio lexicográfico no século XV, cf. Buriand, 1986), talvez porque a aprendizagem das línguas estrangeiras *vivas* permaneceu por muito tempo dominada pela prática da imersão; (i) e (vii) podem agir simultaneamente. O desenvolvimento considerável do estudo do antigo francês na Grã-Bretanha (cf. Lambley, 1920; Heimann, 1966; Merlees, 1987;

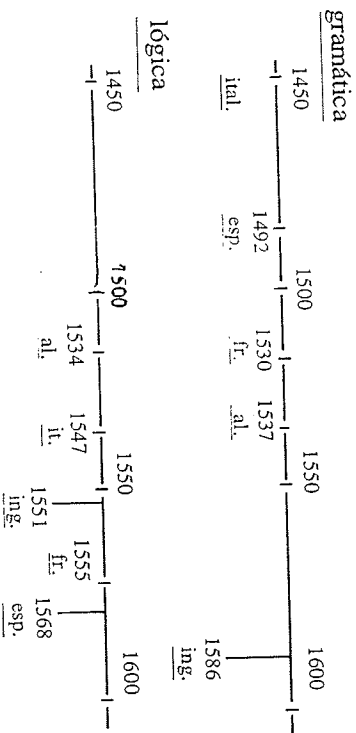
Städler, 1988; Kibbee, 1991) está ligado à conquista normanda, depois à ascensão dos plantagenetas ao trono. Sua finalidade é antes de tudo prática (escrever cartas, documentos legais, dialogar), para os gestionários, os homens de negócio²⁶ ou todos aqueles que querem pôr-se a caminho. A orientação desse tipo de processo em direção à língua do conquistador não é entretanto uma necessidade intrínseca; ao contrário, a primeira gramática publicada do fimés (E. Petraeus, *Lingua finnicae brevis institutio*, 1649) vai preceder a do sueco (Nils Tiällman, *Grammatica suecana*, 1696), mesmo que os funcionários suedofones do Reino estimassem ter necessidade da língua de seus administradores no exercício de suas funções. Evidentemente, (i), (ii) e (iii) favorecem massivamente o latim; (ii) e (iii) o grego (cujo conhecimento permanece fraco no Ocidente medieval, ainda que não negligenciável, cf. Herren, 1988); (iii) não é certamente uma motivação suficiente: depois da Tomada de Toledo, o bispo Raimond faz da cidade um centro de tradução para numerosos textos científicos árabes, mas esta se opera, mais freqüentemente, em dois tempos, um judaico ou um moçárabe passa do árabe para uma língua vulgar, e uma outra pessoa passa desta para o latim. O acesso aos textos sagrados (ii) motiva o hebraico,²⁷ o caldeu, o aramaico, e o antigo síriaco,²⁸ até mesmo o copta e, em certa medida, o árabe.²⁹

As primeiras gramáticas dos vernáculos europeus (islândês, irlandês, gaulês, provençal) correspondem evidentemente a (viii) no que concerne a seu fim poético. O caso do provençal, entretanto, é muito particular: até às *Leyes d'amors*, livro III (1350), a gramatização parece feita de estrangeiros (catalães, italianos, sardos) e, pois, derivar igualmente de (iii). O que parece faltar mais ao Ocidente medieval é (ix). Vê-se já esta orientação em Dante, ou, na França, no movimento de tradução que, sob Carlos V, acompanha a tentativa de fazer da corte real um lugar de saber (cf. Lusignan, 1987). Mas este interesse não se desenvolverá verdadeiramente senão com a constituição das nações européias no século XVI. O aparecimento, em 1494, da primeira gramática castelhana, a de Nebrija, é simultâneo aos acontecimentos decisivos para a história da nação espanhola: o

casamento dos reis católicos, a Queda de Granada, e a viagem de Colombo, isto é, a unificação, o fim da *reconquista*³⁰ e o início da construção do império colonial.³¹ O próprio Nebrija, dava três finalidades à sua gramática: fixar a língua (senão encontrar-se-ão, ao fim de cinquenta anos, tantas diferenças quanto entre duas línguas) a fim de que durem os relatos de exploração da monarquia, facilitar a aprendizagem do latim para as crianças, permitir aos estrangeiros aprender o castelhano (trata-se igualmente de converter e de dar leis aos povos conquistados). Estamos longe das finalidades que dava John Barton (1409) à gramatização do francês.³² O gramático castelhano não acreditava sem dúvida tê-lo dito tão bem, quando em sua dedicatória à Isabel ("Reina y Señora natural de España y las Islas de nuestra mar"), afirmava que "siempre la lengua fue compañera del imperio". A constituição das nações européias corresponde a uma profunda transformação das relações sociais (nascimento do capital mercantil, urbanização, mobilidade social, extensão das relações comerciais etc.), aí compreendidas em seus aspectos religiosos (Reforma (1517) e Contra-Reforma). A expansão das nações acarreta indiscutivelmente uma situação de luta entre elas, o que se traduz, ao final, por uma concorrência, reforçada porque institucionalizada, entre as línguas.³³ A velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado³⁴ mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos.

O movimento da gramatização dos vernáculos no Renascimento não parece em seus motivos àquele do irlandês ou do provençal. Não se trata somente de fornecer um instrumento para a poesia, mas de deslocar o meio lingüístico do conjunto das atividades intelectuais. Certamente, isto concerne à literatura, em primeiro lugar (seu aparecimento mais ou menos precoce parece ter conseqüências para o da gramatização, e é ela que guia as discussões teóricas), mas para compreender a amplitude do deslocamento, basta observar que o aparecimento dos tratados de lógica redigidos no vernáculo acompanham globalmente a

gramatização, como o mostra o quadro seguinte (eu o tomo emprestado de Giard, 1984:48):



Teríamos um resultado análogo recensando os tratados de retórica que, às vezes, também precedem a redação de uma gramática, como o *Gran et vray art de pleine rhétorique* de Fabri, que aparece em 1521. É todo o *corpus* escolar do *trivium* que é transferido para o vernáculo. O latim permanecerá ainda por vários séculos como língua privilegiada da comunicação científica, mas as atividades intelectuais das novas elites, e as atividades espirituais de uma grande parte da população (cf. Lutero e a Reforma) vão, a partir de então, se apoiar sobre uma cultura e uma prática codificada (de onde a importância do ensino da retórica) do vernáculo. Esta cultura corresponde a uma verdadeira política linguística, realizada pelo absolutismo centralizador na França e na Espanha, encontrando dificuldade em resolver *la questione della lingua* na Itália, evoluindo com as discussões dos gramáticos alemães sobre a natureza do *hochdeutsch*.

Compreende-se mal esta entrada em cena dos vernáculos, se não a colocamos em perspectiva com três elementos fundamentais: a renovação da gramática latina, a imprensa e as grandes descobertas.

A gramatização dos vernáculos é acompanhada de uma recusa da gramática latina.³⁵ O latim medieval era uma língua técnica, largamente artificial, ao mesmo tempo que uma língua de comunicação intelectual, influenciada em suas próprias estruturas pelos vernáculos. O humanismo que nasce na Itália no século XIV vai rapidamente se dar por finalidade restaurar o "belo" latim da época clássica. O retorno aos textos antigos (o renascimento da filologia, ver cap. III, não é apenas a restituição de um imenso corpo de saber, é também um novo estatuto para as línguas clássicas. O humanismo é freqüentemente uma luta contra o latim medieval e sua "barbárie" (cf. Rico, 1978). Trata-se então de dar acesso aos textos hierárquicos e de respeitar seus usos. Podemos seguir a renovação do ensino do latim através da Europa, desde as *Elegantiae* (1449) de Valla. Numerosos manuais mais ou menos originais aparecem, como os *Rudimentae grammaticae* de Niccolo Perotti (Veneza, ca. 1465), as *Introductiones latinae* de Nebrija (Salamanca, 1481), os *Commentarii grammatici* de Desputière (Paris, 1537) ou o *De emendata structura latini sermonis* de Linacre (Londres, 1524). *De causis linguae latinae* de Scaligero (Lyon, 1540) e a *Minerva* de Sanctius (Sanchez de las Brozas), surgida em Salamanca em 1587, que é a sua réplica, constituem o coramento teórico deste movimento.

A gramatização dos vernáculos europeus é posterior à primeira utilização ocidental (1447) e à extensão da imprensa. Ela acompanha seu desenvolvimento e este é uma causa não negligenciável de seu sucesso; é por isso que se deve considerar que as duas fazem parte da mesma revolução técnico-linguística. A imprensa permite, com efeito, a multiplicação do mesmo texto, e diminuindo consideravelmente o custo de cada exemplar, aumenta a sua difusão. Com a imprensa, o fenômeno da escrita da língua muda de dimensão. Um livro assim não é o mesmo tipo de objeto cultural que um rolo de pergaminho antigo ou um manuscrito medieval. Com o advento da imprensa é sintomático ver desaparecer o escoliasta como o tipo de sábio antigo medieval. A escrita manuscrita tende a polarizar a atenção na operação de cópia. O modo privilegiado de historicização do saber é a

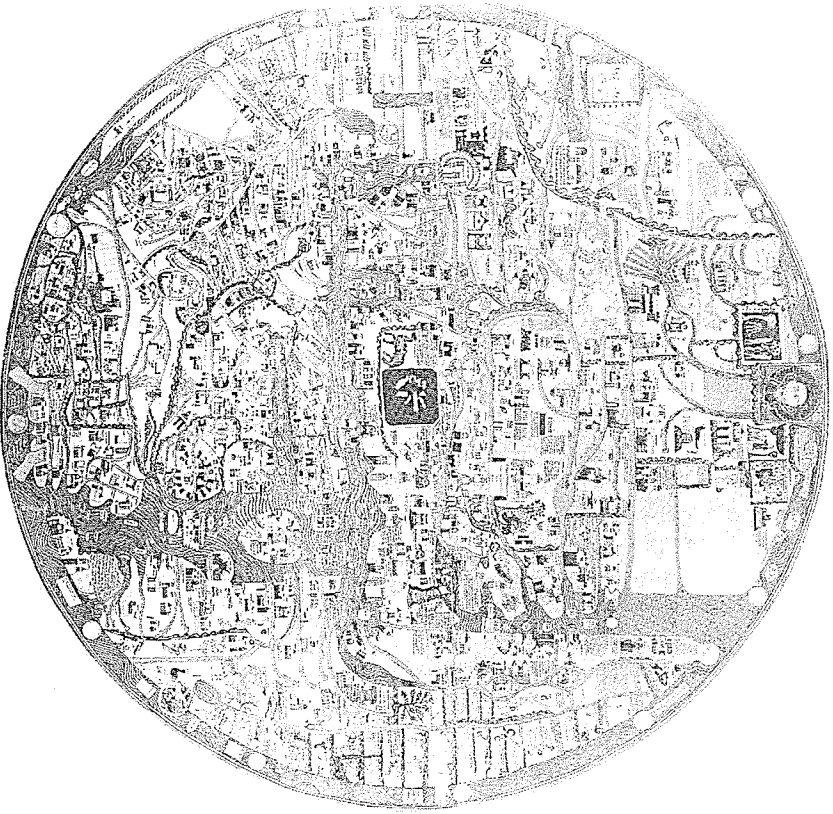
permanência do texto, ao qual se juntam, em camadas sucessivas, glosas e comentários,³⁶ sendo a inovação afogada em um processo indefinido de acréscimo. O sábio contemporâneo é um “anão empoleirado nos ombros de gigantes”. Mais do que jamais havia feito nenhum ateliê de copista, o ateliê do impressor acaba por separar a produção intelectual do texto de sua reprodução material, que estão, no início, fortemente ligadas (cf. por exemplo, o caso de Alde Manuce). De um lado, recompõe-se indefinidamente o mesmo texto; do outro, é preciso fornecer aos impressores, que os compram, produtos frescos. A inovação teórica se torna um valor; um novo equilíbrio se cria lentamente entre os adquiridos, cuja instituição e permanência se fragilizam, e as idéias novas que são pouco a pouco supervalorizadas: o progresso se torna uma coerção da produção intelectual. Como operação material, a imprensa, enfim, teve consequências sobre a gramatização dos vernáculos (ver o papel de Estienne para o francês). A prática manuscrita medieval deixa teoricamente espaço, em cada exemplar, para a variabilidade, sobretudo ortográfica. Com a imprensa, não apenas a multiplicação do mesmo é incontornável, como a normalização dos vernáculos se torna uma questão de estandarização profissional. A ortografia, a pontuação e a regularização da morfologia concernem aos impressores tipográficos (com ou sem o concurso dos autores e dos gramáticos, e mesmo contra eles)³⁷ inicialmente no seio de cada ateliê, depois para todos que trabalham na mesma língua: a difusão do livro impresso impõe, então, a constituição de um espaço ilimitado no qual cada idioma, liberado da variação geográfica, se torna isótopo.

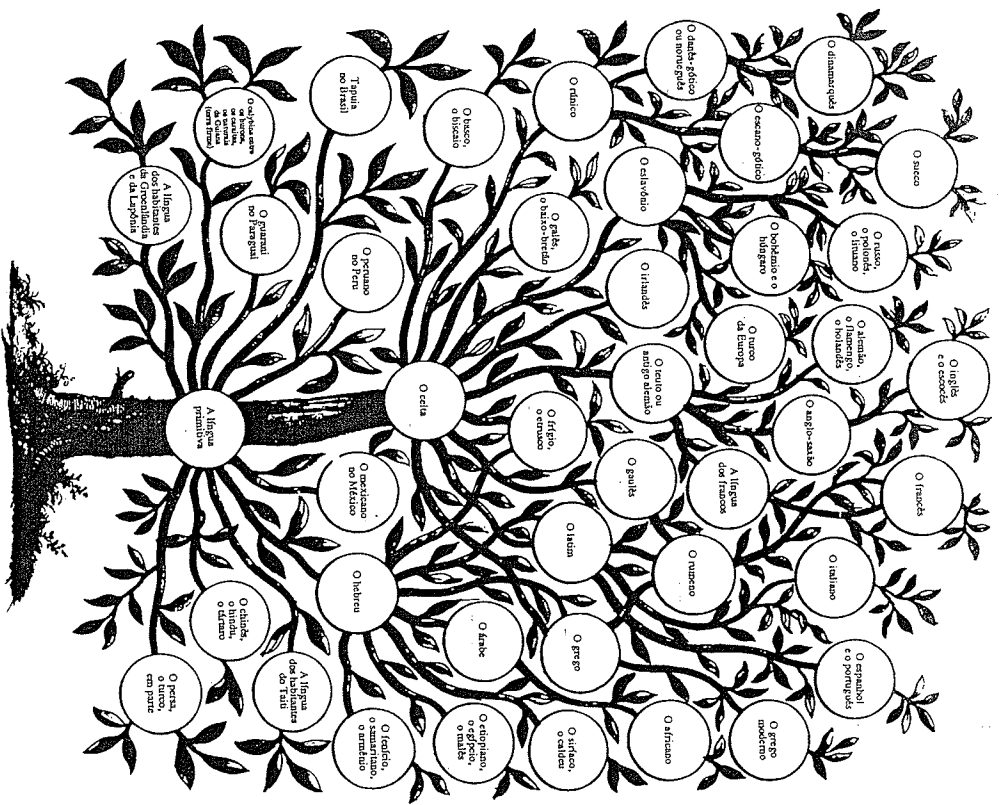
A gramatização dos vernáculos europeus é contemporânea da exploração do planeta (África, América, Ásia) e da colonização progressiva de territórios imensos pelo Ocidente. Isto explica³⁸ a gramatização simultânea das línguas do mundo, cujo resultado é particularmente impressionante para a América do Sul e Central.³⁹ Mas não queríamos nos limitar a este aspecto da questão. Tem-se o costume de caracterizar a realização científica do Renascimento — e a passagem à Idade Clássica — por uma mudança de visão de mundo fechado (o cosmos antigo e medieval) para um universo infinito;⁴⁰ parava-se ao mesmo tempo de

ver o sol girar em torno da Terra. Esta concepção é seguramente correta, mas os filósofos e historiadores das ciências enganam-se — retomando nisto o positivismo ingênuo do século XIX — ao visarem apenas as ciências físicas e a astronomia. Antes do universo existe o globo terrestre: um marinheiro de Cádiz, Saint-Malo, Lisboa, Gênova ou Veneza não vê, sem dúvida, o horizonte do mesmo modo no meio do século XV e no início do XVII. Basta comparar um mapa-mundi medieval (ver p. 54, a reprodução do mapa de Abstorff, século XIII) e um mapa do Renascimento (ver p. 55, a reprodução de um mapa realizada por Juan de Vaca, o piloto de Colombo, 1500) para compreender a extensão da mudança. O mundo terrestre — isto é, o mundo humano — não pára de crescer. Ele é de início fechado pelo mar que o contorna (e pelos limites do corpo de Cristo), hesita-se em seguida na forma de orientar sua representação (Colombo acreditava “subir” em direção ao Oriente), depois adquiriu a exatidão e a objetividade geométrica (cf. a projeção de Mercator).⁴¹ Ao mesmo tempo os relatos de viagem, os relatos dos missionários, dos quais alguns são colocados ao alcance do grande público pelas célebres *Relações dos jesuítas* que a Ordem publicava anualmente, de 1632 a 1673, em Cramoisy, Paris,⁴² testemunham o abalo considerável que representa para os ocidentais o confronto com a alteridade (ver o capítulo dos *Ensaíos de Montaigne* consagrado aos “cambais”) e da massa considerável de conhecimentos novos que produz a exploração do planeta. Uma técnica etnográfica é rapidamente estabelecida, como o mostra o célebre tratado de *Historia natural e moral das Índias Ocidentais* do Padre Joseph de Acosta (o original espanhol, publicado em 1589, foi traduzido para as principais línguas européias). A colonização traz as discussões sobre o povoamento americano a partir das hipóteses do juriconsulto holandês H. Grotius (*De origine gentium americanarum*, 1642), mas anteriormente sobre a unidade do homem e a organização jurídica das relações entre os povos (F. Vitoria, *De Indis et de iure belli*, 1538). Elas desembocaram notadamente na etnografia comparada (J. -P. Lafitau, *Moeurs des sauvages américains comparés aux moeurs des premiers temps*, 2 vols., Paris, Saugrain, 1724; cf. igualmente as *Recherches philologiques sur les Américains - 1766-1769, sur les Egyptiens et les Chinois - 1772, sur les Grecs,*

1787 de C. de Paw) e a laicização das questões que concernem aos homens primitivos e à origem da linguagem, isto é, à natureza humana que é o objeto da *antropologia*.⁴³ Como os engenheiros do Renascimento fizeram-nos passar dos humanistas aos cientistas,⁴⁴ os missionários e exploradores fizeram-nos passar dos humanistas aos antropólogos.

URBEM KUSTROHENSIVM AMRADOUMI
 TAB. XXVIII. SERRA. XI. ANNO. 1787. AUCTOR. CAROLUS PAW.





Árvore genealógica das línguas mortas e vivas, esboçada segundo os Principios do Autor do Mundo Primitivo sobre as gerações das línguas. Dedicado ao Abade Sicard, Professor de Surdos-Mudos, membro do Instituto Nacional, por Félix Gallier, C. G. Geullier-Seulps.

NOTAS

- 1 Nós subscrevemos a tese de B. Latour (*La Science en action*, Paris, La Découverte, 1989, principalmente pp. 290 e segs.), segundo a qual a tecnocência possui uma estrutura de rede. As ciências da linguagem, no período que nos interessa, constituem, em nosso ver, uma confirmação empírica desta tese. Não é preciso dizer que isto não nos obriga a adotar o relativismo cético de Latour.
- 2 Emprego esta expressão em falta de outra. Ela tem apenas uma função de designação para o saber construído sobre o domínio empírico em que se produzem as atividades do *homo sapiens* e seus efeitos.
- 3 Quantitativamente, no início do século XIX, o patrimônio ocidental recobre cerca de 1.000 línguas: o *Atlas etno gráfico* (1826) de Balbi recensaia seletivamente.
- 4 O provençal — língua dos trovadores — é a mais antiga língua neolatina gramaticalizada. O catalão Raimon Vidal (de Bezaudun) compôs, entre 1190 e 1213, as *Razos de trobar* (para uma edição crítica moderna cf. Marshall, 1972). Este tratado será verificado, na Sardenha, por Terramagnino da Pisa entre 1270 e 1280 (cf. A. Ruffinato, *Terramagnino da Pisa: doctrina d'Acort*, Roma, Ateneo, 1968) e retomado na Sicília por Joire de Foixa em 1290 (cf. E. Li Gotti, *Jofre de Foixa: vers e regles de trobar*, Módena, UTM, 1952). De forma independente, Uc Faldit (Uc de Saint Circe: cf. Gröber, 1884) redigiu na Itália, em 1240, um *Donatz proenzals* (para uma edição crítica moderna cf. Marshall, 1969) e um dicionário de rimas (cf. Chabaneau, 1877, Paris, 1872). O livro III das *Lays d'amors* (1356), redigido por Trovadores de Toulouse é uma gramática provençal (mais de 400 páginas na edição Gauthier-Amouilli dos *Monuments de la littérature romane*, 1841) de excelente qualidade, cf. Law, 1986.
- 5 Esta depende dos domínios reservados às nações européias. O domínio dos portugueses (cf. Carvalho Buescu, 1983) é mais particularmente a Ásia, a África, o Brasil: o padre H. Henriques redige uma *Arte da língua malabar em português*, em 1549, que permanece manuscrita; a *Arte da língua de Iapan*, de Joao Rodriguez é impressa em Nagasaki em 1608-1609; a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (concernente ao tupi-guarani) do Pe. José de Anchieta aparece em Coimbra em 1595. Não dispomos de estudo histórico global sobre o conhecimento das línguas africanas, que só parece se tornar significativo no século XIX e conceirni, antes desse período, essencialmente aos vocabulários (cf. Fodor, 1975). No que concerne à Madagáscar (língua malaito-polinésia) ainda que os portugueses tenham descoberto a ilha em 1500, a primeira gramática é a do francês Estienne de Flacourt (1748; cf. Dez, 1991).
- 6 O primeiro texto návale impresso no México é de 1539; trata-se de um catecismo bilingüe: Fray Juan de Zamarraga, *Breve y mas compendiosa doctrina christiana em lingua mexicana y castellana*, Juan Cromberger.
- 7 A quarta parte dessa gramática, que permanece manuscrita, *De Arte poetica*, foi redigida em irlandês. Cf. Lambert, 1987.
- 8 E. Lhuyd, *Archæologia britannica, giving some account additional to that has been hitherto publish'd, of the languages, histories and customs of the original inhabitants of Great Britain...*, cf. I, *Glossography*, e IX *A Brief introduction to Irish and Ancient Scottish language*, Oxford, The Author, 1707.

9 "E no se pot conossere ni triar l'acusatus del nominatu sino per zo que -l nominatus singulars, quan es masculis, vol -s en la fi e li autre cas no -l volen, e -l nominatu plural no [lo] vol e tuit li altre cas volen lo eni plural!" (Marshall, 1969:92).

10 Quando os jesuítas europeus penetraram no século XVII na corte do imperador da China, lá encontraram astrônomos muçulmanos.

11 Claro, a unidade teórica greco-latina explica que se possa tanto entrar nesse fundo pela via grega, ou que o saber bizantino tenha sido tão facilmente assimilado. A *Tekhnê* de Dionísio foi traduzida em georgiano, armênio, síriaco e velho-eslavônico.

12 Um exemplo, entre outros, para a tradução em L2 de uma gramática de L1, inicialmente redigida em L1: o aparecimento em 1590 da *The Spanish Grammar* (Londres, John Wolfe), traduzida por John Torrie de uma obra de Antoine de Corro. Na mesma ordem de idéias, parece que a gramática do russo em suco de Michael Groning (*Ther ar grammatica rastica* (...)) Estocolmo, 1750) é a tradução de um manuscrito russo de E. V. Adodurov (ca. 1738), cujo único fragmento subsiste hoje. O fenômeno é ainda mais evidente para os léxicos políglotas.

13 D. Bidegany apresenta, em 1675, nos estados de Navarra, um pedido de subvenção para a confecção de um dicionário trilingüe (basco, latim, francês) com a finalidade de "facilitar à juventude basco-navarra as vias e meios de aprender a língua latina, que é porta pela qual se chega às grandes ciências". No ano seguinte o mesmo projeto junta à sua argumentação o fato de "dar regras" ao basco (Oyharzábal, 1987:460-1).

14 É todavia difícil separar a gramática castelhana (1492) das *Introducciones latineae* (Salamanca, 1481) e de sua tradução espanhola (*Introducciones latinas* (...)) *contrapueso el romance al latin*, Salamanca, 1487).

15 Encontramos, numa escala menor, um uso semelhante no tâmil, na obra de C. I. Beschi (*Grammatica Latino-Tamilica in qua de vulgari tamilicae linguae [Kolutamili] dicto* (...), ms 1728; ed. ca. 1738 ou 1739, concerne ao tâmil comum; *Grammatica Latino-Tamilica ubi de elegantiori lingua tamilicae dialecto [centamili dicta* (...)) ms 1730; trad. ingl., 1822; ed. 1917; concerne ao tâmil poético; *Clavis Hinduatorum Literarum Sublimioris Tamilici Dialectis*, ms ca. 1735; ed. 1876; segue o modelo dos gramáticos autóctones). Os gramáticos do tâmil não têm nada que corresponda à categoria adjetivo. O missionário utiliza a tradicional oposição latina: *nomen proprium / nomen appellativum* para traduzir pelo segundo termo a categoria autóctone *vinak kurippu (signum verbi)*, reunindo elementos qualificativos que "se declinam como os nomes" e "se conjugam como os verbos". Os gramáticos posteriores vão reter uma parte da terminologia na expressão *verbo apelativo*.

16 Cf. Troupeau, 1962. Notar-se-á que o primeiro dos três livros das *Grammaticas arabicae* (Breslau, 1608-1610) do médico P. Kirsten – que chegou ao árabe por interesse em textos médicos – contém uma tradução da *Miqadidza* de Ibn A gurruum.

17 Assim, para *futurus* encontramos, em antigo francês: *en le temps a venir* e em antigo alto-alemão: *taz chunftiga ziti*; para *infinitus*, em antigo francês: *el mod sanz fin* e em antigo inglês: *ungezandigendlic*. Cf. sobre este problema em Merrilees, 1987, 1988.

18 Sobre o papel do texto deste gramático cf. Holtz, 1981.

19 A versão de São Jerônimo será adorada como vulgata no século VIII. Sobre a relação de São Jerônimo com Donato cf. Holtz, 1981; encontrar-se-ão numerosas indicações sobre as concepções lingüísticas desse pai da Igreja no comentário segundo de *Contra Rufin*, estabelecido por P. Lardet (Leyde, Brill, 1922).

20 A Idade Média conheceu traduções de Donato em islandês e norueguês (das quais 56 fragmentos curtos chegaram até nós), houvê, talvez, igualmente também em dinamarquês e em suco. Cf. Hovdhaugen, 1987:75). A tradução em velho-eslavônico é mais tardia (Dmitri Gerasimov, *Donat's sivec grammatica* (...), 1522).

21 Dizendo isto imagino o que poderia ter sido o futuro da "gramatizagaço" das linguas do mundo se tivesse tomado por base a gramática árabe ou a sânscrita, ou ainda a análise lingüística chinesa.

22 A primeira de 813 conheceu cinco sínodos: os de Chalons-sur-Saône e de Arles, porque eles se contentam com termos gerais, permitindo aos historiadores concluir que a inteligibilidade de um texto redigido em latim simples não causava ainda problema na Gália do Sul; o de Tours evoca a necessidade de "transferre in rusticam linguam aut Thioiscam", isto é: traduzir em língua romana rústica e germânica (Em: B. Cerquillini, *La naissance du français*, Paris, PUF, 1991:41). Cf. M. Zink, *La predication en langue romane avant 1300*, Paris, Honoré Champion, 1982.

23 Cf. anteriormente o caso do irlandês. É preciso lembrar que a Irlanda nunca fez parte do Império Romano, que a cultura latina permaneceu aí sempre puramente livre e que, enfim, foi na Irlanda que os estudos do latim a partir de Donato se fizeram mais precoces (Cf. Holtz, 1981, cap. VIII).

24 O século XIV viu a população da Europa diminuir consideravelmente (epidemias, fomes, Guerra dos Cem Anos).

25 Cf. P. Benoit, "Calcul, algèbre et marchandise", em: M. Serres (org.) *Éléments d'histoire des sciences*, Paris, Bordas, 1990:197-222.

26 Cf. H. G. Richardson, "Business training in Medieval Oxford", em: *The American Historical Review* 46:259-80, 1941.

27 Cf. G. Dahan, *Les intellectuels chrétiens et les juifs au Moyen-Age*, Paris, Cerf, 1990; cf. igualmente S. Berger, *Quam notitia lingua hebraica habuerint christiani medii aevi temporibus in Gallia*, Nancy, 1893. Sabê-se que São Jerônimo tinha feito uma lista dos nomes próprios bíblicos de que ele dá a etimologia (*Liber Interpretationis hebraicorum nominum*). Disponemos de instrumentos lexicográficos como a *Summa* redigida por Roger Bacon. Henri de Hassia (ou de Langestein), enfim, redigiu em 1388 um *De Idonate hebraico*, obra já muito elaborada.

28 É preciso observar que a *Tekhnê* de Dionísio foi traduzida em síriaco desde o século IV por Joseph Huzaya.

29 As fontes árabes são fundamentais para certas correntes aristotélicas medievais. Cf., por exemplo, A. de Libéria, *Perier au Moyen-Age*, Paris, Seuil, 1991.

30 É também o fim de uma certa coexistência de culturas. Enquanto os cristãos, judeus e muçulmanos viviam pacificamente sob o domínio árabe, os reis católicos assinalavam em 1492 um édito de expulsão dos judeus e promulgavam, em 1502, uma lei que expulsava da Espanha os muçulmanos não-convertidos.

- 31 Cujio custio para a humanidade é considerável: estima-se que a população ameríndia passou dos 60 milhões de indivíduos a uma vintena no primeiro quarto de século da conquista. Os europeus, ao mesmo tempo que seus catecismos e suas iconologias, trazem epidemias, guerras, escravidão e desorganização social.
- 32 "Pour ceo que les bones gens du roiaume d'Engleterre sont enbrasséz a sçavoir lire et escrire, entendre et parler droit françois a fin qu'ils puissent entrecommener bonement ové leur voisins, c'est a dire les bones gens du roiaume de France, et ainsi pour ce que les leys d'Engleterre voleters s'entrescrivent en romance, tres necessaire e cuide est aus Englois de sçavoir la droite nature de françois", cit. por Kibbee, 1991:203.
- 33 É claro que esta concorrência não é nova. Desde o século IX, Offrid, por exemplo, escrevia: "Wanana sculum Frankom énon thaz birvankon, ni sie un frénkisgon begimen, sie gotes lob singen?", (tradução: por que deveríamos deixar os francos começar a cantar sozinho os louvores de Deus na língua franca?), cit. por Weber, 1987:115.
- 34 Cf. Isidoro de Sevilha, *Etymologiae*, IX, 1-1: "Ora, no infício (isto é, depois do dilúvio), havia tantas línguas quanto nações, em seguida houve mais nações que línguas, porque de uma só língua saíram várias nações" (trad. Reydellet, Paris, Les Belles Lettres, 1984:30).
- 35 A história da gramática latina não termina, evidentemente, com os gramáticos latinos; cf. Rosier (ed.), 1988a.
- 36 Cf. para o Ocidente, os casos da *Tekiné* de Dionísio de Trácia, da *Auraticépi na nizes* irlandesa, as glosas que acompanharam a *Doctrinale* etc.
- 37 Há, às vezes, contingências técnicas independentes de qualquer opção lingüística. Observamos que na primeira edição do *Dictionnaire* da Academia Francesa (1694), quando as linhas superiores contêm letras com hastes, é o caráter não-acentuado que aparece mais frequentemente no lugar de é, ê, ê: a interlinha muito estreita não deixa lugar para o acento. Cf. Catach, 1984: 138-9.
- 38 Eu entendo, aqui, explicação no sentido forte de relação causal. A colonização, a exploração e os contatos comerciais conduzem necessariamente ao "conhecimento" das línguas, mas logicamente não à sua gramatização: não é muito usado pensar que a gramatização dos vernáculos europeus desempenha um papel decisivo.
- 39 Entre 1524 e 1572 contamos 109 obras espanholas relativas às línguas indígenas do México. O que concerne à América do Norte é bem mais limitado e visa quase exclusivamente as famílias algonquinas e iroquesas, aparecendo as duas nos relatos de J. Cartier (cf. Barbeau, 1961). Hanzeli (1969) estudou de perto a produção dos missionários na Nova França que manifesta uma progressão contínua e chega a um excelente conhecimento das duas línguas-matrizes e de alguns de seus dialetos (certos trabalhos serão utilizados no século XIX: o estudo em latim de J. Bruyas sobre as palavras radicais do mahawk – família iroquesa – será traduzido em inglês e publicada na *Library of American Linguistics* (Schea) em 1862; cf. Dinneen, 1990). Este livro ficou, infelizmente, em grande parte manuscrito, por falta de meios locais de impressão. Poucas informações serão acessíveis ao público europeu, permanecendo elementos, mesmo se aí juntarmos as fontes inglesas. Para a família algonquina: observações do padre P. Lejeune sobre o montanhês, nas *Relations* dos jesuítas, em 1634; *A Key into the language of America* concerne ao narraganset) que faz aparecer em Londres, em 1643, R. Williams, o fundador da colônia de Rhode Island; enfim, a

obra célebre *The Indian grammar begun* (concerne ao massachusett) de J. Eliot, em 1666. Para a família iroquesa: uma tradução interlinear huron-francesa de um catecismo popular pelo jesuíta J. de Brébeuf (Rouen, 1630); um *Dictionnaire de la langue huronne*, publicado em 1632 pelo frei Gabriel Sagard; um estudo gramatical de Brébeuf, surgido nas *Relations des jésuites*, em 1636.

- 40 Cf. A. Koyré, *From the closed world to the infinite universe*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1957 (trad. franc., Paris, PUF, 1962).
- 41 Gérard Kremer, diz Mercator (1512-1590), matemático e geógrafo flamengo que esteve por muito tempo a serviço de Carlos V representava os meridianos pelas retas paralelas e as paralelas terrestres por retas perpendiculares às primeiras.
- 42 Para uma reedição moderna, cf. R. G. Thwaites, *The jesuit relations and allied documents*, 73 vols., Cleveland, Burrows, 1896-1901.
- 43 "A Antropologia nos ensina a conhecer a origem do homem, os diversos estados pelos quais ele passa, suas qualidades, seus afetos, suas faculdades ou ações para deduzir daí o conhecimento de sua natureza, suas relações, seu destino e as regras às quais ele deve se conformar para responder adequadamente", cit. por J. -B. Robinet no *Dictionnaire universel des sciences morales économique politique et diplomatique ou Bibliothéque de l'homme d'Etat et du citoyen*, Liège, Plomteux, 1778, t. V, pp. 333-54. Sobre estas questões cf. C. Blanckaert (ed.), *Naissance de l'ethnologie?*, Paris, Le Cerf, 1985; B. Rupp-Eisenreich (ed.), *Histoires de l'anthropologie siècles XVII-XIX*, Paris, Klincksieck, 1984.
- 44 Cf. R. Mandrou, *Des Humanistes aux hommes de science*, Paris, Le Seuil, 1973.
- 45 A célebre obra *L'ancien Régime et la Révolution*, (1856) sustentava, com apoio em provas, que a Revolução Francesa tinha só precipitado um movimento de fundo da sociedade, e, por conseguinte, não tinha feito "ábuva rasa" do passado.

III O CONCEITO DE GRAMATIZAÇÃO

Já introduzimos o fato da gramatização; agora é preciso ir para o conceito. Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.

A gramatização pelos europeus supõe a alfabetização, isto é, majoritariamente, a transcrição de uma língua em caracteres latinos. Esta alfabetização se efetua primeiro selvagemmente e por analogia: o locutor nativo, alfabetizado numa língua (o latim) adapta a escrita ao som que ele percebe. Rapidamente, com a imprensa e a standardização, a ortografia se torna um problema, às vezes acidamente discutido. De modo geral, os primeiros tratados sobre a ortografia dos vernáculos europeus precedem a confecção de suas primeiras gramáticas. A alfabetização das línguas não-indo-européias depende largamente dos locutores (espanhóis, portugueses, franceses, alemães etc. não fazem as mesmas transcrições), e da fineza de seus ouvidos. Irremediavelmente, fazemos comparações, notamos a ausência de tal ou tal "letra", ou as diferenças entre a "mesma" letra nas diferentes línguas. O conceito de letra desempenha, entre outras coisas, o papel do conceito de fonema (que só aparecerá no fim do século XIX). Podemos dizer que uma rica *epifonologia* (uma fonética funcional não tematizada como tal), pedida pela escrita, se desenvolve na base de concepções fonéticas articulatórias, que refinarão pouco a pouco o desenvolvimento da medicina e

da acústica. Os resultados são consideráveis: cita-se frequentemente a alfabetização do vietnamita pelo padre Alexandre de Rhodes (1651), que permaneceu como transcrição oficial desta língua; mas não é necessário recorrer ao exotismo, pois o trabalho sobre os vernáculos europeus é uma obra gigantesca. Desde 1686, F. Lodwick publica um *Essay towards an universal Alphabet*, sem que isto provoque a uniformização das transcrições, fim que não atingirá melhor Volney bem no início do século XIX. Para as línguas de culturas escritas se coloca o problema de sua transliteração, ou mesmo da decifração de sua escrita. Os conhecimentos dos ocidentais não dão apenas lugar às teorias sobre o nascimento da história das escritas,¹ elas são um instrumento de dominação e de acesso aos saberes de outras civilizações, de que eles têm perfeita consciência. O tomo 18 (1762) da *Encyclopédie* de d'Alembert e Diderot comporta um longo estudo de Michel Le Roux des Hauterives (professor de árabe do Collège de France) sobre os *Caractères et alphabets des langues mortes et vivantes*, contendo 25 planchas (cf. Pinault, 1991).²

Nós chamamos gramática de uma língua L, algo como o que fez Panini para o sânscrito; Dionísio de Trácia e Apolônio para o grego; Varrão, Donato e Prisciano para o latim e Sibawayhi e seus sucessores para o árabe.

Uma gramática contém (pelo menos): a. uma categorização das unidades; b. exemplos; c. regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar). Os paradigmas completos — sob forma tabular — não figuravam no *corpus* dos gramáticos greco-latinos clássicos, estando seu aparecimento ligado à pedagogia das línguas (nos bizantinos, cf., por exemplo, os *Canons* de Teodósio). É nesta função que eles aparecerão progressivamente nas gramáticas dos vernáculos europeus (em Nebríja (1492) encontramos os paradigmas do castelhano somente no livro 5, que constitui uma introdução destinada aos estrangeiros); eles servirão igualmente para aprender contrastivamente a realidade de uma língua (colocação em correspondência dos paradigmas de duas línguas, uma delas sendo frequentemente o latim). Os paradigmas são rigorosa-

samente equivalentes a um conjunto de regras e podem por si só terem a função de gramática. O conteúdo das gramáticas é relativamente estável: ortografia / fonética (parte opcional), partes do discurso (cf. Apêndice 1), morfologia³ (acidentes da palavra, compostos, derivados), sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e regime), figuras de construção.

Os exemplos se beneficiam de uma espantosa estabilidade no tempo; nós os reencontramos, por um procedimento de tradução, de língua a língua. A constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou de excertos de um *corpus*), os exemplos testemunham sempre uma certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las, ver mais adiante) como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras.⁴

A categorização das unidades supõe duas coisas: termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada. São essencialmente as partes do discurso, suas definições e propriedades, que fazem as vezes de termos teóricos (ver Apêndice 1). É no entanto preciso notar a presença de termos teóricos mais globais (palavra, enunciado) que — ao contrário das classes de palavras — são raramente discutidos, conquanto tenham implicações consideráveis: a possibilidade de aplicar a noção de “palavra” às línguas não-indo-européias está longe de ser uma evidência (a flexão vai rapidamente causar problema; para a interpretação lexical nos arranjos frequentemente entrando nos dicionários, não de palavras, mas de expressões inteiras), e a consideração exclusiva de enunciados elementares limita a classes dos fenômenos linguísticos acessíveis à observação (ela coincide, todavia, muito bem com uma abordagem essencialmente morfológica). A fragmentação já é uma representação teórica da língua (ela é suscetível de ser considerada verdadeira ou falsa) e, claro,

não é independente da categorização (pois recortar é o mesmo que classificar).

As regras podem ser encaradas como prescrições (diga..., não diga...; diz-se...) que não possuem nenhum valor de verdade ou como descrições (na língua L..., é enunciado correto; eles dizem...). É fácil passar do primeiro para o segundo tipo de formulação, ⁵ o que explica que nunca existe, entre uma série de gramáticas prescritivas e uma outra série de gramáticas descritivas da mesma língua, a absoluta solução de continuidade que avê a historiografia tradicional: um certo saber se conserva sempre. Toda gramática equivale pois a um *corpus* (mais ou menos explícito) ⁶ de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ela é uma descrição linguística.

Todos os gramáticos precoces insistiram na noção de regra. De Nebrija (1492) "... reduzir en artificio y razón la lengua que por luengo uso desde niños deprendieron"; Fortúnio (1510), *Regole grammaticali della volga lingua à Sylvius* (Dubois, 1531) "... lingue Gallicae invenire et in canones conjicere"; de John Eliot (1666) (...) *an essay to bring the Indian language into rules*, (cf. Milner, 1974 e Cowan, 1948) a Larramendi (1729) "reducir a metodo y reglas el Bascuenze" todos, e a propósito de todas as línguas vivas, se propõem como fim "reduzir" esta língua a regras. Sagard, vê no huron uma língua "selvagem, quase sem regras (...) imperfeita" (l.c., p. 10): "nossa gente confunde (...), frequentemente, os tempos, o plural e o singular, e os gêneros masculino e feminino, ordinariamente, sem nenhuma mudança, diminuição ou adjunção de palavras e sílabas" (l.c., p. 9). Monbodo concluirá que: "(...) é impossível construir com eles uma gramática: isto é, reduzi-los a alguma regra", "(...) duas famílias da mesma aldeia não falam a mesma língua" (*Of the origin and progress of language*, 1773, 1:327). Seria fácil demais e, sobretudo, inexacto e injusto desprezar estes gramáticos que parecem não reconhecer plenamente que aquilo que uma gramática descreve são as regularidades intrínsecas à própria realidade das trocas linguísticas e que nenhuma mudança deixa de ter regularidade. De início, a descoberta ⁷ dessas regularidades é um problema intelectual considerável, que eles enfrentam e resolvem como podem, trazendo sucessos notáveis.

Em seguida, e é um ponto essencial, nossos gramáticos trabalham em espaços de oralidade, mesmo se a situação é mais complexa no caso dos vernáculos europeus: o que encontram primeiramente é a variação linguística. Em face da estabilidade literária do latim, os vernáculos manifestam uma variabilidade dia-crônica que os coloca em posição de inferioridade. A lentidão das comunicações, a ausência da cultura escrita, e mesmo da organização política, dota sincronicamente os vernáculos de uma variabilidade polilectal ou polinômala no espaço, de que temos dificilmente consciência hoje. Não é um acaso se vemos aflorar em Lafitau formulações muito próximas daquilo que os dialetólogos do século XIX nomearão a "Lei de Meyer": ⁸

Quando digo que a língua algonquica e a língua hurônica são línguas mãe, falo de acordo com a idéia comum: porque entre tantas línguas, que tem uma grande relação entre si, seria difícil, para não dizer impossível, discernir as línguas originais dos dialetos (1724, l.c., t. 2, p. 477).

Em um espaço linguístico vazio, ou praticamente vazio, de intervenções tecnológicas, a liberdade de variação é evidentemente muito grande e as discontinuidades dialetais, que afetam essencialmente traços que não se recobrem, são pouco claras. A gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja o "bom uso" vai reduzir esta variação. Basta considerar, para cada uma das línguas européias, a série dos gramáticos, do século XVI ao fim do XVII, para ver como se reduzem as diferentes variantes de uma mesma forma até desaparecerem. A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural ⁹ e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário torna-

ria estes dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isto significa que o aparelho dos instrumentos lingüísticos não deixa intactas as práticas lingüísticas humanas. Com a gramatização — logo a escrita, depois a imprensa — e em grande parte graças a ela, constituiram-se *espaços/tempos de comunicação*¹⁰ cujas dimensões e homogeneidade são sem medida comum com o que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramática.¹¹ Isto não vale somente para as grandes línguas europeias, mas também para todas as línguas do mundo em que os instrumentos gramaticais europeus serão impostos aos locutores indígenas: por exemplo o quéchua, que se torna a “língua geral” do Peru, bem para além do que se supunha a dominação inca, ou ainda o guarani na época da República Jesuíta do Paraguai (1610-1767). Assim como as estradas, os canais, as estradas-de-ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio lingüístico da humanidade. É claro, entre outras coisas, que as línguas, pouco ou menos “não-instrumentalizadas”, foram por isso mesmo mais expostas ao que se convém chamar *lingüicídio*, quer seja ele voluntário ou não.

Foi deste fenômeno complexo, ao mesmo tempo teórica e praticamente, que quisemos dar conta do conceito de *gramatização*.¹² Concebemos facilmente os limites da ação do processo sobre a realidade das línguas: ele só pode ser muito longo. Não é certo que se possa citar apenas um fenômeno lingüístico elementar,¹³ que seja o produto da escrita ou da gramatização. Existem, sem dúvida, propriedades lingüísticas invariantes em relação às oposições oral/escrito, natural/gramatizado. Sabemos bem, entretanto, que a norma escrita veiculada pelas gramáticas transforma as pronúncias, que ela pode suscitar novas associações semânticas, ou ainda novas reinterpretações morfológicas das unidades. Sobre tudo, é preciso certamente considerar as línguas, elas próprias no sentido dessas entidades que consideramos — pois estamos habituados às línguas gramatizadas — como homogêneas e isótopas, sempre idênticas a elas mesmas, porque independentes do espaço, das circunstâncias e dos locutores, como uma consequência da gramatização.

Os dicionários — no sentido em que os entendemos hoje — não faziam parte da tradição lingüística inicial. Para nós, com efeito, uma gramática dá procedimentos gerais para engendrar/decompor enunciados, enquanto o dicionário fornece os *itens* que se trata de arranjar/interpretar segundo este procedimento. Encontramos uma exposição formalmente equivalente entre os procedimentos de cálculo e as tábuas de valor que utilizavam já os matemáticos egípcios e os babilônios.¹⁴ Entretanto, mesmo se a análise gramatical por paradigmas supõe bem uma organização intelectual deste tipo, e, se além disso, a lexicologia é mais antiga que a gramática propriamente dita, o dicionário moderno não é anterior à imprensa e ao processo de gramatização dos vernáculos europeus. A lexicografia —¹⁵ ela corresponde a um texto disposto segundo uma certa ordem dada às palavras — se constituiu inicialmente segundo os seguintes eixos:

- a. Listas temáticas de vocabulário (que passam de língua a língua; cf. Sîdarus, 1990 sobre listas egípcias), que podem ser reduzidas a uma profissão (medicina) ou a um setor só da realidade (as plantas, as armas etc.). Esses tipos de listas constituem sem dúvida os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade. Elas podem existir antes da escrita e, se não têm originariamente uma vocação lingüística, adquirem-na facilmente. As *nominalia*, como as chamamos na Idade Média, foram o suporte onomasiológico da aprendizagem medieval do latim. É assim a *Elementarium doctrinae erudimentum* do italiano Papias (século XI). Mas elas podem também servir para os vernáculos (o tratado de Walter de Bibbesworth, composto entre 1180 e 1190, tem por finalidade a aprendizagem do francês). A classificação onomasiológica será freqüente até o século XVI. Podemos relacionar a estas obras os modelos de diálogos, cartas etc. que tocam sempre um sujeito específico;
- b. Em uma língua dada, listas de palavras antigas e difíceis, de homônimos, de sinônimos, dicionários de rimas, léxico de um autor etc. Os gregos dispunham já desses instrumentos. Na Idade Média são as glosas interlineares agrupadas que, pouco a pouco, dão origem a *glossários* (Buridant, p. 19, em: Buridant (org.), 1986).

Eles introduzem notadamente o fato de explicar uma palavra mais difícil por palavras mais fáceis ou palavras do vernáculo;

c. Glossários independentes alfabéticos mono-, bi- ou n- língües. Os glossários monolíngües medievais do latim são necessariamente instrumentos destinados a aprender o latim como segunda língua. Os glossários bilíngües se multiplicam geralmente entre o fim do século XIV e o do XV.

Há evidentemente uma circulação entre esses elementos, que se encadeiam, se herdaram,¹⁶ se completam, são traduzidos, colocados em correspondência etc. O que oblitera grandemente o aparecimento dos dicionários monolíngües é — além da especialização de a. e b. — a confusão entre enciclopédia e dicionário lingüístico: a distinção entre “dicionário de palavra” e “dicionário de coisa”, que observamos em Bayle ou no *Dictionnaire* de Trévoux (1704), não será claramente teorizada senão por Diderot (art. “enciclopédia” da *Encyclopédie*, 1755), isto é, muito tempo depois da autonomização do primeiro gênero. Nessas condições, é difícil fazer uma distinção clara entre a gramática e o dicionário: as *Etymologies* de Isidoro de Sevilha — enciclopédia que toma as palavras como tema — consagram trinta capítulos à gramática, os manuais medievais de Alexandre de Villedieu, Jean de Genes (a quinta parte do *Catholicon*, 1286, é um dos mais célebres dicionários medievais), Eyrard de Béthune e tantos outros derivam dos dois. Ainda que os diferentes gêneros não estejam verdadeiramente separados de forma estanque, é possível fazer remontar a origem do dicionário monolíngüe moderno aos instrumentos mais propriamente lingüísticos que são os glossários do tipo c.: estão presentes desde a Idade Média e vão pulular no Renascimento (cf. Claes, 1977; Niederrehe, 1986; Rossebastiano Bart, 1984; Starnes & Noyes, 1991). O mais célebre entre eles, o de Ambrogio Calepino (1502), muitas vezes reeditado (Labarre, 1975) ainda que de qualidade medíocre, fará mesmo do patronímico de seu autor um nome comum (um calepino): era inicialmente monolíngüe (latim), mas acabará por comportar uma dezena de línguas. É a passagem de língua a língua (notadamente do latim ao vernáculo) que justifica o instru-

mento lingüístico e o carreamento de seus componentes enciclopédicos e letrados, ainda que ele possa ter concorrência neste papel, no que concerne às línguas vivas, nos manuais de conversação ou diálogos.¹⁷ Compreende-se facilmente que o acesso a uma língua estrangeira se possa conceber quase automaticamente, no momento em que as duas existem e que tenham ainda origens diferentes, sob o duplo aspecto de uma gramática e de um léxico bilíngüe, de resto reversível quanto à função das entradas.¹⁸ Os léxicos multilíngües estabeleceram as primeiras listas do vocabulário dos vernáculos: o primeiro dicionário latim-ínglês conhecido (Geoffroy, o gramático, *Promptorium Parvulorum, sive clericorum*, ca. 1440) contém, já, cerca de 12.000 entradas lexicais inglesas (cf. Kibbee, 1991:2). O dicionário monolíngüe de uso dos nacionais, cujas entradas, pelo viés das definições, jgam-se entre si, é herdeiro incontestado desse trabalho lexical, mas corresponde a uma outra finalidade prática que é a mesma da gramatização das línguas nacionais: a normatização dos idiomas. A elaboração se estenderá por todo o século XVIII (Cawdrey, *A Table alphabatical*, 1604; Nicod, *Thrésor de la langue françoise*, 1606; Covarrubias, *Tesoro de la lengua castellana, o espanola*, 1611 etc.) até que as obras se tornem verdadeiros *précis à parler* (Collinot/Mazlière, 1987; a propósito dos dicionários franceses do fim do século). É só lentamente que eles se tornarão mais complexos (marcação gramatical, codificação das formas de definição, pronúncia,¹⁹ sinônimos, homônimos, antônimos, marcação de domínios semânticos etc.), seguindo, quanto a isto, o destino de todos os objetos técnicos.

Deve-se fazer começar a gramatização com o aparecimento do primeiro saber metalingüístico de uma língua dada (por exemplo, quando se começa a citar palavras ou expressões em um texto de uma outra língua). É, no entanto, preciso que este aparecimento seja a primeira margem significativa de uma série que se prolonga sem muita solução de continuidade até a redação de gramáticas e dicionários. Não se fará pois começar a gramatização das línguas americanas com a *Saga d'Eric le Rouge* (século XII) ainda que esta comporte a transcrição de alguns nomes próprios (*micmac* ou *beothic*?). De direito, o processo de gramatização nunca termina, porque, de um lado, as línguas

evoluem, e, de outro, é difícil definir até onde pode-se levar o processo de gramatização, cuja extensão foi muito variável segundo as línguas.²⁰ Podemos, todavia, nos entender sobre o que significa para uma língua "ser gramatizada". É quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com a ajuda apenas dos instrumentos lingüísticos disponíveis.²¹ Neste sentido o chinês não será verdadeiramente gramaticalizado (para a tradição ocidental) senão no fim da segunda metade do século XIX.

Por definição, o processo de gramatização que nos interessa aqui corresponde pois a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla. Importa levar em conta a situação dos sujeitos que efetuam a transferência, segundo eles sejam ou não locutores nativos da língua para a qual ocorre a transferência. Falaremos respectivamente de *endotransferência* e de *exotransferência*. Lingüisticamente teremos igualmente ou uma *endogramatização* ou uma *exogramatização*. A origem da gramática latina corresponde a uma endogramatização e a uma endotransferência cultural (a partir do grego). Acontece o mesmo para a gramatização dos vernáculos europeus; mesmo se estrangeiros desempenham às vezes um papel importante, a transferência é sempre endossada pela comunidade nacional. Como já observado no capítulo I, parece que é um fato empírico bem atestado que a gramatização espontânea (fora de transferência) corresponde a uma endogramatização. Na ausência da tradição lingüística, ninguém inventa uma para descrever uma língua viva que não conheça.²² É completamente diferente para os missionários (ou exploradores, ou, atualmente, os lingüistas) que gramatizam vernáculos sem escrita: estamos no caso de uma exogramatização (e quando se trata de propagar a doutrina religiosa de uma exotransferência).

Podemos esquematizar os diferentes momentos da gramatização de uma língua-alvo Lc a partir de uma língua-fonte Ls do seguinte modo:

[7] alfabetização de Lc a partir dos meios de escrita disponíveis em Ls (alfabeto latino) e dos elementos me-

talingüísticos fonético-gráficos (teoria das letras; descrições das articulações), construídos para Ls;

[8] citações de expressões de Lc em um relato de viagem ou um texto histórico;

[9] glosa (marginal, parcial) de um texto Tj da língua-fonte Ls em Lc;

[10] tradução de um texto Tj da língua-fonte Ls em Lc;

[11] tradução em Lc de uma gramática Gs de Ls (por exemplo, Donato).
Trata-se de um processo muito interessante porque é totalmente reversível. A tradução em Lc da metalinguagem gramatical e dos paradigmas de Ls, é *ipso facto* um primeiro esboço gramatical de Lc;

[12] adaptação da gramática de uma língua Ls para fazer uma gramática da língua Lc;

[13] utilização de meios gramaticais gerais (isto é, não especificados em relação a uma língua qualquer) para descrever uma língua Lc;

[14] colocação em correspondência bi- ou n-lingue de listas de expressões (elas podem corresponder a elementos lingüísticos em situação, cf. os manuais de conversação) ou de elementos menores (notadamente lexicais). Os políglotas são freqüentemente construídos em torno de um núcleo latino;

[14] dicionários bilíngües, com autonomia relativa das partes, tema e versão;

[15] dicionário monolíngüe.
Reencontramos aproximadamente todos esses elementos em todas as línguas, com exceção de [15], sem que de resto possamos fixar uma ordem estrita entre eles. O [13] nunca é refletido como procedimento de descrição (ver mais adiante a generalidade).

Seria um erro profundo confundir as operações intelectuais de endo- e da exogramatização: os locutores dos vernáculos europeus não são como estrangeiros diante de suas próprias línguas.

guas, de que têm evidentemente um conhecimento epilíngüístico. O problema é transformar este em conhecimento metalíngüístico e fazer de sua língua um objeto. O processo é longo, por exemplo, desde a famosa Carta de Otfrid (século IX) em Luitberg,²³ onde encontramos as primeiras observações gramaticais no e sobre o vernáculo antigo alto-alemão até as primeiras gramáticas. Quando ele serve de mediação oral ou de glosa escrita para o texto latino, o vernáculo é uma língua de trabalho. Neste uso, o vernáculo é transparente a si mesmo. Ora, se ele se opacifica e torna-se verdadeiramente objeto, é devido ao seu contato com o latim (daí, notadamente o papel das traduções durante todo o Renascimento).²⁴ Do mesmo modo que a luneta astronômica permitiu a Galileu observar as montanhas da lua, a gramática latina (inferiorizada desde a infância) permitirá aos primeiros gramáticos dos vernáculos ver os fenômenos de sua própria língua, com a diferença que, ao contrário do observatório que forma a gramática latina, nada da lente pode se confundir com as propriedades do objeto que ela permite observar. Os primeiros gramáticos dos vernáculos nunca foram monolíngües e é só quando a tradição nacional está bem estabelecida que o observatório latino acaba por desaparecer, em proveito dos autores literários, do acúmulo das normas lingüísticas e dos dicionários nacionais.

É muito diferente no caso da exogramatização: o conhecimento epilíngüístico faz falta e é preciso necessariamente constituir técnicas de observação. Estas devem, inicialmente, se construir na exterioridade, sem fazer economia do material humano que é o *turgimão*. É preciso pois estabelecer o sistema dos tradutores. Cartier traz dois índios de sua primeira viagem, que, depois de terem aprendido o francês, servirão de intérpretes para a segunda. A Europa conhecerá assim a visita — mais ou menos voluntária — de um número não-negligenciável de aborígenes e até de chineses. Às vezes também desembarcam, para se misturar aos indígenas, jovens ocidentais. Os estabelecimentos coloniais²⁵ e missionários provocam contatos prolongados, casamentos mistos, a alfabetização dos índios convertidos, e mesmo, às vezes, na América, a tribalização dos ocidentais, enquanto na China uma certa sinização (Matteo Ricci vestiu a roupa dos

bonzos budistas, depois a dos letrados confucionistas) se verá condenada por Roma no século XVII. A aprendizagem das línguas — não-descritas —²⁶ pelos próprios ocidentais começou na oralidade (cf. Monod-Becquelin, 1984) e a gestualidade que acompanha a troca.²⁷ Daí resulta, freqüentemente, a redação de curtos diálogos, cujo caráter prático vai influenciar sem dúvida a constituição rápida de listas lexicais temáticas elementares mais ou menos canônicas (parte do corpo, cardinais, nomes de elementos, famílias, pronomes pessoais etc.),²⁸ base essencial dos primeiros sucessos do comparativismo genético. Estes “língüistas de campo” encontram enormes dificuldades, e fazem, para se defender, a expertise do que Quine chama a relatividade da ontologia e a indeterminação da tradução: na lista mais antiga de palavras do groenlandês que possuímos (1587), a palavra *parrygnah* é traduzida por “agulha”, ao passo que ela significa “a de minha filha”, imaginamos o observador fazendo um gesto e o informante se enganando sobre o sentido de sua pergunta.²⁹ Muitos vocabulários e catecismos comportam elementos lingüisticamente ininteligíveis. A qualidade das descrições depende da estrutura das relações humanas que colocam a língua em posição de ser observada. Segundo as comparações que se podem fazer hoje (Renault-Lescure, 1984), parece que as primeiras descrições galibis³⁰ sejam de fato as de um pidgin de tratamento francês-caribe. Nas Missões, o trabalho de coleta dos dados se efetua sistematicamente (listas de palavras, cortes sobre vários informantes com variações contextuais de uma mesma forma etc.), a elaboração de instrumentos lingüísticos é perseguida durante vários longos anos, às vezes por pesquisadores diferentes que retomam e desenvolvem os trabalhos de seus predecessores (sobre todas essas questões cf. Hanzeli, 1969). Parece que as atividades lingüísticas são o objeto de uma certa especialização no seio dos integrantes das Missões (cf., por exemplo, Auroux & Queixalos, 1985), e mesmo pelo trabalho de certos missionários em vários campos. Isto não vale somente para os jesuítas dos quais conhecemos as aptidões e realizações. O célebre Eliot, que trabalhou na América em uma das primeiras missões protestantes, foi, antigamente, o autor de uma gramática do francês *Oratio-Epistola Gallica. Eliot's Fruits for the French*, Londres, 1593). Oyanguren, missionário franciscano (sobre os trabalhos lingüís-

ticos no seio dessa Ordem cf. Lenhart, 1926) de origem basca que seu apostoliado conduziu do Extremo Oriente ao México, publicou uma gramática do japonês (*Arte de la lengua japona, segun el arte de Nebrija*, México, 1738) e uma gramática do tagalo (*Tagalismo elucidado*, México, 1742); redigiu ainda em 1715 uma *Arte cantabrico* e, mais tarde, um dicionário trilingüe tagalo-castelhano-basco, cujos manuscritos foram perdidos (cf. Garate, 1972).

A avaliação dos resultados científicos da gramatização é geralmente falseada pela idéia de que a presença excessiva das categorias latinas teria desencaminhado totalmente os autores, no caso das línguas europeias, como no das de outras partes do mundo. A gente graceja desses gramáticos que viam declinações em toda parte, e são raros os historiadores (por exemplo, Hanzeli, 1969; Portier, 1984) que rendem homenagem ao incontável sucesso intelectual e aos resultados prodigiosos das primeiras gerações de americanistas. Existe, na avaliação tradicional, uma arrogância intelectual e um presentismo que conduzem à cegueira epistemológica. No entanto, é preciso admitir que, mesmo no caso das línguas mais distantes da estrutura latina, não somente aqueles entre os gramáticos que as falavam chegaram evidentemente a um bom conhecimento epilingüístico, mas que ainda, a despeito de seu monolitismo metalingüístico, tinham consciência de descrever línguas diferentes e se esforçavam em exprimir essas diferenças. Sua estratégia teórica estava longe de ser absurda e seu conhecimento metalingüístico era freqüentemente prudente e profundo.

Inicialmente, como vimos, o quadro latino (ou antes a GLE, "gramática latina extensa") é um poderoso fator de unificação. O plano relativamente fixo das gramáticas define o quadro para se preencher por uma descrição de língua e também os termos teóricos necessários para uma primeira apreensão dos fenômenos. Ele não implica necessariamente generalização abusiva sobre a presença de categorias; assim, encontramos gramáticas cujo capítulo sobre esta ou aquela parte do discurso se abre para a constatação que esta parte (notadamente o artigo, o adjetivo, este ou aquele valor temporal) não existe na língua considerada. Evidentemente, podemos encontrar um jeito de suprimir

estes capítulos. Isto depende da finalidade a que nos damos. Se a descrição de uma língua "exótica" tem por fim permitir a um europeu falar ou compreendê-la, é provavelmente mais econômico partir das categorizações de sua própria língua ou de uma língua bem conhecida, como o latim, e de dar seus equivalentes.³¹ Do mesmo modo, é evidente que a proximidade com as categorias latinas era antes uma vantagem que um incômodo para os primeiros utilizadores das gramáticas das línguas europeias, seja porque eles tinham se banhado na gramática latina, seja porque a gramática do vernáculo lhes servia de introdução para esta. Como o observa Korhonen a propósito da primeira gramática do finês (1987:99) este tipo de obra deriva do que chamamos hoje uma gramática *contrastiva*.

Uma proposição empírica elementar da gramática consiste em afirmar o termo teórico de um elemento lingüístico qualquer (uma unidade recortada), por exemplo, sob a forma simples "/x/ é um Ci". Esta asserção é suscetível de valor de verdade. Podemos caracterizar da seguinte forma a atribuição de uma categoria a um elemento em uma prática contrastiva:

[16] /x/ de Li é Cn para um locutor de Lj; ou ainda: /x/ de Li é Cn *relativamente* a /y/ de Lj que é Cm (com geralmente m = n).

O problema, evidentemente, é definir o que quer dizer "relativamente". A interpretação mais simples consiste em estabelecer uma correspondência regular entre as expressões de duas línguas diferentes. O método mais corrente é o das *versões interlineares* já utilizado para as bíblias políglotas³² e que encontramos tanto, por exemplo, na *Carrinha em tâmul e portiguês* (ms Lisboa, 1554; cf. Carvalho Buescu, 1983:57-63), quanto no catecismo huron-francês de Brébeuf (1630). O recorte da língua-alvo é tributário do da língua-fonte, sendo que o fato de dar conta da especificidade da primeira na segunda dá, às vezes, um aspecto desajeitado à tradução. No catecismo tâmul que acabamos de citar, os autores distinguem, para o texto português, entre uma "tradução" e uma "decraração", que segue a ordem tâmul, o que resolve a questão e permite identificar os morfemas.³³ Uma numeração dá o mesmo resultado. Eis como

Pierre d'Urte (1712) ilustra o fato de que em basco os nomes de lugares se colocam no ablativo e no dativo:³⁴

a b c + d e f
 Errromatic partitu eta Ethorri natz Lichibonara eta hardic
 g + h b a + c
 goaren natz indietara. etant parti de rome Je suis venu à
 d e g h
 Lisbonne et de la j'irai aux Indes

Este tipo de método é muito rendoso pedagogicamente e, no caso de uma língua como o chinês, a colocação em correspondência será a única técnica eficaz até o século XIX. A passagem explícita pelas categorias é mais sub-reptícia. Seja uma categoria (um termo teórico) Ci decompônível explicitamente em propriedades pi, ... pl, ou utilizada em função de um "pacote" dessas propriedades que podem permanecer implícitas. Um termo teórico é carregado de propriedades implícitas desde que ele seja utilizado em função de referências a elementos determinados de uma língua (ou de um grupo de línguas) dada(s). São essas propriedades que são mais ou menos utilizadas por ocasião da aplicação do termo teórico sobre outras línguas. É claro que o valor de verdade da asserção correspondente depende das propriedades explícitas ou implícitas que contém Ci. Os primeiros gramáticos das línguas européias ou ameríndias que descreviam sua língua com a ajuda de um capítulo "declinação" (entre os acidentes do nome) colocavam em paralelo os seis casos do latim com as seqüências parafrásticas. Sejam Cd a categoria declinação; Pm a propriedade morfológica que corresponde ao que chamamos declinação (diferentes flexões de uma mesma palavra); Pm' a propriedade de constituir uma unidade funcional; Pf, Pg etc. propriedades correspondentes aos valores funcionais dos diferentes casos latinos. O gramático antigo é provavelmente incapaz de distinguir as diferentes propriedades que compõem Cd. Mas sua descrição não é absolutamente errônea em relação às propriedades Pm, Pf, Pg etc. É por isto que compreendemos

melhor a colocação em correspondência dos casos latinos com as expressões *prep.* + *nome* em irlandês, aproximando-a de uma característica escritural dos manuscritos: os brancos correspondem apenas aos diferentes grupos acentuais dos constituintes de frase, a preposição está sempre apenas ao elemento nominal. Quando tratamos efetivamente de uma língua que possui casos morfológicos, podemos ou estender a lista dos casos latinos (O que acontece no irlandês), ou projetar várias formas casuais sobre a mesma categoria casual do latim. É esta última estratégia que Petraeus adota (1649) para o finês; segundo Korhonen (1987:96) teríamos a correspondência seguinte com os casos da gramática moderna (direita da lista):³⁵

nominativo	äni	nominativo	äni
genitivo	änen	genitivo	änen
dativo	änelle	ablativo	änelle
acusativo	änen	acusativo	änen
		ilativo	äneen
		partitivo	änätä
		nominativo	äni
vocativo	änellä	ablativo	änellä
ablativo	änestä	elativo	änestä
	änestä	inesivo	änessä
	änellä	adesivo	äänellä

Com ajuda desse tipo de procedimento contrastivo atingem-se muito cedo questões difíceis como o *ergativo*. Assim, sobre o basco, Oihenart (1638) nota a ausência do acusativo que, como sublinha, é substituído pelo nominativo, reconhecendo um *casus actiuis* (termo pelo qual a tradição designará durante longo tempo o *ergativo*) ou o *casus agendi* de que ele defende bastante claramente as condições de emprego (cf. Oyharzabal, 1989:455). Encontramos boas observações das quais algumas vão adquirir mais tarde um grande valor teórico. Sagard (1632, sobre o huron), por exemplo, nota que "um grande número de palavras, (...) são sentenças, (...) como: *Taaxritan*, "dê-me per-xe" (l.c., p. 9): é reconhecer (parcialmente) a estrutura agluti-

nante das línguas ameríndias e levantar o que vai se tornar (no século XIX) a questão do holofrasismo. A utilização das categorias da GLE nas asserções empíricas (gerais) negativas, pode, ela própria, ser portadora de informação. Eis como o padre Biet, em 1661, caracteriza a língua dos galibi (Guiana Francesa, família caribe), texto em que, ainda uma vez, percebe-se a questão da aglutinação:

Não há declinação dos nomes, nem conjugação dos verbos (...) o substantivo não é acompanhado de artigo (...) ele não é submetido a nenhuma variação de ortografia que indique o plural (...) a terminação do qualitativo não varia segundo o gênero do substantivo ao qual ele se refere (...) o verbo ser não é expresso (...) a voz passiva não é usada. ("Les galibis: tableau véritable de leurs mœurs avec un vocabulaire de leur langue", rev. e pub. por Aristide Masse, Revue de Linguistique, 1896:310).

As asserções empíricas elementares dos gramáticos são às vezes contornadas, a elas não falta nem sutileza, nem, frequentemente, verdade. Claro, elas podem dar lugar a erros claros que não desculpa nenhuma prática contrastiva. Um exemplo simples. Em sua *Grammaire caraibe* o padre Breton se deixa guiar pelo francês para traduzir *laimoni / taiconi* por *son manger / sa mangaille*, quando uma prática elementar da comutação (substituição das unidades mínimas em contextos idênticos) mostra que seria necessário traduzir *son manger (à lui) / son manger (à elle)*. Um modo de estar atento ao fenômeno poderia provir do conhecimento das línguas em que o possessivo corresponda ao gênero do possuidor e não ao do possuído. A multiplicação das comparações, pelo reconhecimento progressivo de fenômenos diversificados, fará incontestavelmente progredir as descrições.

Mais a gente se distancia do elementar, mais as asserções se tornam frágeis. Já o vemos com as asserções de segundo nível que são as regras: como não comportam senão termos teóricos,

são sensíveis às possibilidades projetivas desses termos. Com seu modelo da declinação fina, Petreaus não pode evidentemente formular uma regra concernente às condições de emprego de cada uma das formas do ablativo. Isto não implica necessariamente que toda informação a este respeito esteja necessariamente ausente da gramática em questão; basta dar exemplos típicos do emprego de cada uma das quatro formas reconhecidas no ablativo. Uma outra solução consistiria em numerar os diferentes ablativos (o que é o mesmo que criar novos termos teóricos); poderíamos então formular regras como: depois do contexto x a forma seguinte deve estar no segundo ablativo. Tal flexibilidade faz com que a validade da gramatização dos vernáculos esteja largamente desconectada das mudanças teóricas. Podemos admitir (ou não), com Foucault (1966), que uma mudança considerável de *epistémé* se produziu entre o Renascimento e a Idade Clássica. Encontraremos essa mudança manifesta nos prefácios, nas declarações de intenção, nas grandes sínteses sobre a língua, mas muito pouco no cerne das próprias gramáticas. A história da gramatização convida a não abandonar totalmente uma concepção cumulativa e progressiva em matéria de história das ciências, em proveito de uma concepção puramente descontínua. Que o saber empírico elementar possa se conservar e acumular é a condição de possibilidade da própria gramatização: de um lado, este é um processo que se persegue a (muito) longo prazo, de outro, a gramatização das línguas do mundo não teria nenhuma chance de ser finalizada um dia se fosse necessário fazer fábua rasa em cada mudança de moda ou de teoria.

As asserções que se podem considerar como sendo de terceiro nível — elas repousam só sobre os arranjos de termos teóricos — são ainda muito frágeis. P. d'Urte (1712) sustenta que "na língua cantábrica não existe artigo para distinguir os gêneros, porque nos nomes não há diferença de gênero masculino, feminino ou neutro" (citado por Oyharzábal, 1989:466, nota 12). Podemos considerar esta explicação como uma asserção empírica falsa: basta evocar o inglês para ver que a ausência de gênero não se liga à ausência do artigo. Mas a asserção de d'Urte não é, para ele, uma asserção empírica, é um efeito de seu dispositivo descritivo: os pedagogos do latim introduziram *hic, haec, hoc*

nos paradigmas das declinações; estes elementos foram, mais tarde, identificados com os artigos dos vernáculos e os artigos acabaram por ser definidos como o que permite distinguir os gêneros (ver Apêndice 1). As asserções negativas — como a de Biet que acabamos de citar, ou as de Sagard, ainda que empiricamente corretas, são pontos de partida catastróficos para generalizações; vimos como Monboddó tirava daí a idéia de línguas selvagens que não possuíam as mesmas propriedades das outras línguas.

O processo contrastivo da gramatização dota as diferentes línguas da posição de *observatório* umas frente às outras. A consideração do acento, por exemplo, não é natural ao locutor nativo. Nós o atingimos por contraste: é o inglês Palsgrave que observa o fato que o francês não tem acento de palavra, mas sim de frase.³⁶ A reiteração do procedimento contrastivo conduz a formular observações sobre a igualdade e a diferença das línguas, a associar propriamente que não estão em todo lugar (por exemplo, o gênero e a forma verbal). Qualquer que seja, entretanto, o valor de verdade de uma asserção contrastiva e a quantidade de informação que ela é suscetível de conter, pode parecer natural procurar asserções que são válidas para uma língua, em si mesma. No contexto da gramatização generalizada isso supõe categorias válidas sem restrição para qualquer língua.

Em relação a uma consignação categorial contrastiva (cf. [16]), uma consignação não-contrastiva deve ser absoluta, não relativa ao contexto da asserção; em outras palavras, as categorias afirmadas devem ser rigorosamente idênticas qualquer que seja a língua concernida, o que supõe a identificação das propriedades componentes e o desaparecimento do implícito. Ora, o desenvolvimento da gramatização se acompanha de um *movimento centrífugo* que tem uma dupla consequência. De um lado, com o tempo e mais ainda no caso da gramatização endógena, cada língua tende a ser gramaticalizada em bases que lhe são cada vez mais apropriadas, se mais não fosse por razões de economia e de simplicidade na formulação das regras e porque o material empírico *sobrede termina* as categorias.³⁷ Por outro lado, as categorias dotadas de um mesmo nome têm tendência a ser empregadas em função de propriedades diferentes e a perder

sua identidade conceptual. Basta ver que, mesmo para uma única língua, um elemento lingüístico bem identificado pode ser classificado em diferentes categorias (por exemplo, o *lqui/* francês foi pronomes, conjunção, adjetivo etc. em função das propriedades consideradas), para compreender que as categorias, variando em extensão, não são idênticas a elas mesmas (cf. igualmente, para o inglês, Michael, 1970). O movimento centrífugo é acompanhado, além disso, pela "captação" de certas línguas: podemos ver assim a gramática latina se contaminar lentamente pelo efeito da gramatização dos vernáculos. Esta situação implica que a construção intelectual de generalidades teóricas que concernem ao conjunto das línguas, não pode ser completamente da mesma natureza que a gramatização das diferentes línguas. Há uma distância teórica considerável entre, por exemplo, o fato de reconhecer o ergativo como caso morfológico do basco e o de opor, em geral, a construção ergativa e a construção acusativa;³⁸ entre observar a presença de artigos em certas línguas — enquanto outras não o possuem —, e explicar a função exata do artigo.

Em geral se data o aparecimento de considerações gerais (gramática filosófica, gramática especulativa, gramática universal, gramática geral, gramática racional etc.) sobre a estrutura das línguas ou a. com a gramática especulativa medieval (ca. 1300; ver o cap. II), ou b. com a gramática geral de Port-Royal (1660). A questão está longe de ser simples porque se propuseram igualmente os seguintes pontos de partida: c. os dois primeiros tratados do *Organon* aristotélicos (F. Thurot, 1796, *Tableaux des progrès de la science grammaticale*; cf. Baum, 1982:24); d. o aparecimento de tratados gramaticais englobando várias línguas; certos autores se esforçam mesmo em ligar a generalidade à comunidade original de uma família lingüística, como Christian Ravius, cuja obra intitulada *A General grammar* (...) (Londres, 1650) pode ser assimilada a uma gramática comparada e histórica das línguas semíticas; e. o trabalho das gramáticas latinas para adaptar a gramática grega à língua (Amacker, 1900) e e'. a gramatização dos vernáculos, em particular exóticos (Carvalho Buescu, 1983); f. a renovação da gramática latina no século XVI (notadamente Scaligero e Sanctius; cf. Cléiri-

co, 1982; Padley, 1985:219-68); g. enfim, certos intérpretes, não sem argumentos em consideração a seu papel medieval, chegaram a considerar a *Ars minor* de Donato como fazendo a função de uma espécie de gramática geral (Merrilees, 1990).³⁹ É claro que todas essas datações encerram, cada uma delas, um pouco da verdade. Observaremos, além disso, a existência de filiações históricas bem atestadas: entre g. e todo o resto, entre a. e b. (cf. Joly & Stéfani, (orgs.), 1977), entre f. e b. (cf. Clérico, 1982), entre d., e. e b., Port-Royal pode dificilmente passar por ser original absoluta, mesmo no século XVII; não se pode, de resto, esquecer que a gramática geral foi concebida como uma introdução a diferentes gramáticas de línguas.⁴⁰ De algum modo, a pesquisa de generalidades sempre acompanhou mais ou menos o desenvolvimento de estudos gramaticais.⁴¹ Vai por si entretanto que a hesitação na datação só pode recobrir confusões. Paralelamente, não podemos confundir de jeito algum a descrição de uma língua “exótica” em algumas páginas, um manual pedagógico de um vernáculo destinado às crianças e, por exemplo, a gramática latina de Scaligero que tem por finalidade fornecer explicações (o que, como bom aristotélico, ele chama de “causas”) e não somente descrições.

Suponhamos um plano horizontal em que figuram os dados linguísticos. Imaginemos que as operações intelectuais de representação desses dados, para cada língua, se realizam sobre eixos verticais, perpendiculares a este plano. A partir daí podemos conceber três outros tipos de operações. Inicialmente, permanecendo em um eixo vertical, podemos abstrair as características particulares à língua em questão; existe *idealização*. Em seguida, podemos fazer deslizar horizontalmente representações de um eixo vertical para um ou vários outros eixos verticais, existe *longitudinalização*. Enfim, podemos voltar sobre as próprias operações, sua constituição, sua validade etc. na medida que as aplicamos ao conjunto das línguas longitudinalmente (isto é, a um conjunto mais ou menos vasto), existe *tematização*.⁴² Nas três operações atingimos evidentemente a generalidade, mas ela não é de mesma natureza. Além disso, as operações generalizantes não são certamente independentes umas das outras. Para demonstrar sua tese, Amacker (1990) se apóia notadamente sobre o sistema dos casos, e a passagem dos cinco casos morfoló-

gicamente bem distintos do gênero aos seis casos tradicionais latinos. Ora, os autores latinos, na sua comparação com o grego (longitudinalização) propuseram, às vezes, um sétimo e um oitavo caso, utilizando formas preposicionais, isto é, se dando a uma redefinição vertical da categoria “caso” (idealização). Paralelamente, parece que aquém da operação de longitudinalização (que pode ser uma simples transferência não-explicitada do quadro teórico latino) a gramatização dos vernáculos supõe uma espécie de idealização prévia das categorias. Assim, Meigret (1550) escreve a propósito da língua francesa: “ela tem em si alguma ordem pela qual podemos distinguir as partes de que são compostas todas as linguagens e reduzi-las a algumas regras”. Encontramos afirmações semelhantes no português Juan de Barros (1540; cf. Carvalho Buescu, 1983:18 e segs.).

O ensino gramatical do latim na Idade Média (cf. Rosier (org.), 1990) tal como o encontramos nos manuais clássicos (*Doctrinale* de Alexandre de Villiedieu, o *Graecismus* de Errard de Béthune, ou o *Catholicon* de Jean de Gênes) é determinado por uma visão pedagógica, pelas técnicas de memorização (verificação) e pela preocupação do detalhe morfológico.⁴³ Isto não significa que este ensino seja *elementar*, no sentido em que o ouviremos a partir do século XVII (isto é, do simples e do fácil para se compreender): os versos do *Doctrinale* são provavelmente incompreensíveis sem a ajuda das glosas. Quando a gramática latina se torna, com a lógica, uma matéria de ensino universitário, sua orientação é totalmente diferente. Ela é uma disciplina abstrata e teórica, extremamente sofisticada, suscetível de argumentação, o que chamamos uma “ciência” (cf. Stridge, 1983). Sua relação com o latim é muito particular, pois ele chega a construir uma espécie de língua canônica abstrata. Não existe distância entre a linguagem-objeto e a metalinguagem, sendo a metalinguagem interna à língua que ela prolonga mais do que ela a descreve. É isto que implica a noção mesma de *sv-posição material* que faz da autonomia uma das possibilidades de significação da palavra, com o mesmo direito que as outras. Mais ainda, é o que supõe a construção de paráfrases, que se substituem aos termos para desambigüizá-los ou a imposição de uma ordem canônica das palavras para marcar o alcance dos

quantificadores ou indicar uma escolha de interpretação. Os gramáticos — ou os lógicos — trabalham para definir as unidades linguísticas e suas relações (cf. a recção, a concordância), mas eles não se interessam pela classificação das formas. E baseiam-se numa ontologia que, por definição, não se considera que dependa da estrutura de uma língua. Suas categorias e explicações repousam não somente sobre uma semântica (pode-se dizer que eles — entre outras coisas — inventaram a semântica referencial) mas sobre a estrutura abstrata da predicação, o que acarreta a consideração das *funções*,⁴⁴ mais do que das formas, e uma clara orientação para a sintaxe (Kneepkens, 1990). A gramática teórica medieval (ver capítulo III), ainda que diga respeito unicamente ao latim, assim como à lógica, não tem a bem dizer a língua latina como objeto, mas o *enunciado* em geral.

É completamente diferente com a gramática geral. Nascida depois da gramatização e encontrando seu apogeu no século XVIII em torno dos enciclopedistas franceses, esta se propõe ser a ciência do que é comum a todas as línguas. Em um universo cultural em que a profunda mutação das ciências da natureza impõe a concepção da *lei* como a asserção verificável de uma relação constante entre os fenômenos, a gramática geral pretende ser a ciência das leis da linguagem às quais devem se submeter todas as línguas. Existem três possibilidades para efetuar essa operação de tematização: 1. constituir com dados vindos de todas as línguas um domínio empírico suscetível de permitir a verificação de proposições universais; 2. tentar tomar por objeto as operações pelas quais se descrevem as línguas; 3. virar a tematização sobre as operações intelectuais pelas quais os homens constituem suas falas. E a terceira via que a gramática geral escolheu, sendo que as duas outras só serão exploradas verdadeiramente no século XX. A concepção cartesiana da subjetividade conta muito aí. Esta via não é incompatível com a primeira, mas é preciso reconhecer que, apesar dos esforços, principalmente de Beauzée, a maior parte das gramáticas gerais se apóiam principalmente sobre a língua do seu redator e sobre as línguas clássicas, latim e grego. Ressaltando os autores é preciso dizer que os resultados do movimento de gramatização são dificilmente acessíveis. É sintomático ver que os únicos grandes trabalhos franceses sobre uma língua ameríndia, os do padre R. Breton,⁴⁵ são

praticamente contemporâneos da *Grammaire* (1660) e da *Logique* (1662) de Port-Royal, e que as duas pertencem a universos culturais sem grande comunicação (cf. Auroux, 1984). As bases sociológicas são diferentes: em face dos missionários e dos exploradores que estudam as línguas não-indo-européias, são os pedagogos, gramáticos de línguas nacionais, e mesmo filósofos que trabalham sobre a questão da gramática geral. De resto, a apresentação latina das gramáticas “exóticas” não ia de modo algum no sentido da diversidade. Com razão, podemos conceber que a gramática geral tem essencialmente por finalidade prática-teórica tomar o lugar que vimos ocupar a gramática latina ante as línguas do mundo, ao mesmo tempo introdução necessária e metalinguagem não-específica. Por aí, trata-se de se desenterrar da coerção latina mais evidente, observando, por exemplo, que para exprimir o mesmo fenômeno de determinação, uma língua pode utilizar casos ou preposições. Existe aí um verdadeiro nascimento da gramática moderna (Dominey, 1984, a propósito de Port-Royal).

O projeto científico — que é preciso distinguir, apesar de certos recobrimentos, daquele que concerne às características e às línguas universais, nascido, ele também, depois das operações de longindinização — repousa, entretanto, sobre um programa de pesquisa insustentável. De um lado, as categorias linguísticas deveriam poder se reduzir a categorias da representação,⁴⁶ ou se se quiser, os termos teóricos especificamente linguísticos (nome, verbo, imperfeito, gênero etc.) deveriam poder ser definidos em termos não-linguísticos (daí a introdução, em gramática, de um vocabulário psicológico e semiológico, que se junta ao que resta do vocabulário ontológico medieval). Ora, este programa, que podemos qualificar de reducionista, se defronta com o fato de que as categorias linguísticas são inelimináveis,⁴⁷ o que explica que ele acabe, no início do século XIX, por sobobrar nas generalidades cujo interesse linguístico é pouco claro, em particular quando os autores, contaminados pelo idealismo kantiano, põem deduções apriorísticas das categorias gramaticais (cf. a *Reine Sprachlehre*, gramática pura, de A. F. Bernhardi, 1801; Naumann, 1986; Schieben-Lange & Weydt, 1988). De outro lado, a relação da categoria geral às particularidades das línguas permanece o da subsunção ao universal. Para defender a univer-

salidade e a asserção de que certas categorias existem identicamente em *todas* as línguas, Beauzée não tem outra solução senão construir uma arborescência na qual as categorias de uma certa coluna (os universais) subsumem todas as outras categorias suscetíveis de aparecer opcionalmente nas diferentes línguas, sendo que nenhuma dessas categorias pode se ligar a nenhum ou vários universais (Auroux, 1988). O inconveniente do procedimento é conservar, no nó das categorias universais, a ligação de propriedades que não oferecem essa compatibilidade em todas as línguas (por exemplo o conjunto: + verbo, + tempo, + pessoa, - gênero). Seria preciso "quebrar" esta compatibilidade e utilizar as propriedades como dimensões relativamente independentes, permitindo descrever a diversidade dos fenômenos, mas então as categorias iniciais deixariam de ser a base de asserções universais. Falou igualmente à gramática geral trabalhar sobre estruturas morfológicas diferentes e enriquecer as categorias latinas. Compreendemos, nessas condições, que sua contribuição essencial permanece mais próxima da descrição racional dos vernáculos europeus — à qual ela permite incontestavelmente fazer grandes progressos, ou da filosofia da linguagem que ela enraíza na discussão da relação deste último com o pensamento.

No Renascimento, a gramatização dos vernáculos europeus é contemporânea de uma discussão sobre suas origens, filiações e sobre suas relações com as línguas que descobrimos no mundo. Ora, de um lado, trata-se de um empreendimento intelectual que não tem nenhum equivalente no mundo greco-latino; de outro, no domínio das ciências da linguagem, trata-se incontestavelmente do território o mais marcado pela mitologia, no caso da tradição bíblica judaico-cristã. Podemos encontrar em Isidoro de Sevilha um dos primeiros modelos globais de filiação:

As nações entre as quais a Terra foi dividida são em número de quinze saídas de Japhet, trinta e uma saídas de Cham, vinte e sete saídas de Sem, o que perfaz setenta e três, ou antes, como o cálculo o revela, setenta e duas; e o mesmo tanto de línguas que começaram na Terra e que, por sua expansão, encheram as províncias e as ilhas (Etyimolog. lib. IX, 2, op. cit., p. 42).

Nós remetemos à árvore genealógica da página 58, as línguas em questão. Isidoro, que evoca uma grande quantidade de outras etnias modernas (na virada dos séculos VI e VII a paisagem linguística não é mais a das primeiras gerações que seguiram o dilúvio!), não as situa nessa árvore. Será tarefa de um grande número de eruditos, a partir do Renascimento, coletar informações e inventar argumentos a fim de lhe dar uma nova forma. As discussões terão lugar frequentemente no quadro mitológico, e, como no caso das mitologias que concernem aos elementos naturais,⁴⁸ a laicização posterior conservará por muito tempo a estrutura inicial. Nós encontramos seus traços ainda hoje: predominância constante do monogenetismo (a hipótese de famílias linguísticas independentes só aparece no início do século XIX, por exemplo, em Volney), utilização do modelo genealógico (apesar da concorrência de concepções diffusionistas largamente difundidas no século XVII) e consequentemente privilégio da divergência histórica das línguas sobre os fenômenos de convergência, metáforas das famílias linguísticas (cf. ainda, após o desaparecimento das "línguas jaféticas", a persistência das "línguas semíticas" e das "línguas chantíficas"). O conhecimento das línguas do mundo mudou passavelmente o quadro inicial, recusando, enquanto reaparece⁴⁹ e se generaliza, uma apreensão antropológica da questão da origem das línguas, o mito do hebreu, língua mãe universal. Duas consequências desse importante desenvolvimento científico merecem particular atenção.

A primeira concerne à etimologia. Quando lemos Apolônio, Donato, Prisciano ou qualquer uma das gramáticas citadas nessa obra, não estamos mais desterrados (nem menos!) que um matemático contemporâneo ao abrir o Tratado de Euclides ou um manual de cálculo comercial do século XV. É diferente quando encontramos uma etimologia à moda de Isidoro, do gênero: *homo* vem de *humus*, porque o homem vem da terra. A etimologia medieval nos coloca diante de uma incontestável *descontinuidade redrica*.⁵⁰ Há um momento em que este tipo de procedimento intelectual parou de ser aceitável nas ciências da linguagem. É preciso talvez admitir que este momento corresponde à mudança global da *epistémé* que Foucault coloca entre o Renascimento e a Idade Clássica. Não estou certo de que este

tipo de consideração, que sem dúvida ajuda a esquematizar e possui um inegável valor estatístico, tenha um grande interesse para o historiador das ciências. A etimologia interpretativa se encontra tanto em Platão, antigamente, quanto hoje em Heidegger. Inversamente, numerosos sábios medievais preferem a derivação morfológica a ela e os grandes eruditos do Renascimento recorrem igualmente às relações entre formas e sons que caracterizarão a "nova etimologia" dos séculos XVII e XVIII, a de Ménage (*Dictionnaire étymologique*, 1694), Skinner (*Etimologia con linguae anglicanae*, 1671) ou Ihre (*Glossarium suigothicum*, 1769). O que é claro é que desde que uma massa considerável de vernáculos se encontram gramaticalizados e confrontados entre si, não tem mais sentido procurar uma "origem" na interpretação de uma forma que pertence a uma só língua. A *bi-furcação* que se segue na história das ciências da linguagem distancia lenta, mas inelutavelmente, a velha etimologia do corpo de pesquisas intelectuais e sociologicamente aceitáveis nessas disciplinas.

A segunda seqüência concerne à rede, isto é, o grafo, que formam os conhecimentos lingüísticos. Vimos como essa rede se constituiu efetivamente a partir da origem latina comum das gramáticas (cf. os esquemas [1] a [5]). No entanto é importante distinguir: i. a construção intelectual da rede das formas de gramatização; ii. a acessibilidade das formas de gramatização para um intelectual europeu; iii. a representação da rede, isto é, das relações entre as línguas e as gramáticas. Isto significa distinguir três redes interconectadas, das quais as duas últimas concernem menos ao conhecimento das línguas que ao conhecimento desse conhecimento. Ora, vimos que se a primeira rede era necessariamente conexa,⁵¹ as duas outras acabavam por faltar em conexão. De um lado, no que concerne à segunda, os domínios inteiros dos conhecimentos lingüísticos se ignoram uns aos outros, e, mesmo se quiséssemos, seria às vezes difícil passar de um a outro, porque esses conhecimentos permanecem manuscritos nas Missões dispersas nos quatro cantos do mundo. Por outro lado, no que concerne à terceira, o movimento centrífugo que acompanha a gramatização torna as gramáticas cada vez mais opacas uma às outras. Em outras palavras, a ex-

tensão da gramatização coloca um problema de fundo: como tornar conexa a rede dos conhecimentos metalingüísticos? O que está em questão é a própria unidade do conhecimento metalingüístico e, pois, a existência daquilo que hoje consideramos como uma disciplina a qual damos o nome de *lingüística*, um vocabulo surgido na virada dos séculos XVIII e XIX. A gramática cábulo é um modo de responder ao problema da conexão e à general é um modo de responder ao problema da conexão e à genealogia das línguas igualmente; nos dois casos transformamos a rede em árvore e, com a condição de passar pela raiz comum (a geral ou da língua mãe), cada nó é acessível a partir de cada um dos outros. Esta construção do terceiro tipo de grafo, para ser satisfatória, supõe que seja construído o segundo, senão arriscamos a nos fechar nas conexões locais. É preciso admitir que a impressionante série das compilações reunindo as línguas do mundo, que se estabelece no último quarto do século XVIII, responde bem exatamente a este problema: Court de Gébelin (1773-1782); Monbodo (1773-1792); Herras y Panduro (1784); Pallas (1787-1789); Herras y Panduro (1800-1805), Adlung & Vater (1806-1817), Balbi (1826). Essas compilações participam, de fato, da segunda rede (onde elas se juntam à constituição de bibliotecas especializadas e à compilação de fontes documentais) e da terceira (porque tocam a construção no Renascimento (Adlung & Vater retomam de Gessner (1555) o título de *Mithridates*), mas o fenômeno nunca tinha alcançado tal amplitude. Por suas dimensões e natureza, ele faz balançar os interesses práticos do conhecimento lingüístico. Esses interesses estavam até então claramente assinalados nas finalidades externas e a própria gramática geral se reclama frequentemente de motivações pedagógicas: o sábio que compila conhecimentos metalingüísticos está desligado de qualquer mediação externa a seu interesse. Quando na verdade essas mediações não deixam de existir em sua relação subjetiva e seu objeto de saber, é provavelmente o que Habermas⁵² nomeia um interesse de conhecimento que prevalece. Não era de forma alguma evidente que o saber metalingüístico se tornasse um produto de um puro interesse do conhecimento: é preciso ver nesta transformação fundamental um dos frutos tardios da gramatização.

NOTAS

- 1 O esquema cronogenético da discussão (pictogramas, hieróglifos, ideogramas, silábrios e alfabetos) será fixado por Warburton.
- 2 Notar-se-á a ausência das escritas meso-americanas que fornecem a Warburton o tema da pictografia. As primeiras listas de glifos maias (concerne aos dias e aos dezoto meses) se encontram nos mss. do bispo do Yucatán, Diego de Landá, *Relación de las cosas de Yucatán* (ca. 1566) que só será descoberta no século XIX. Sabe-se que estas escritas permaneceram opacas até hoje (cf. M. Davoust, "Le déchiffrement de l'écriture Maya depuis 1960", em: *Histoire Epistémologie Langage*, VIII-1, 1986:179-202).
- 3 Dizemos, às vezes, "etimologia" cujo emprego neste sentido cairá em desuso somente no século XVIII.
- 4 Será uma prática corrente no século XIX em face das antigas gramáticas das línguas não-indo-européias que se pesquisam e se editam. Ver, por exemplo, Queixalos & Auroux (1984) a propósito dos trabalhos sobre a gramática carálha do padre Breton (1667).
- 5 Cf. S. Auroux, "Lois, Normes, Règles", em: *Histoire Epistémologie Langage*, op. cit., XII-1, 1991:77-107.
- 6 É preciso lembrar que um paradigma é equivalente a um conjunto de regras.
- 7 Eu emprego *descoberta* no sentido estrito em que se utiliza essa palavra nas ciências da natureza. Os seis casos do latim, o *casus agerivus* do basco, a dupla relação do imperfeito no passado e no presente, a extensão da família linguística etc. são descobertas linguísticas da mesma forma que o que encontramos nas ciências da natureza e igualmente importantes para a história cultural da humanidade. Elas foram apenas mais precoces e, até data recente, mais numerosas.
- 8 Nós o expomos ordinariamente da seguinte maneira: em uma massa linguística de mesma origem, não há propriamente nem língua mãe nem língua filha.
- 9 Claro, uma gramática é um objeto técnico mais complexo que um simples modelo, e ela investe necessariamente conhecimentos técnicos explícitos.
- 10 Cf. a análise de Carvalhao Buescu (1984) sobre o português.
- 11 A oposição língua "natural"/língua gramaticalizada não recorre evidentemente a oposição entre língua normatizada e não-normatizada: toda língua é normatizada e possui locutores aptos a reconhecer e praticar uma espécie de "boa linguagem". Os gramáticos durante muito tempo fizeram a confusão (cf. Sagard & Monboddó, *supra*), ainda que se encontrem freqüentemente (por exemplo em Laflitan) observações às práticas sustentadas nas línguas indígenas. E só com o célebre artigo de L. Bloomfield ("Literary and heterate speech", em: *American Speech*, 2, 1927:432-39) que a questão será definitivamente resolvida.
- 12 Esta palavra corresponde a um neologismo, sobre o modelo que deu "alfabetização". Carvalhao Buescu (1983) utilizou em português um neologismo semelhante que correspondia ao francês "grammaticalisation" (o trabalho de gramaticalização das línguas exóticas que os portugueses encontraram). Esta última palavra sendo já usada pelos linguistas para designar a fixação de um procedimento discursivo na gramática de uma língua, pensamos que fica mais claro utilizar uma nova palavra.

- 13 Entendo por isto o fato de que existem declinações, categorias temporais, certas partes do discurso etc.
- 14 Cf. J. Ritter "Chacun sa vérité: les mathématiques en Egypte et en Mésopotamie", em: M. Serres, *Éléments d'histoire des sciences*, Paris, Bordas, 1989:39-61.
- 15 Cf. Buridant (org.) 1986 para um estudo da lexicologia medieval de que utilizo parcialmente a tipologia.
- 16 Cada um possui uma tradição. Mostramos (Niederrehe, 1984) que o *Universal vocabulario en latin y en Romance* (1490) de Alfonso Fernandez de Palencia é uma tradução fiel do dicionário de Papias.
- 17 Cf. Kibbee (1991) para o desenvolvimento desse gênero no contexto anglo-francês: o reencontramos igualmente para as línguas exóticas, como, por exemplo, "Le colloque de l'entree ou arrivée en terre du Brésil", diálogo francês-tupi, com observações gramaticais e lexicais que Jean de Léry junta à sua *Histoire du voyage fait en la terre du Brésil* (1578).
- 18 Cf. o exemplo de R. Estienne.
- 19 Concebemos evidentemente que este tipo de informação aparece em bilingües. A. Owen (*Le Traité de Walter de Bibbesworth sur la langue française*, Paris, 1929, re-ed. Genebra, Slakine, 1977) cita à p. 12 um vocabulário franco-inglês do século XIII que reserva uma coluna para a ortografia da palavra francesa, uma para sua pronúncia (a mesma palavra reproduz, respeitando o valor das letras em inglês) e uma terceira para a tradução inglesa.
- 20 Estarei pronto a sustentar que a gramatização de uma língua como o francês só atinge no século XX o nível que encontramos em Pardini para o sânscrito.
- 21 Evidentemente, os instrumentos lingüísticos – gramáticas e dicionários – não são necessários à aprendizagem de uma língua. Os partidários da imersão direta até que eles não são apenas necessários, mas, mais ainda, que jamais são suficientes. Creio que se pode compreender o que pretendo dizer, qualquer que seja a opinião que se pode ter sobre a questão (estou mais inclinado a sustentar os partidários da imersão, no sentido de que acredito que a prática lingüística real dos homens é sempre *subde-terminada* ou *subdefnida* pela gramática).
- 22 Este parece um argumento de bom senso. No entanto, as histórias lingüísticas in-sistem sempre sobre o multilingüismo no aparecimento (espontâneo) das tradições lingüísticas. Quer seja uma causa externa (talvez não a principal) pode ser admitido em certos casos (Sibawayhi, o autor da primeira gramática árabe, era persa); mas isto não tira nada do fato essencial: as tradições lingüísticas espontâneas são todas originariamente monolíngües, elas têm por objeto uma língua conhecida e não têm por objetivo aprender a falar.
- 23 Cf. F. Rädle, "Offrils Brief an Luitberg", em: E. J. Schmidt (org.) *Kritische Beschreibung. Festschrift für Werner Schröder*, Berlin, Schmidt, 1974:213-40.
- 24 Não é um acaso se a primeira definição da gramática se encontra no tradutor Nokter. Cf. Nokter der Deutsche, *Boethius bearbeitung der categorias des Aristoteles*, org. por J. C. King, Tübingen, Niemeyer, 1975.
- 25 Com seus estilos diferentes: os ingleses que ocupam a terra e a cultivam para eles próprios, os espanhóis que organizam racionalmente a mão-de-obra indígena, os franceses que percorrem os bosques etc.
- 26 Na China, nas Índias, no Japão, os europeus, claro, se beneficiaram da ciência local e dos contatos prolongados com os especialistas indígenas.
- 27 Isto não implica que os ocidentais compreendam a importância das variações culturais nas situações de interlocação. Temos evidentemente observações sobre os silêncios, sobre o tamanho das trocas de pura polidez etc. Mas o exemplo canônico de bilingüismo sexualdo, o dos habitantes das Antilhas Francesas, cujas mulheres de origem arauaque foram conquistadas pelos homens de origem caribe não está compreendido: Bréton, na sua gramática (1667), cre descrever uma só língua que varia segundo o sexo (cf. Queixalos & Auroux, 1984).
- 28 Ver as listas reunidas por Antonio de Pigafetta em sua *Relation du premier voyage autour du Monde par Magellan – 1519-1522. commenté et transcrit d'après le manuscrit français* (org. por L. Pellard, Paris, 1956).
- 29 Empristo este exemplo a O. Jespersen, *Language, its nature development and origin* (1922), trad. franc., Paris, Payot, 1976:113.
- 30 Elas provêm das tentativas de estabelecer uma colônia em Caiena (1644 e 1652), além de Biet, citado anteriormente, trata-se do opúsculo do padre Pelleprat, *Introduction à la langue des galibis, sauvages de la terre ferme de l'Amérique méridionale*, Paris, Cramoisy, 1655.
- 31 Assim, no capítulo consagrado ao artigo, numa gramática de uma língua que não possua esta categoria, encontraremos as expressões que permitem traduzir os empregos do artigo espanhol, francês etc.
- 32 Podemos supor que são as glosas interlineares dos manuscritos medievais que constituem o ancestral tecnológico desse procedimento.
- 33 Quando em 1722, em sua *Expression d'une méthode raisonnée pour apprendre la langue latine*, Dumarsais tenta aplicar o método à pedagogia do latim, utilizando quatro níveis: i. o texto latino; ii. uma adaptação do latim que corresponde, unicamente e na mesma ordem linear à iii. uma tradução palavra por palavra em francês e iv. uma tradução francesa estilisticamente cuidada. A introdução dos níveis ii. e iii., tanto quanto a uma facilidade pedagógica, corresponde à universalidade substancial subjacente às línguas que supõe o tipo de gramática geral defendida pelo enciclopedista. Cf. Auroux, 1979: 194-5, Colombat, 1992.
- 34 *Grammaire Cantabrique basque*, Bagnères-de-Bigorre, Imprimerie D. Bérol, 1900:459. E B. Oyharçabal que me assinalou esta primeira edição, assim como a utilização das versões interlineares.
- 35 A categorização de Petrus supõe uma concepção muito abstrata das funções semântico-sintáticas, e um vaivém entre o caso latino e sua função com introdução das preposições em latim, pois as correspondências, por tradução, no que concerne ao ablativo, são as seguintes: *inellā* (a voce), *inestā* (de voce), *inestā* (in voce), *inellā* (*apud vocem*).
- 36 Este exemplo me foi fornecido por G. Clerico.
- 37 É por isto que, a partir do século XVII, o historiador deve se interessar pelo desenvolvimento das tradições nacionais, na base de gramatizações endógenas.
- 38 O movimento centrífugo conduz frequentemente a "dar-se um jeito" levando em conta só a relação da língua estudada com a gramática latina. Assim, F. de la Carrera (*Arte de la lengua yunga mochica*), 1644) identifica o ergativo a um segundo genitivo em vista do sincretismo morfológico que aparece, às vezes, entre as duas formas. Cf. Hovdaugen, 1992.
- 39 Poder-se-ia mesmo propor que a *Ars minor* se tornasse então uma espécie de gramática geral, uma matriz cujas impressões vernaculares não reproduzissem cada

elemento do original, mas permitisse mudanças muito importantes para corresponder às necessidades de uma situação bilingüe" (l.c., p. 21). Encontramos já indicações encaminhando-se nesse sentido em Holtz (1981); elas repousam sobre caracteres intrínsecos à tradição gramatical grego-latina: "quando nasceu enfim o que entendemos por gramática, esta parecia muito mais com uma ciência da linguagem ou, se se quiser, com uma espécie de linguística geral, do que com o estudo de uma língua dada" (p. 7).

40 Assim como o *Discours de la méthode* (1673) era uma introdução a três tratados científicos particulares.

41 Cf. R. Robins, "Theory-orientation vs data-orientation, a recurrent theme in linguistics", em: *Historiographia linguistica*, 1-1, 1975:1-17 e T. Shakhzadenidze, "On the two trends in modern linguistics and the two sources of these trends", em: H. Paret (org.) *History of linguistics thought and contemporary linguistics*, Berlin/New York, W. de Gruyter, 1976:62-84.

42 As noções de idealização e de tematização são bem conhecidas dos leitores de Husserl de quem as empresto. Para a noção de tematização eu me refiro, entretanto, particularmente, a J. Cavailles (*Sur la logique et la théorie de la science*, Paris, PUF, 1947) ainda que eu a distinga do movimento de longitudinalização, o que não é o caso dele, que trabalha sobre as matemáticas.

43 Cf., por exemplo, o *Verbiginale*, um manual em versos latinos composto na Espanha na segunda metade do século XIII (cf. Pérez Rodriguez, 1990): trata-se de uma lista alfabética dos verbos e de seus acidentes, repleta de regras (cf. os três primeiros versos que concernem aos verbos "De incipientibus ab a ante u": "Activum dici uult AUGET, ad-, ex- sibi iungi; /-XI dabis huius et - cum quartum reserans so-ciaandum, /Ex hoc, ut didici, dicas augetsei haberi.")

44 É preciso notar que a noção de sujeito, que figura desde a origem entre os termos técnicos da lógica, não foi utilizada pelos gramáticos senão no início do século XIII.

45 Cf. Petit Catéchisme, traduit du français en la langue des carabes insulaires, 1664, 70 p.; *Dictionnaire carabe français, meslé de quantité de remarques historiques pour l'éclaircissement de la langue*, 1665, 480 p.; *Dictionnaire français-carabe*, 1666, 415 p.; *Grammaire carabe*, 1667, 136 p.

46 Diríamos, hoje, categorias "cognitivas".

47 Cf. Auroux, 1979: 213-30. Tomemos uma analogia moderna. Numa gramática de Montague encontramos dois elementos distintos. De um lado uma gramática categorial (tratada com a ajuda do lambda-cálculo); de outro, uma semântica de conjunto. Pode-se dizer que, em certos autores, o programa de gramática geral significaria deduzir a primeira (que se torna uma simples nomenclatura) da segunda (em que as categorias cognitivas substituiriam os conjuntos de Montague).

48 Os deuses das cosmogonias da antiguidade grega, suas relações sexuais e as divindades que as engendram se projetam, nas primeiras cosmologias, em uma combinação material de elementos não-antropomórficos às propriedades abstratas (quente frio etc.). Cf. os trabalhos de J. -P. Vernant, em particular, *Les Origines de la pensée grecque*, Paris, PUF, 1969.

49 Cf. Lucretius, *De natura rerum*, lib. 5.

50 Esta descontinuidade afeta também nossa visão das outras culturas: quando falamos das ciências da linguagem indianas, é sempre Panini que tomamos como exemplo, jamais Yaska, cujo trabalho incide sobre a etimologia.

51 Um grato é conexo se, dado não importa que par de ápicos x e y do grato, existe uma cadeia de origem x e de extremidade y.

52 Cf. *Erkenntnis und Interesse*, Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1968 (trad. franc., Paris, Gallimard, 1976).

APÊNDICE 1 A TEORIA DAS PARTES DO DISCURSO

Entre todas as disciplinas científicas, a gramática é sem dúvida a que possui o *vocabulário retórico próprio* ¹ mais estável e mais antigo: trata-se das categorias ² gramaticais, e, mais especialmente, das classes de palavras ou partes do discurso (grego: *mere logou*, ³ latim: *partes orationis*; cf. Colombat (org.) 1988; Kaltz, 1983).

A gramática repousa sempre sobre uma análise da cadeia falada. Esta análise realiza duas práticas suscetíveis de se chegar à palavra, que são logicamente distintas, ainda que sua diferença não pareça ter sido tomada como tema de uma reflexão específica. De um lado, temos uma *decomposição linear*: por exemplo, a cadeia em frases, a frase em sujeito e predicado, o sujeito em palavras etc. A conexão das partes de mesmo nível obtidas pela decomposição dá uma expressão linguística. Do outro, encontramos uma *repartição das partes em função de propriedades imbricadas*: por exemplo, as proposições são repartidas em proposições principais e incidentes, as palavras em nomes, verbos etc. Temos então classificações (formalmente uma classificação supõe oposições dicotômicas) das unidades de diferentes níveis. A reunião das partes de mesmo nível dá a extensão da classe superior e não uma expressão linguística. Os antigos autores começaram inicialmente pelo primeiro procedimento; mas os gramáticos se interessaram rapidamente pela classificação das formas nas diferentes categorias. É a partir dessa classificação e em função das propriedades categoriais que é possível enunciar as regras válidas para um conjunto não-finito de formas. ⁴ Segundo

os autores, esses últimos ou não devem pertencer a mais de uma categoria (monocategorização) ou podem derivar de várias categorias (polycategorização). Como acontece que em contextos diferentes uma mesma forma manifesta propriedades categoriais diferentes para salvar a monocategorização, os que a sustentam desenvolveram duas estratégias teóricas: i. a elipse que permite conservar a unicidade categorial (/um sábio/ /um/ /homem/ /sábio/); ii. a homonímia que assegura que duas formas pertencentes a categorias diferentes não são a mesma entidade linguística (fr. /*quel*/ pronome relativo e francês /*quel*/ conjunção de coordenação).

Por seu recurso às partes do discurso, a elaboração ocidental do tratamento das línguas, tanto europeias quanto extra-europeias, pressupõe que a decomposição da linguagem em *partes* é algo absolutamente essencial. Devemos pois definir o espírito geral desta análise – quaisquer que sejam os caminhos e técnicas seguidas – a partir do tipo de unidade ao qual ela chega. Não é muito fácil definir o que se deve entender por “palavra”, mas as três exigências seguintes, agindo sobre a operação de decomposição da cadeia falada, permitem fazer uma idéia:⁵

[m1] as palavras devem ser sígnos, isto é, possuírem uma significação mesmo se esta não é determinada senão em contexto (por aí são excluídas letras, sons etc.);

[m2] a cadeia linguística é um arranjo de palavras; ou melhor, a palavra deve possuir uma certa autonomia (exclui-se por aí uma abordagem totalmente distribucional): as palavras são os átomos da expressão linguística;⁶

[m3] se é preciso fazer algo a mais que o arranjo de palavras para obter uma expressão linguística, esta modificação é sempre concebida como uma modificação *interna* da palavra.

Esta terceira exigência é essencial, ela visa o fenómeno da *flexão*. Uma flexão é sempre a flexão de uma palavra, os dois conceitos são solidários e estão ligados ao fato de que a gramática repousa sobre uma repartição das palavras em classes: podemos dizer que a flexão é apenas um elemento do paradigma de

formas que serve para caracterizar uma espécie de palavra.⁷ Em outras palavras, há uma correlação muito forte na tradição ocidental entre o papel das classes de palavras e a oposição flexão/derivação:⁸ Singh & Ford⁹ notam que um morfema é uma flexão (e não um afixo derivacional) se ele é membro de um paradigma de formas que serve para caracterizar uma parte de discurso. Uma parte do discurso corresponde, quanto a ela, a possibilidades flexionais próprias. É por isto que, na gramática antiga, o particípio é concebido como uma parte do discurso distinta do nome e do verbo; ao contrário, poder-se-ia dizer que os morfemas como *-ans*, *-um*, ou *-ndus* não são, em latim, considerados como flexões porque, respectivamente, o particípio presente, o supino ou o gerúndio não são concebidos como partes do discurso independentes (Singh & Ford, l.c.).

É claro que a constituição ocidental das classes de palavras deriva de escolhas teóricas que não eram todas absolutamente necessárias. Poderíamos ter construído a teoria gramatical de modo diferente, dando lugar central para o morfema e não à palavra.¹⁰ A oposição entre flexão e derivação, notadamente, parece bastante frágil, e os gramáticos do sânscrito souberam passar sem ela: como o nota Pinault (vol. I: 374), “para Panini, não há senão afixos que se distinguem somente pela sua coluna na cadeia da derivação”. A categoria da palavra não é das mais cómodas para tratar das línguas aglutinantes ou polissintéticas,¹¹ e os gramáticos ocidentais vão ter muita dificuldade em tratar as línguas ameríndias a partir do modelo ocidental do dicionário de palavras. Todavia, atrás da teoria das partes do discurso, é preciso reconhecer algo que é a propriedade essencial da linguagem humana e que podemos enunciar como sendo sua *naturaleza categorial*: uma expressão linguística não corresponde simplesmente à concatenação de unidades indiferenciadas, isto é, a linguagem humana não é simplesmente um monóide livre.¹² Trata-se aí de uma descoberta essencial (podemos atribuí-la a Platão e ver em Aristóteles seu primeiro teórico) para a história científica da humanidade, algo de tão importante quanto o são no domínio das matemáticas os teoremas de Tales ou Pitágoras. Deste ponto de vista, o sistema mínimo das partes do discurso é sem dúvida trinário (duas classes, nomes e verbo, e uma terceira classe para o resto).

B.2. Ontológico: a propriedade em questão se relaciona com a representação da estrutura do mundo e mais geralmente com os objetos do pensamento. Exemplos: *substância vs qualidade*; “o verbo é uma parte da linguagem que significa ação ou paixão” (Meigret).

B.3. Semiológico: a propriedade concerne ao elemento de-
finido enquanto signo de uma espécie ou de outra. Exemplos: *signo completo vs signo incompleto*; fundando-se na função do signo: *nomear vs exprimir vs indicar vs pronunciar* (São os critérios de Condillac: “Não é preciso senão substantivos para nomear todos os objetos de que podemos falar: só é preciso adjetivos para exprimir todas as qualidades; só é preciso preposições para indicar as suas relações: enfim, só é preciso apenas o verbo para pronunciar todos nossos julgamentos”); ou ainda: *palavra conotativa vs palavra denotativa* (Port-Royal).

C. Funcional

A propriedade em questão caracteriza os fenômenos linguísticos relacionados com sua inserção em uma unidade superior quer esta seja nomeada ou não.

C.1. Lógica: a propriedade em questão se relaciona com os termos técnicos da disciplina nomeada lógica:¹⁴ *sujeito, cópula, predicado, atributo* etc. Exemplos: *conter a cópula vs poder ser sujeito* (definição da oposição verbo-nominal); “(o verbo) uma palavra cujo principal uso é significar a afirmação” (Port-Royal); o adjetivo desenvolve ou determina a significação do nome (Condillac).

C.2. Sintático: a propriedade em questão se relaciona com uma cadeia linguística mais longa que o tipo de elemento definido. Exemplos: *principal vs acessório; ter um antecedente* (concerne em geral a todos os fenômenos anafóricos).

C.3. Distribucional: a propriedade concerne à substituidade e à co-ocorrência.

C.3.1. Paradigmático: a unidade superior considerada não é da natureza da cadeia linguística e/ou se utiliza a substituidade. Exemplos: *pertencer a um inventário finito vs pertencer a um inventário aberto*; “o que é colocado no lugar do nome próprio” (definição do pronome por Nebrija).

C.3.2. Sintagmático: a propriedade é fundada na co-ocorrência de dois tipos de *itens* lexicais. Exemplos: o adjetivo acompanha o nome (cf. também o caso do advérbio); “*potest per se stare cum verbo in sensu perfecto*” (definição do *substantivum* por Despauvère); sobre o advérbio: “*proprium est adverbium verbo poni nec sine eo perfectam significationem posse habere (...); si igitur invenias cum nomine adverbium sine verbo, scias hoc per ellipsin fieri*” (Prisciano).

D. Metalinguístico

A propriedade em questão faz referência ao próprio enunciado linguístico.

D.1. Comunicacional: a referência ao enunciado concerne à situação de interlocução. Exemplos: a definição das pessoas como designando diferentes atores aos quais o enunciado é suscetível de se relacionar; “*serve to make declaration or answer*” (definição do advérbio por Palsgrave).

D.2. Meta gramatical: a propriedade repousa sobre fenômenos que concernem à metalinguagem gramatical.

D.2.1. Parafrástico: a propriedade consiste em uma paráfrase cujo esquema canônico é construído a partir dos nomes de outras classes de palavras. Exemplos: um advérbio é equivalente a uma preposição seguida de um nome.

D.2.2. Etimológico: a propriedade corresponde à etimologia proposta para o nome da classe de palavras. Exemplos: é a definição clássica do *substantivo*, assim nomeado porque designa uma substância, ou do *pronome* porque substitui o nome (“*pronomen dictum, quia pro vice nominis ponitur, ne fastidium faciat nomen ipsum, dum iteratur*”, Isidoro de Sevilha).

D.2.3. Didático: a propriedade concerne à atividade mesma do gramático. Exemplo: "palavra de que nos servimos para dar a conhecer os casos" (definição do artigo por R. Estienne, alusão à utilização pedagógica de *hic!*, *haec!*, *hoc!* na apresentação dos paradigmas latinos e vernaculares).

Entre estes tipos de propriedades, várias desapareceram de nossas práticas científicas (notadamente D.2.2. e D.2.3., que cessaram desde o século XVIII) e seu conjunto não deriva de um princípio coerente. Os linguistas modernos criticaram fortemente¹⁵ a teoria tradicional e, às vezes, tentaram passar sem ela (como o fizeram igualmente com a noção de palavra que ela suporta). Suas observações eram sem dúvida justas, mas vendem barato um certo número de características que asseguraram durante vinte séculos e até hoje, a despeito das críticas, o sucesso desse modo de apreensão da linguagem. Inicialmente o caráter de termos teóricos que revestem as classes de palavras permite a formulação econômica de um grande número de informações gramaticais, só recorrendo às enumerações extensivas para exceções. Em seguida, sua variabilidade permite uma importante flexibilidade de utilização. As divergências de definição e a incoerência dos critérios não devem simplesmente ser concebidos como defeitos redibitórios em face de uma epistemologia que se daria por fim enunciar propriedades da linguagem humana ou de uma língua dada, absolutamente verdadeiras, *sub specie aeternitatis* e sem cláusulas *ceteris paribus*. No desenvolvimento histórico das ciências da linguagem, trata-se antes de qualidades positivas. Quando um autor escolhe esta ou aquela propriedade para servir de definição, ele obedece a uma certa *funcionalidade epistemológica*: ele tem algo de particular para explicar¹⁶ e é em função disto que é preciso julgar sua escolha. Enfim, a relativa instabilidade de seus termos teóricos assegura à gramática uma incontestável unidade de quadro descritivo e, por conseguinte, uma economia dos meios teóricos. Simplesmente, não é preciso conceber este quadro como uma estrutura rígida, um conjunto de leis intangíveis como o acreditaram certos teóricos da gramática geral: trata-se de uma estrutura unificadora nas ciências da linguagem mas se não é, de algum modo, uma "estrutura mole", é ao menos uma estrutura de dimensões variáveis.

1 Claro, ela pode emprestar termos teóricos a outras disciplinas (à psicologia, à ontologia etc.) igualmente.

2 Entre os gregos, o termo de categoria não é jamais empregado para as palavras, o que ocupa este lugar, além das classes de palavras, é o conceito de acidente, que designa tudo o que pode acontecer a uma palavra.

3 Literalmente "pedaço de frase", ou "pedaço de enunciado".

4 A preocupação de classificar formas é provavelmente uma das explicações para o fato de que as categorias que correspondem a funções aparecem tardiamente nas gramáticas (a noção de sujeito no início do século XII, a de complemento no meio do século XVIII etc.).

5 Observar-se-á a ausência de qualquer consideração prosódica. Não era o caso entre os gramáticos gregos: para Apolônio uma palavra deve possuir um acento próprio. Sobre a história da noção de palavra na gramática antiga, cf. J. Lallot, "Le mot dans la tradition grammaticale et prégrammaticale en Grèce", *Laltes* n° 10, 1992.

6 Sabe-se igualmente que o modelo de representação utilizado pelo atomismo físico (Demócrito, Epicuro) para fazer compreender a estrutura da matéria é o conjunto das letras do alfabeto.

7 Householder ("Ancient Greek", *Lingua*, 17, 1967:103-28), nota que na gramática antiga a noção de flexão nunca é definida, salvo de forma circular em termos de paradigma.

8 Cf. em Varrão (*De lingua latina*, VIII, 21-2) a oposição entre *transformatio naturalis* (*declinatio naturalis*, a declinação ou a conjugação) e *transformatio arbitraria* (*declinatio voluntaria*, a formação inicial da palavra que se vai declinar ou conjugar).

9 Cf. R. Singh & A. Ford "Flexion, derivation et Panini", K. Koerner (ed.), *Progress in linguistic historiography*, Amsterdã, John Benjamins, 1980:323-32 e 325.

10 Em seu célebre artigo de 1954, Hockett ("Two models of grammatical description", *Word*, n° 10) se esforça em definir um modelo de análise gramatical totalmente morfemático (*item and arrangement*) que ele opõe ao modelo dinâmico (*item and process*) dos americanistas (Boas), deixando de lado um terceiro modelo (*word and paradigm*). De fato, ele propõe uma concepção totalmente extensional das unidades, renunciando por aí ao caráter projetivo dos termos teóricos que são as classes de palavras.

11 Cf. Boas, *Introduction to the handbook of American Indian languages* (1911), re-ed., Georgetown University Press, 1968:22-6.

12 Chomsky define canonicamente a linguagem humana como uma parte de um monóide livre; não é evidentemente inexacto, mas deve-se perguntar sobre a pertinência desse gênero de definição, uma vez que o ponto essencial é justamente o de que esta estrutura algebrica é insuficiente para caracterizar a linguagem humana.

13 Na terminologia tradicional, essas variações entram na categoria dos acidentes, ainda que haja necessidade de que esses sejam morfológicos: em Nebrija e Despautère a significação é um acidente, ao inverso, em Beauzée, o gênero recebe uma definição semântica.

14 A discussão sobre o que deriva ou não da lógica (disciplina que se ocupa das transformações que conservam seu valor de verdade para os enunciados complexos) na teoria gramatical foi objeto de debates sem fim. Observar-se-á igualmente que os termos teóricos como “cópula”, que apareceram inegavelmente no domínio da lógica, hoje não mais pertencem ao vocabulário teórico desta disciplina. E por isto que preferimos uma definição convencional fundada na história das disciplinas.

15 Para um resumo dessas críticas cf. J.-P. Lagarde “Les Parties du discours dans la linguistique moderne et contemporaine”, *Langages*, n° 92, 1988:93-106. Encontramos uma abordagem moderna (e positiva) em A. Lemaréchal, *Les parties du discours*, Paris, PUF, 1989.

16 Essa funcionalidade está presente desde o início, mesmo se não concerne propriamente à gramática: as três categorias aristotélicas servem para discutir a verdade lógica, é pela mesma razão que os estóicos distinguem o nome próprio e o comum etc.

APÊNDICE 2 AS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS DOS VERNÁCULOS DA EUROPA MODERNA

Esta apresentação segue a classificação genética contemporânea que, claro, não é a dos autores; não levamos em conta tratados de ortografia, nem léxicos / dicionários, duas formas de abordagem lingüística que freqüentemente precederam as gramáticas.

A. Línguas indo-européias Línguas célticas

— bretão: J. Maunoir, *Le sacré collège de Jésus* (1659); G. de Rostrenen, *Grammaire François-Celtique ou François-Breton* (1738).

— gaulês: *Cerddwriaeth Cerdd Daflawd* 1322; atribuída a Einion Offeiriad ou a Dafydd Ddu); novos tratados bárdicos foram redigidos depois de 1450, seu título mais corrente nos manuscritos é *Pwn Llyfr Cerddwriaeth* (os “Cinco livros de Arte poética”), o livro II, intitulado *Dwmed*, tenta adaptar a gramática latina ao gaulês; G. Robert, *Gramadeg Cymaraeg* (Milão, 1567).

— irlandês: Auricept na nEces (século VII); tratados bárdicos (séculos XIII, XVII); B. Hussey, *Rudimenta grammaticae Hibernicae* (1659).

Línguas germânicas

— alemão: V. Ickelsamer, *Ein Teutsche Grammatica* (1534); L. Albertus, *Teutsche Grammatik oder Sprach-*

kunst (1573) redigida em latim; A. Celsing, *Grammatica seu instituto verae germanicae linguae* (1574); J. Clajus, *Grammatica germanicae linguae* (1576).

— inglês: W. Bullokar, *Pamphlet for Grammar* (1586); P. Greaves, *Grammatica anglicana, praecipue quatenus a latina differt, ad unicum P. Rami methodum concinnata* (1594); J. Hewes, *A Perfect Survey of the English tongue, taken according to the use and analogie of the latin...* (1625); J. Wallis, *Grammatica Linguae Anglicanae* (1653).

— dinamarquês: E. Pontoppidan, *Grammatica Danica* (1668); P. Syv, *Dendanske Sprog-Kunst eller Grammatica samt et Tihleng om dette Sprogs Skrive-rigtighed* (1685). O autor já tinha publicado em 1663 um *Nogle betenkinger om det Cimbriske Sprog*, em que ele se interessa pela história da língua e apresenta um programa para um dicionário e uma gramática.

— ferre: aparece pela primeira vez em E. Rask, *Veiledning til det Islandske eller gamle Nordiske Sprog* (Copenhagen, 1811: 262-82).

— frisão: *Friesche Grammatica* (1681) [aparecida no volume 2 da edição por S. A. Gabbema dos *Friesche Rymlelye* de G. Japix; Bremmer (1992) sustenta que nem Japix nem Gabbema é seu autor e que o texto remonta ao início do século XVIII; de todo modo, trata-se do único documento disponível antes do século XIX; Carlos V, depois de ter comprado a Frisa dos saxões em 1525, aí traduziu o holandês.

— islandês: *Fyrsta Malfroeditgerdin* (século XII); R. Jonsson (Runolfus Jonas), *Linguae septentrionalis elementa tribus assertionibus adstruata* (Copenhagen, 1651).

— neerlandês: H. Laurensz, *Twe-spraak vande Nederduitsche letterkunst, ofte van spellen ende eyghenscap des Nederduitschen taals* (1584); C. Van Heule, *De Nederduytsche grammatica ofte spraeck-konst* (1625; versão revisada em 1633, sob o título: *De Nederduytsche spraeckkonst ofte taalbeschrytvinghe*).

— norueguês: N. Svennungsen, *Det norske Fjeldsprog* (mss. 1821, publicado em 1985).

— sueco: E. Auvivilius, *Grammaticae Suecanae specimen* (mss. 1684, editada em 1884; o autor publicou em 1693 as *Cogitationes de linguae Suionicae qualis hodie maxime in usu est, recte scriptura et pronunciatione*); N. Tiällman, *Grammatica Suecana àller Em Svensk Sprak-ock Skjffkonst* (1696).

Línguas neolatinas

— catalão: J. Ullastra, *Grammatica cathalana embillida ab dos orthografias, exténsa i ab apostrophe per a correctament parlar i escriure en exténs i apostrophada la llengua cathalana* (mss., 1743; ed. por Montserrat Anguera, Barcelona, 1980) (é provavelmente de forma errônea que Monés i Pujol-Busquets (1984:33) faz uma publicação em 1753); J. Petit y Aguilà, *Grammatica catalana predispositiva para la más fácil inteligencia de la española y latina Lengua Cathalana* (1815) (tudo isto reflete uma situação histórica complexa: grande potência do Mediterrâneo no século XIII, a Catalunha começou por desenvolver uma literatura erudita em provençal, de que o catalão R. Vidal redigiu a primeira gramática conhecida; em 1742, o castelhano João II toma Barcelona e as grandes descobertas vão favorecer os portos de Castilha. Os humanistas catalães (Vives) se expressarão em latim (a primeira gramática latina publicada em catalão, a de B. Mates, aparece em Barcelona, em 1468). A situação só vai piorar: no Roussillon, cedido à França pela paz dos Pireneus (1659), um édito do rei de 1700 proíbe o catalão; depois de ter vencido na revolta de 1700-1714, Madri vai desenvolver uma política de castelhanização, o que explica tanto o fato de que as gramáticas do século XVIII tenham permanecido manuscritas (pareceria que outras gramáticas manuscritas foram redigidas notadamente por J. Lopp e A. Bastero no meio e no final do século XVII), quanto o título do tratado, em castelhano, de Petit; quanto à gramática de Ballot, ela é consecutiva à invasão napoleônica que tinha feito do castelhano uma língua oficial).

— espanhol: Antonio de Nebrija, *Grammatica de la lengua castellana* (1492); Busto, *Introducciones grammaticas: breves y compendiosas* (1533); Thámara, *Suma y erudición de Grammatica en metro castellano* (1550); C. de Villalon, *Grammatica cas-*

tellana (Anuérpia, 1558) (contam-se, igualmente na produção flamenga, duas gramáticas anónimas publicadas em Louvain: *Util y breve institucion, para aprender los principios, y fundamentos de la lengua Hespañola* (1555) e *Grammatica de la lengua Vulgar de España* (1559)).

— francês: J. Barton, *Donait François* (1409) (Barton fez redigir a obra por “plusieurs bons clerics du langage avant dite”, cf. Kibbee, 1991: 86); J. Palsgrave, *Lesclairissement de la langue francoyse* (1530, redigida em inglês); J. Dubois (Sylvius), *In linguam Gallicam Isagogel...*, seguida da *Grammatica Latino-Gallica* (1541); G. du Wez, *An Introductione for to lerne to rede to pronounce and to speke Frenche trewly* (1532); L. Meigret, *Le Tretté de la Grammeire francoeze* (1550).

— italiano: L. B. Alberti, *Regole della lingua fiorentina* (ca. 1437-1441, manuscrito que figurava em 1495 na biblioteca dos Médicis); G. F. Fortunio, *Regole grammaticali della volgare lingua* (1510); P. Bembo, *Prose della volgare lingua* (1525); a gramática constitui o livro III; A. Accursio, *La grammatica volgare* (1543).

— português: F. de Oliveira, *Grammatica de Linguagem Portuguesa* (1536); J. de Barros, *Grammatica de Lingua Portuguesa* (1540) o tratado de D. N. de Leão *Orthographia da Lingua Portuguesa* (1576) que sempre é citado em seguida às duas primeiras concerne só à ortografia; sobre todas essas questões cf. Carvalhao Buescu, 1983.

— provençal: R. Vidal, *Razos de Trobar* (ca. 1200); Uc Faidit, *Donatz Proensals* (ca. 1240); *Leys d'amors*, lib. III (1356).

— rumeno: D. Eustatievici, *Grammatica româneasca* (1757); I. Vacarescu, *Observari sau bagari de seama asupra gramaticii românești* (1781); S. Micu e G. Sincai, *Elementa linguae daco-romanae sive valachicae* (1805).

Línguas eslavas

— búlgaro: P. Beron, *Riben Bukvar* (1824; abecedário usado pelas classes primárias, contendo algumas páginas de gramática); N. Rilski, *Bolgarska grammatika, sega pervo sočine-*

na (1835); N. Bozveli & E. Vaskidovič, *Slavija nobolgarskoe detovodstvo za malkite, čast tretaja* (1835); X. Pavlovič, *Grammatica slavobolgarska* (1836).

— polonês: P. Statorius-Stojenski (francês de origem, enviado à Polónia pela comunidade calvinista de Genebra), *Polonicae grammatices institutio*. (Cracóvia, 1568); M. Volkmar (alemão de origem, professor de latim e polonês em Gdansk); *Compendium linguae polonicae* (1594); F. Messinen-Mienski (originário de Lorraine), *Grammatica seu Institutio Polonicae* (1649); J. K. Woyna, *Compendiosa Linguae Polonicae Institutio* (1690).

— russo: H. W. Ludolf, *Henrici Wilhelmi Ludolphi grammatica russica quae continet non tantum praecipua fundamenta russicae linguae, verum etiam manuductionem ad grammaticam slavonicam. Aditii sunt in forma dialogorum modi loquendi communiores, Germanicae aequae ac latine explicati, in gratiam eorum qui linguam Latinam ignorant. Una cum brevi vocabulario rerum naturalium* (Oxford, 1696); E. Kopiewitz, *Manuductio in Grammaticam in Slavonico Rosseanum seu Moscovitiam. In usum discipulorum linguam moscovitam* (1706); M. Groening, *Thet ar Grammatica Russica, eller grundelig Handledning til Ryska Språkets; jemte et tilræckelig. Vocabularium, ryskaoch Swenska Samtal, samt efter ryska Spåkets ehenskap inntatade sma Historier til ofning i Läsande* (Estocolmo, 1750) esta gramática é considerada hoje como a tradução de um texto de Adoldurov de que encontramos um fragmento; M. Lomonsov, *Rossijskaja grammatika* (1755).

— servo-croata: B. Kašić, *Institutionem linguae illyricae libri duo* (Roma, 1604) o autor, jesuíta, é cakaviano, mas descreve as regras do dialeto estokaviano, base do servo-croata moderno); M. A. Reljkovic, *Nova slavonska i nimačka gramatika* (Zagreb, 1767) o termo “slavonska” vem do nome da região da Eslovânia, atualmente parte da Croácia; A. Mrzovic, *Rukovodstvo k slavenstej grammatice* (1794) concerne ao servo; F. M. Appendini, *Grammatica della lingua illyrica* (Dubrovnik, 1808) editada na instigação do general francês Marmont, duque de Raguse, que se interessou pela língua literária e pelo falar de Dubrovnik; V. Karadžić, *Pismenica serbskoga jezika* (1814)

primeira verdadeira gramática da língua sérvia, cujo autor é considerado como o fundador do servo-croata moderno.

– eslavônio: L. Zizanius, *Grammatika slovenska sovrenjennago iskustva osmi casti* (Vienna, 1596); M. Smotrickij, *Hrammatiki slavenskija pravilnoe synagma po tscanien nmogogresnago ninnxa Meletia Smotrickogo* (1618).

– checo: V. Optat, P. Gzell e V. Filomates, *Grammatika česka* (ms 1571; ed. 1857); V. B. Nedozerky (Nudozerinus) *Grammaticae Bohemicae ad leges naturalis methodi conformatae* (1603) o modelo seguido é o de Ramus; J. Dobrovski, *Ausführliches Lehrgebäude der böhmischen Sprache* (1809).

– ucraniano: J. Uževyč, *Hramatyca slovenskaja/Grammatica sclavonica* (ms 1643, em latim) esta gramática também é contada entre as gramáticas do eslavônio russo; A. P. Pavloskij, *Grammatika malorossijskogo narečija* (São Petersburgo, 1818).

B. *Lingua fino-ugriana*

– estoniano: H. Stahl, *Ausführung zu der Estnischen Sprache* (1637); J. Gusslaff, *Observationes grammaticae circa linguam esthonicam* (1648); H. Göseken, *Manuductio ad linguam Oesthonicam* (1660); J. Hornung, *Grammatica Esthonica* (1693).

– finês: E. Petraeus (de origem sueca, bispo de Turku), *Linguae Finnicae brevis institutio* (1649); M. Martinus, *Hodegus Finnicus* (Estocolmo, 1689); B. Vhael, *Grammatica Fennica* (Turku, 1733).

– húngaro: parece que o bispo Janos Cesinge redigiu uma gramática no século XV, a qual não chegou até nós; cf. F. Toldy, *Corpus grammaticorum linguae Hungaricae veterum*, Pest, 1866, p. VI; J. Sylvester (Erdösi); *Grammatica latino-hungarica* (1539); A. Molnar, *Nova Grammatica Ungarica* (1610); I. Kationa, *A Magyar Grammatikarska* (1645 ou 1647); G. Csipkés, *Hungarica illustrata* (1655); P. Pereszlenyi, *Grammatica Linguae Ungaricae* (1682); S. Gyarmathi, *Okaskodva tanto magyar nyelvemester* (1794) o título “O mestre lingüístico húngaro ensinando de forma racional” lembra a divyida do autor ante Port-Royal.

– lapão: P. Fiellström, *Grammatica Laponica* (1738); H. Ganander, *Grammatica Laponica* (1743); K. Leem, *En Lappisk Grammatica* (1748).

– mordve: P. P. Ormatov, *Mordovskaja grammatika* (1838, em russo).

– chermisse: V. Putsek-Grigorovitch (?), *Sočinenija prinadležaschie k čeremisskoj grammatike* (São Petersburgo, 1775). Gyarmathi – em seu texto de 1799 – assinala que na leitura de três gramáticas do voiak, do chermisse e do chuvache (geralmente classificada hoje entre as línguas caucasianas) ele tinha notado traços de seu húngaro natal; na sua tradução de Gyarmathi (Amsterdã, Benjamins, 1983), Hanzeli assinala a edição (anônima) pelas imprensas imperiais, de três gramáticas em São Petersburgo em 1775: *Sočinenija prinadležaschija k grammatiky cheremiskago yazyka*, São Petersburgo (reed. *The First Chermis Grammar*, introd. por T. S. Seboek e A. Raun, Chicago, The New Library, 1956); *Sočinenija prinadležaschija k grammatiky votkago yazyka* (reed. com uma introd. de G. Décsy, Bloomington, 1967); *Sočinenija prinadležaschija k grammatiky chuvashskago yazyka*. Estas três gramáticas são geralmente atribuídas a Putsek-Grigoroviitch.

– voiak: ver chermisse.

– zyriane: A. Fijorov, *Zyrianskaja grammatika* (1813).

C. *Outras*

– basca: A. Olhenart, *Notitia utriusque Vasconiae tum Iberiae quam Aquitanicae* (1638); P. d'Urtz, *Grammaire cantabrique basque* (ms 1712); M. Larramendi, *El imposible vencido. Arte de la lengua Bascongada* (1729).

– chuvache: ver chermisse.

BIBLIOGRAFIA

- Aarsleff, H.; Kelly L. G.; Nederehe, H.-J.. 1987. *Papers in the History of Linguistics*, Amsterdam, J. Benjamins.
- Ahqvist, A. (org.). 1987. *Les premières grammaires des vernaculaires Européens, Histoire Epistémologie Langage*, 9/1.
- ; Koerner, K.; Robins, S. H.; Rosier, I. (orgs.). 1992. *Diversions of Galway. Papers from the Fifth International Conference on the History of Language Sciences*, Amsterdam/Filadelfia, J. Benjamins.
- Amacker, R. "Sept thèses sur l'origine de la grammaire générale", in R. Liver, I. Werlen e P. Wunderli, *Sprachtheorie und theorie der Sprachwissenschaft. Geschichte und Perspektiven*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 16-36.
- Amirova, T. A.; Ol' Chorikov, B. A.; Rozdestvenski, Ju. V.. 1980. *Abriss der Geschichte der Linguistik* (original russo: 1975), Leipzig, VEB Bibliographisches Institut.
- Andresen, J.. 1978. "François Thurot and the first History of Grammar", *Historiographia Linguistica*, V-1/2, 45-57.
- . 1983. "L'image des langues amérindiennes au XVIII^e siècle", *Transactions of the Sixth International Congress on the Enlightenment*, Oxford, The Voltaire Foundation.

- Auroux, S. 1979. "Catégories de métalangages", *Histoire Epistémologie Langage*, I-1, 3-14.
- . 1987a. "The first uses of the French word 'linguistique' (1812-1880)", in H. Aarsleff et alii, *Papers in the History of Linguistics*, Amsterdam, J. Benjamins, 447-59.
- . 1987b. "Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques", in P. Schmitter (org.), *Geschichte der Sprachtheorie*, 20-42.
- . 1988. "La grammaire générale et les fondements philosophiques des classements de mots", *Langages* 92, 79-91.
- ; Chevalier, J.-Cl.; Jacques-Chaquin, N.; Marcello-Nizia, C. (org.). 1985. *La linguistique fantastique*, Paris, Clims/Denoël.
- ; Glatigny, M.; Joly, A.; Nicolas, A.; Rosier, I. (orgs.). 1984. *Matériaux pour une histoire des théories linguistiques*, Actes de la Seconde Conférence Internationale d'Histoire des Sciences du Langage, ICHOLS II, Villeneuve d'Ascq, Université de Lille III.
- & Queixalos, F. 1984. *Pour une histoire de la linguistique américaine en France, Amerindia. Revue d'Ethnolinguistique Amérindienne*, numéro spécial 6, Paris, Association d'Ethnolinguistique Amérindienne.
- & Queixalos, F. 1984. "Le carabe et la langue des femmes: théories et données en linguistique", in S. Auroux et alii (orgs.), *Matériaux pour une histoire des théories linguistiques*, 522-44.
- & Queixalos, F. 1985. "La première description linguistique des Antilles Françaises: le Père Raymond Breton (1609-1679)", in Cl. Blanckaert (ed.), *Naissance de l'Ethnologie?*, Paris, Le Cerf, 107-24.
- Bahner, W. 1956. "Beitrag zum Sprachbewusstsein in der spanischen Literatur des XVI und XVII Jahrhunderts", *Neue Beiträge zur Literaturwissenschaft*, 5, Berlin, Rütten & Loening.
- Baratin, M. 1978. "Sur l'absence de l'expression des notions de sujet et de prédicat dans la terminologie grammaticale antique", in *Mélanges Collart, Varron Grammaire antique et stylistique latine*, Paris, Les Belles Lettres, 205-9.
- & Desbordes, F. 1981. *L'analyse linguistique dans l'Antiquité Classique*, Paris, Klincksieck.
- Barbeau, M. 1961. "The language of Canada in the Voyages of Jacques Cartier. Contribution to Anthropology, 1959", *National Museum of Canada Bulletin*, 173, Ottawa, 108-229.
- Barry, A. 1986. "Les jeux de mots en langue Bamanan", Mendenkan, *Bulletin semestriel d'Études Linguistiques Mandé*, n° 12, 1-97.
- Baum, R. 1982. "La grammaire idéologique et sa place dans l'histoire de la grammaire philosophique", *Histoire Epistémologie Langage*, IV/1, 23-33.
- Bauguier, J. 1877. "Sur le Donat proensal", *Romania* 6, 450-3.
- Bertaux, C. 1984. "Linguistique occidentale et divination Bambara", in S. Auroux et alii (orgs.), *La linguistique fantastique*, 367-77.
- Bischoff, B. 1961. "The study of foreign languages in the Middle Ages", *Speculum*, 36, 209-23.
- Bittner, K. 1931-1932. "Slavica bei G. W. von Leibniz", *Germanoslavica*, 1, 3-32, 161-234, 509-57.
- Boufante, G. 1954. "Ideas on the kinship of the European Languages from 1200 to 1800", *Cahiers d'Histoire Mondiale*, 1, 679-99.
- Bouton, C. P. 1972. *Les grammaires françaises de Claude Mager à l'usage des anglais*, Paris, Klincksieck.
- Brauner, H. 1939. *Die tschechische Lexicographie des 16 Jahrhunderts*, Breslau, Breznik, A.
- Bruckner, A. 1981. "Miscellen aus der älteren grammatischen Literatur der Polen", *Archiv für slawische Philologie*, 14, 462-8.

- Buridant C. (ed.). 1986. *La lexicographie ou Moyen-Age*. Lexique, 4, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires de Lille.
- Bustamante, J. 1987. "Las lenguas amerindias: una tradición espanola olvidada", *Historie Epistémologie Langage*, 9/II, 75-97.
- Calame-Griaule, G. 1963. "L'art de la parole dans les cultures africaines", *Présences africaines*, 47, 73-91.
- . 1965. *La parole chez les Dogon*, Paris, Gallimard.
- Campbell, L. & Mithun, M. 1979. *The languages of native America: historical and comparative assessment*, Austin-Londres, University of Texas Press.
- Carvalho Buescu, M. L. 1983a. *O estudo das linguas exóticas no século XVI*, Lisboa, Biblioteca Breve, Ministério da Educação.
- . 1983b. *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- . 1983c. *Historiographia da lingua portuguesa*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- . 1984a. *Historiographia da lingua portuguesa. Século XVI*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- . 1984b. *A lingua portuguesa, espaço de comunicação*, Lisboa, Inst. de Cultura e Língua Portuguesa.
- Catach, N. 1984. "La publication du Dictionnaire de l'Académie, première et troisième éditions (1694-1740) ou les aléas de notre orthographe", in G. Crapulli (ed.), *Trasmisione dei testi a stampa nel periodo moderno*, Roma, Edizioni dell'Ateneo, 125-41.
- Chabaneau, C. 1877. "Sur les glossaires provençaux de Hugues Faidit", *Romania*, 6, 136-41.
- Chevillard J.-L. 1992. "Besch, grammairien du tannoul et l'origine de la notion de verbe appellatif", *Bulletin de l'École Française d'Extrême-Orient*, 79/1.

- Clerico, G. 1982. *Franciscus Sanctius. Minerva*, Lille, Presses Universitaires Lille.
- Collison, R. L. 1982. *A History of Foreign-Language Dictionaries*, Londres, A. Deutsche.
- Colombat, B. 1988. "Les parties du discours (*partes orationis*) et la reconstruction d'une syntaxe latine au XVI^e siècle", *Langages* 92, 51-64.
- . 1992. "Latinisme ou gallicisme? Les méthodes translinguistiques latin-français du XVIII^e siècle", in Alqvist et alii, *The Diversions of Galway*, Amsterdã/Filadélfia, J. Benjamins, 73-84.
- . (org.) 1992. *L'adjectif: perspective historique typologique, Histoire Epistémologie Langage*, XIV/1.
- Coseriu, E. 1969-1972. *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart*, 2 vols., Tübingen, Narr.
- . 1976. "Zur Kenntniss der rumänischen Sprache in Westeuropa in 16 Jahrhunderts (Genebrard und Andrés de Poza)", *Scritti in onore di Giuliano Bonfante*, II, Bréscia, Paideia, 527-45.
- Cowan, W. 1984. "John Eliot's Indian grammar", in Auroux et alii, *Matériaux pour une Histoire des Théories Linguistiques*, 293-300, Villeneuve d'Ascq.
- Crowley, T. 1986. "A History of The History of the Language", *Language & Communication* 6, 293-303.
- Danielsson, B. A. 1966. "The Earliest Dictionary of the Known Languages of the World", *Newberry Library Bulletin*, 6, 211-5.
- Delbouille, M. 1962. "La notion de 'bon usage' en ancien français. A propos de la genèse de la langue française", *Cahiers de l'Association Internationale des Études Françaises*, 14, 9-24.
- Dez, J. 1991. *La linguistique Malgache. Bref Aperçu Historique*, Paris, Archives et Documents de la SHESL, seconde série n° 5.

- Di Cesare, G. & Gensini, S. (orgs.). 1987. *Le vie di Babele. Percorsi di storiografia linguistica (1600-1800)*, Casale Monferrato Marietti.
- Díaz Rubio, E. & Bustamante García, J. 1984. "La alfabetización de la lengua nahuatl", *Historiographia Linguística*, XI 1/2, 189-211.
- Díaz y Díaz, M. C. 1982. *Introducción general a San Isidoro de Sevilla: Etimologías I y II*, edición bilingüe preparada por José Oroz Reta, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos (BAC).
- Dinneen, F. P. 1900. "A 17th-Century Account of Mohawk", in F. P. Dinneen et alii (orgs.), *North American Contributions to the History of Linguistics*, 67-85, Amsterdam/Filadelfia: J. Benjamins.
- Eisenstein, E. 1979. *The Printing Press as an Agent of Change. Communications and Cultural Transformations in Early-Modern Europe*, 2 vols., Cambridge, Cambridge University Press.
- Février, J. G. 1959. *Histoire de l'écriture*, Paris, Payot.
- Fodor, I. 1975. *Pallas and andere afrikanische vokabulieren vor dem 19 Jahrhundert*, Hamburgo, Buske.
- Formigari, L. 1988. "De l'idéalisme dans les théories du langage. Histoire d'une transition", *Histoire Epistémologie Langage*, XI/1, 59-80.
- & Lo Piparo, F. (orgs.). 1988. *Prospettive di storia della linguistica*, Roma, Editori Riuniti.
- Freidhof, G. (org.). 1974. *Grammatyka ceska: die Ausgaben von 1533 und 1588 (= Specimina Philologiae Slavicae, 7)*, Frankfurt am Main, Munksg.
- Gambarara, D. 1984a. *Alle fonti della filosofia del linguaggio. 'Lingua' e 'nomi' nella cultura greca arcaica*, Roma.
- . 1984b. "Réflexion religieuse et réflexion linguistique à l'origine de la philosophie du langage", S. Auroux, et alii, *Matériaux pour une histoire des théories linguistiques*, 105-14.

- Garate, J. 1972. "El lingüista leniziar Fray Melchor Oyanguren", *Euskera*, XVII, 99-100.
- Goldblatt, H. 1984. "The Language Question and the Emergence of Slavic National Languages", in A. Scaglione (org.), *The Emergence of National Languages*, Ravenna, 119-73.
- Goody J. 1979. *La raison graphique*, Paris, Minuit (original inglés de 1977, *The Domestication of the Savage Mind*, Oxford University Press).
- Grass, R. "America's first linguists: their objective and methods", *Hispania*, 48, 57-66.
- Grazia, M. de. 1980. "The secularization of language in the seventeenth century", *Journal of the History of Ideas*, 41, 319-29.
- Gröber, G. 1884a. "Der Verfasser des Donat proensal", *Zeitschrift für romanische Philologie*, 8, 112-7.
- . 1884b. "Zur Widmung des Donat proensal", *Zeitschrift für romanische Philologie*, 8, 290-3.
- . 1884c. "Gaucelm Faidit o Uc de Sant Circ", *Giornale storico della letteratura italiana*, 4, 203-8.
- Grotzsch, K. 1982. *Sprachwissenschaftsgeschichtsschreibung. Ein Beitrag zur Kritik und zur historischen Selbstergewisserung der Disziplin*, Göttingen, Kümmerte Verlag.
- Guessard, F. 1839-1840. "Grammaires romanes inédites du 13^e siècle, publiées d'après les manuscrits de Florence et de Paris", *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 1, 125-203.
- Guiette, R. 1959. "L'invention étymologique dans les lettres françaises au Moyen Age", *Cahiers de l'Association Internationale des Études Françaises*, 11, 273-85.
- Hacking, I. 1975. *Why does Language Matter to Philosophy?*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hansen, C. 1983. *Language and Logic in Ancient China*, Michigan.

- Hanzeli, V. E. 1969. *Missionary Linguistics in New France: A Study of Seventeenth and Eighteenth Century Descriptions of American Language*, The Hague, Mouton.
- . 1984. "De la connaissance des langues indiennes de la nouvelle France aux dix-septième et dix-huitième siècles", in S. Auroux & F. Queixalós (orgs.), *Pour une histoire de la linguistique amérindienne en France, Amerindia*, numéro especial 6, Paris, Association d'Ethnolinguistique Amériindienne, 209-25.
- Harris, R. 1980. *The Language Makers*, Londres, Duckworth.
- Hartmann, R. R. K. 1986. *The History of Lexicography*, Papers from the Dictionary Research Centre Seminar at Exeter Studies in the History of the Language Sciences, vol. 40, Amsterdam, J. Benjamins.
- Heimann, S. 1966. "L'Ars Minor de Donat traduit en ancien français", *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 23, 49-57.
- Hein, J. 1977. "Father's Henriques Grammar of spolsen tamil 1548 Indian", *Church History Review* (Calcutá), XI-2, 127-37.
- Herren, M. W. 1988. *The Sacred Nectar of the Greeks: The Study of Greek in the West in the early Middle Ages*, K. C. L. Medieval Studies, 2, Londres, King's College.
- Holtz, L. 1981. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical: Étude sur l'Ars Donati et sa diffusion (IVème-IXème) et édition critique*, Paris, CNRS.
- Horbatsch, O. 1964. *Die vier Ausgaben der kirchenslavischen Grammatik von M. Smotrickij*, Wiesbaden.
- Howis, M. 1963. *Le nom individuel chez les Maroi*, Dakar, IFAN.
- Hovhanguen, E. 1982. *Foundations of Western Linguistics. From the beginning to the end of the first millennium A. D.*, Oslo, Universitetsforlaget.
- . 1992. "A grammar without a tradition? Fernando de la Carreras *Arte de la lengua yunga* (1644)", in A. Ahlqvist et alii (orgs.), *The Diversions of Galway*, Amsterdam, J. Benjamins, 113-22.
- Hu, S. 1982. *The Development of Logical Method in Ancient China*, Xangai.
- Hymes, D. 1974. *Studies in the History of Linguistics, Traditions and Paradigms*, Bloomington & Londres, Indiana University Press.
- Hkonen, E. 1978. *Grammatical Theory and Metascience*, Amsterdam, J. Benjamins.
- Janni, P.; Poli, D.; Santini, C. (orgs.). 1985. *Cultura classica e cultura germanica settentrionale, quaderni linguistici e filologici*, III, Università di Maurata.
- Joly, A. & Stefani, J. 1977. *La grammaire générale des Modistes aux Idéologues*, Lille, Université Lille III.
- Kaltz, B. 1983. *Zur Wortarten problematik aus wissenschaftsgeschichtlicher Sicht*, Hamburgo, Helmut Buske Verlag.
- Kelly, L. G. 1969. *Twenty-five Centuries of Language Teaching: An Inquiry into the Science, Art and Development of Language Teaching Methodology 500 B. C.*, Massachusetts, Rowley.
- Kibbee D. A. 1991. *For th Spoke French*, *Trewely. The French language in England, 1000-1600: its status, description and instruction*, Amsterdam, Filadélfia, J. Benjamins.
- Klinck, R. 1970. "Die lateinische Etymologie des Mittelalters", *Medium Aevum. Philologische Studien*, 17 Munique, Wilhelm Fink.
- Koerner, E. F. K. 1978. *Western Histories of Linguistic Thought. An annotated chronological bibliography (1822-1976)*, Amsterdam, J. Benjamins.
- . (org.). 1980. *Progress in Linguistic Historiography*, Amsterdam, J. Benjamins.
- . 1987. "Das Problem der Metasprache in der Sprachwissenschaftsgeschichtsschreibung", in P. Schmitter (org.), *Geschichte der Sprachtheorie*, 63-80.
- Korhonen, M. 1987. "Les grammaires des langues Finno-ougriennes: Esquisse historique", *Histoire Epistémologie Langage*, IX/1, 91-110.

- Labarre, A. 1975. *Bibliographie du Dictionarium d'Ambrasio Calepino (1502-1779)*, Baden-Baden, Valentin Koerner.
- Lag Reid, A. (org.). 1967. *Hieronymus Megiser, Slovenisch-deutsch-lateinisches Wörterbuch. Neugestaltung und Faksimile der ersten Ausgabe aus dem Jahre 1592*, Wiesbaden.
- Lambley, K. 1920. *The Teaching and Cultivation of the French Language in England during Tudor and Stuart Times*, Manchester, Publications of the University of Manchester.
- Larucea De Tovar, C. 1984. "José Celestino Mutis (1732-1808) and the report on American language ordered by Charles III of Spain for Catherine the Great of Russia", *Historiographia Linguistica*, XI 1/2, 213-29.
- Law, V. 1986. "Originality in the Medieval Normative Tradition", in T. Bynon, F. Palmer (orgs.), *Studies in the History of Western Linguistics, in honour of R. H. Robins*, 43-55, Cambridge, Cambridge University Press.
- Le Duc, G. 1975-1979. "Le Donoet, grammairre latine en moyen breton", *Études Celtiques*, 14, 525-65 e 16, 237-59.
- Lenhart, J. M. 1926. "Languages studies in the Franciscan Order", *Franciscan Studies* n° 5, Nova York.
- Mães, H. 1982. "Les parties du discours dans la tradition grammaticale japonaise avant le XVIII^e siècle", *Langages*, n° 68, 17-28.
- Marshall, J. H. 1969. *The Donatz proensals of Uc Faidit*, Londres, Oxford University Press.
- . 1972. *The Razos de trobar of Raimon Vidal and associated texts*, Londres, Oxford University Press.
- Martinelli, L. 1963. *Thomas d'Aquin et l'analyse linguistique*, Paris, Vrin.
- Matoré, G. 1968. *Histoire des dictionnaires Français*, Paris, Larousse.
- Maziere, F. 1990. "Les marques de fabrique. Marquage et marques de domaine dans les dictionnaires classiques du *Furetière* aux *Trévoux*", *Lexique*, 9, 89-111.
- Merrilees, B. 1987a. "Teaching Latin in French: Adaptations of Donatus' *Ars Minor*", *Fifteenth-Century Studies*, 12, 87-98.
- . 1987b. "Aspect of Grammatical Terminology in Insular French", *Cahiers de lexicologie*, 51, 193-201.
- . 1990. "L'Art Mineur français et le curriculum grammatical", *Histoire Epistémologie Langage*, XIV2, 15-29.
- Metcalf, G. J. 1974. "The Indo-European Hypothesis in the Sixteenth and Seventeenth Centuries", in D. Hymes (org.), *Studies in the History of Linguistics. Traditions and Paradigms*, Bloomington & Londres, Indiana University Press, 233-57.
- Meyer, P. 1887. "Traité catalans de grammaire et de poétique", *Romania*, 6, 341-58.
- . 1889. "Traité catalans de grammaire et de poétique", *Romania*, 8, 181-210.
- . 1890. "Traité catalans de grammaire et de poétique", *Romania*, 9, 51-70.
- Michael, I. 1970. *English Grammatical Categories and the Tradition to 1800*, Cambridge, Cambridge University Press.
- . 1987. *The Teaching of English from the Sixteenth Century to 1870*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Miner, K. L. 1974. "John Eliot of Massachusetts and the beginnings of American linguistics", *Historiographica Linguistica*, 1, 169-83.
- Miro Quesada, A. 1973. "Las ideas lingüísticas del Inca Garcilaso", *Boletín de la Academia Argentina de Letras*, 38, 43-76.
- Monod-Becquelin, A. 1984. "La parole et la tradition orale amérindiennes dans les récits des chroniqueurs aux XVII^e et XVIII^e siècles", in S. Auroux & F. Queixalos, *Pour une histoire de la linguistique amérindienne en France*, Amerindia n° especial 6, 297-348.

- Mounin, G. 1967. *Histoire de la linguistique des origines au XX^e siècle*, Paris, PUF.
- Murphy, J. J. 1990. "The teaching of Latin as a second language in the 12th century", *Historiographia Linguistica*, 7, 159-75.
- Nagel, R. 1971. "Die Einheit der Grammatik des João de Barros", *IbRom*, 3, 11-5.
- Naumann, B. 1986. *Grammatik der deutschen Sprache Zwischen 1781 und 1856*, Berlin, Erich Schmidt.
- Niederhe, H. J. 1986. "La lexicographie espagnole jusqu'à Covarrubias", *Histoire Epistémologie Langage*, VIII/1, 9-19, 101-6.
- Oyhargabal, B. 1989. "Les premières grammaires basques", *Bulletin du Musée Basque*, numéro especial, Hommage au Musée Basque, 453-72.
- Padley, G. A. 1985. *Grammatical Theories in Western Europe 1500-1700. Trends in Vernacular Grammars 1*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Paris, G. 1872. "Sur les glossaires du Donat provençal", *Romania*, 1, 234-6.
- Parret, H. (org.). 1976. *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*, Berlin-Nova York, De Gruyter.
- Pearson, B. 1977. "Paradigms and Revolution in Linguistics", *Lacus forum*, 4, 384-90.
- Percival, K. 1976. "The Applicability of Kuhn's Paradigms to the History of Linguistics", *Language*, 52, 285-94.
- Perez. Rodrigues, E. 1990. *El verbiginae una gramatica Castellana del Siglo XIII (Estudio y Edición critica)*, Valladolid, Secretario de Publicaciones Universidad de Valladolid.
- Pinault, M. 1991. "Caractères et alphabets des langues mortes et vivantes dans les planches de l'Encyclopédie", *Corpus Écrits* n° 36, 123-30.
- Pops, S. 1950. *La dialectologie: aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*, Louvain, Gembloux Duculot.

- Poppe, E. 1983. "Afrikanisches aus Sprachenkatalogen des 16. und 17. Jahrhunderts", *Africana Marburgensia*, 16, 15-35.
- Pottier, B. 1984. "Les premières grammaires des langues amérindiennes au XVII^e siècle", *Comptes-rendus des séances de l'année 1984, janvier-mars*, Paris, Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 222-35.
- Queixalos, F. & Auroux, S. 1984. "La geste du caraïbe", in S. Auroux & F. Queixalos (orgs.), *Pour une histoire de la linguistique amérindienne en France, Amerindia*, numéro especial 6, 127-44.
- Quemada, B. 1967. *Les dictionnaires du français moderne (1539-1863). Étude sur leur histoire, leurs types et leurs méthodes*, Paris, Didier.
- Renault-Lescure, O. 1984. "A propos des premières descriptions d'une langue caribe, le galibi", in S. Auroux & F. Queixalos, *Pour une histoire de la linguistique amérindienne en France, Amerindia*, numéro especial 6, Paris, Association d'Ethnolinguistique Amérindienne, 183-208.
- Rey-Debove, J. 1978. *Le Métalangage*, Paris, Le Robert.
- . 1979. "Les logiciens et le métalangage naturel", *Histoire Epistémologie Langage*, 1-1, 15-22.
- Ricaurre, C. 1978. *Los estudios sobre lenguas indígenas de Colombia. Notas Historicas y Bibliograficas*, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo.
- Ricken, U. 1983. *Französische Lexikologie. Eine Einführung*, Leipzig, VEB Verlag Enzyklopädie.
- Robins, R. H. 1967. *A Short History of Linguistics*, Londres, Longman.
- Romeo, R. 1989. *Le scoperte americane nella coscienza italiana del Cinquecento*, Bari-Roma, Laterza.
- Roos, H. 1976. "Die Stellung der Grammatik in Lehrbetrieb des 13. Jahrhunderts", *Artes Liberales, von der antiken Bildung Zur Wissenschaft des Mittelalters*, Leiden-Colonia, 94-106.

- Rosier, I. (org.). 1988d. *L'héritage des grammairiens latins de l'Antiquité aux Lumières*, Paris, L'information grammaticale (diffusion, Louvain, Peeters).
- (org.). 1988e. *L'ambiguïté. Cinq études historiques*, Lille, Presses Universitaires de Lille.
- (org.) 1990. *Grammairies Médiévales, Histoire Epistémologie Langage*, XIII/2.
- Rossebastiano Bart, A. 1984. *Antichi vocabolari plurilingui d'uso popolare: la tradizione del 'Selenissimo Vocabulista'*, Alexandria, Edizioni dell'Orso.
- Rousseau, J. 1984. "La racine arabe et son traitement par les grammairiens européens (1505-1831)", *Bulletin de la Société de linguistique de Paris*, LXXIX-1, 285-321.
- Rupp-Eisenreich, B. (org.). 1984. *Histoires de l'Anthropologie 16e-19e siècles*, Paris, Klincksieck.
- Salmon, V. 1985. "The Study of Foreign Languages in Seventeenth-Century England", *Histoire Epistémologie Langage*, VII/2, 45-70.
- 1986. "Missionary Linguistics in Seventeenth-Century Ireland and a North American Analogy", *Historiographia Linguistica*, 12, 321-49.
- Scaglione, A. (org.). 1984a. *The Emergence of National Languages*, Ravenna, Longo Editore.
- Schlieben-Lange, B. & Weydt, H. 1988. "August Ferdinand Bernharti (1770-1810)", *Histoire Epistémologie Langage*, X/1, 81-100.
- Schnittler, P. s.d. *Untersuchungen zur Historiographie der Linguistik*, Tübingen, G. Narr.
- (org.). s.d. *Geschichte der Sprachtheorie. I-Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik*, Tübingen, G. Narr.
- Sidarus, A. 1990. "Onomastica Aegyptiaca: la tradition des lexiques thématiques en Egypte à travers les âges et les langues", *Histoire Epistémologie Langage*, XIII/1, 7-19.

- Stridge, M. 1988a. "Robert Kilwardby as 'scientific grammarian'", *Histoire Epistémologie Langage*, XI, 7-28.
- Städler, T. 1988. *Zu den Anfänge der französischen Grammatiksprache. Beihefte zur Zeitschrift für romanische Philologie*, Bd. 223, Tübingen, Niemeyer.
- Stankiewicz, E. 1984. *Grammars and Dictionaries of the Slavic Languages from the Middle Ages up to 1850. An Annotated Bibliography*, Berlin/Nova York/Amsterdã.
- Starnes, D. W. T. & Noyes, G. E. 1991. *The English Dictionary from Cawdrey to Johnson 1604-1773*, Amsterdã, J. Benjamins.
- Stefanini, J. 1967. "Jules César Scaliger et son *De causis linguae latinae*", in Parret (org.), *History of Linguistic Thought*, 317-30.
- Stengel, E. (org.). 1878. *Die beiden ältesten provenzalischen Grammatiken, 'Lo Donatz proensals' und 'Las Razos de trobar', nebst einem provenzalisch-italienischen Glossar*, Marburg, Elwert.
- Stock, B. 1983. *The Implications of Literary. Written Language and Models of Interpretation in the Eleventh and Twelfth Centuries*, Princeton University Press.
- Stross, B. 1974. "Speaking of speaking: tenejapa Tzeltal metalinguistics", in R. Baumann & J. Sherzer, *Explorations in the Ethnography of Speaking*, Cambridge, 213-39.
- Swiggwers, P. 1985. "Le Donait francois: la plus ancienne grammaire du français", *RLdR*, 89, 235-51.
- 1989. "Les premières grammaires occitanes: les 'Razos de trobar' de Raimon Vidal et le Donatz proensals d'Uc (Faidit)", *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 105-1/2, 134-47.
- Téne, D. 1980. "The Earliest Comparisons of Hebrew with Aramaic and Arabic" in K. Koerner (org.), *Progress in Linguistic Historiography*, Amsterdã/Filadélfia, J. Benjamins, 355-77.

- Thomson, D. 1984. *An Edition of the Middle English Grammatical Texts*, Nova-York/Londres, Garland.
- Tovar, A. 1961. *Catálogo de las lenguas de América del Sur*, Buenos Aires, Editorial Sudamérica.
- Troupeau, G. 1962. "Trois traductions latines de la *Mugadima* d'Ibn Agurum", *Études d'Orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provencal*, I, Paris, 359-65.
- Vinaza, C. de la. 1892. *Bibliografía española de lenguas indígenas de América*, Madri, Biblioteca Nacional.
- Vinson, J. 1881. "Les premiers grammairiens basques. Notes de Sylvain Pouvreau", *Revue de Linguistique et de Philologie comparée*, XIV, 109-19.
- . 1893. "Les manuscrits basques de Pierre d'Urte, de Saint Jean de Luz", *Revue de Linguistique et de Philologie*, XXVI, 255-69.
- Weber, H. 1987. "Die Ausbildung der deutschen Grammatik (Einschließlich der Niederländischen)", *Histoire Epistémologie Langage*, XVI/1, 111-33.
- Wolff, P. 1970. *Les Origines Linguistiques de l'Europe occidentale*, Paris, Hachette.
- Woodridge, T. R. 1977. *Les débuts de la lexicographie française. Estienne, Nicot et le 'Trésor de la langue française (1606)'*, Toronto/Búfalo, University of Toronto Press.
- Zunthor, P. 1985. "Fr. Eymologie (essai d'histoire sémantique)", *Eymologica. Walter von Wartburg zum siebzigsten Geburtstag*, 873-93 Tubingen, Max Niemeyer.

SBD / FFLCH / USP	
SEÇÃO DE: LETRAS	TOMBO 227834
AQUISIÇÃO: DOAÇÃO / MULTA	N.USP 3709691 /
DATA: 19/11/02	PREÇO: R\$ 20,00

